



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL
Comissão Genérica 5ª - SUPEL-COGEN5

INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90077/2026/LEI Nº 14.133/2021

Para todos os **LOTES**, adota-se a **exclusiva** participação para as **ME/EPP** e equiparadas, tendo em vista o Art. 48, I, da Lei Complementar nº 123/2006 e o Art. 6º do Decreto Estadual nº 21.675/17.

NOTA DE ESCLARECIMENTO AOS LICITANTES

Informamos aos licitantes que, em razão de limitações operacionais do sistema Compras do Governo Federal (Compras.gov.br), não foi possível cadastrar para o lote 01(NOVA MUTUM) e 02 (EXTREMA) o local de entrega originalmente previsto nos artefatos de planejamento.

Dessa forma, os referidos GRUPOS foram inseridos no sistema com local de entrega indicado para Porto Velho (RO).

Ressaltamos que, para fins de elaboração e cadastramento das propostas, os licitantes deverão observar rigorosamente os **LOCAIS DE ENTREGA**, as especificações técnicas, unidades de medida e demais condições estabelecidas no Termo de Referência – Anexo I do Edital e demais artefatos do planejamento da contratação, os quais refletem fielmente as condições para a prestação do objeto pretendido pela Administração.

Eventuais divergências entre a forma de cadastramento no sistema e as disposições constantes do Termo de Referência deverão ser interpretadas em favor deste último.

RESUMO DOS DADOS

ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 25/05/2026, às 10h00 (horário de Brasília), no site <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

Limite para esclarecimentos e impugnações ao edital: 20/05/2026

OBJETO:

Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa(s) especializada(s) no **fornecimento contínuo de gás liquefeito de petróleo (GLP), acondicionado em botijões de 13 kg, e de água mineral em vasilhames de 20 (vinte) litros**, destinados ao atendimento das demandas das unidades da Polícia Civil do Estado de Rondônia.

FUNDAMENTO:

Lei federal nº 14.133, de 01 de Abril de 2021.

Decreto estadual nº28.874, de 25 de Janeiro de 2024, dentre outros.

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 0019.007148/2026-13		
UASG: 925373		
ENDEREÇO ELETRÔNICO : https://www.gov.br/compras/pt-br		
VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO		
ORÇAMENTO ANUAL	R\$ 271.426,28 (duzentos e setenta e um mil quatrocentos e vinte e seis reais e vinte e oito centavos)	
VISTORIA	INSTRUMENTO CONTRATUAL	
Não se aplica	Ata de Registro de Preços	
DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO		
Requisitos Básicos: 1. Habilitação jurídica: Conforme estabelecido no item 31.1 do Termo de Referência. 2. Qualificação econômico e financeira: Conforme estabelecido no item 31.4 do Termo de Referência. 3. Regularidade fiscal, social e trabalhista: Conforme estabelecido no item 31.3 do Termo de Referência. 4. Qualificação técnica: Conforme estabelecido no item 31.5 do Termo de Referência.		Requisitos Específicos:
CONTRATAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP?	RESERVA COTA ME/EPP?	EXIGE AMOSTRA/DEMONSTRAÇÃO?
sim	não	não
CRITÉRIO DE JULGAMENTO	MODO DE DISPUTA	REGISTRO DE PREÇO
Menor Preço	Aberto	sim
TELEFONES PARA CONTATO		E-MAIL PARA CONTATO:
TELEFONE: (69) 3212-9243		cogen5.supel@gmail.com
OBSERVAÇÕES GERAIS:		
1. Maiores informações e esclarecimentos sobre o certame serão prestados nas dependências da Superintendência Estadual de Licitações, sito a Av. Farquar, 2986, bairro: Pedrinhas, Complexo Rio Madeira, Ed. Pacaás Novos, 2º andar, em Porto Velho/RO - CEP: 76.801-470. 2. Informamos que devido a atualização do sistema compras.gov.br, para fins de pesquisa da licitação deverá ser inserido o número 90000 antes do número do certame. (EX.: 90001/2024)		

SUMÁRIO

1. DO PREÂMBULO;
2. DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES PARTICIPANTES DO REGISTRO DE PREÇOS;

3. DO OBJETO;
4. DA QUANTIDADE MÍNIMA A SER COTADA;
5. DA POSSIBILIDADE DE PREVISÃO DE PREÇOS DIFERENTES;
6. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO;
7. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO;
8. DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE;
9. DO REGISTRO DA PROPOSTA NO SISTEMA ELETRÔNICO;
10. DA FORMULAÇÃO DE LANCES, CONVOCAÇÃO ME/EPP E CRITÉRIO DE DESEMPATE;
11. A FASE DE NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS;
12. DA FASE DE HABILITAÇÃO;
13. DO RECURSO;
14. DA HOMOLOGAÇÃO;
15. DA REVOGAÇÃO E DA ANULAÇÃO;
16. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES;
17. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA;
18. DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO;
19. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS;
20. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS;
21. DOS ANEXOS;

1. DO PREÂMBULO

1.1. A SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES, por meio da **Portaria nº 290 de 04 de novembro de 2025**, publicada no DOE na data 07 de novembro de 2025, torna público que se encontra autorizada a realização da licitação na modalidade de **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, sob o nº **90077/2026/SUPEL/RO**, do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**, com o **Método de Disputa: ABERTO**, em conformidade com a [Lei Federal nº. 14.133, de 2021](#), [Decreto Estadual nº 28.874/2024](#), a [Lei Complementar nº 123/06](#), e o [Decreto Estadual 21.675/2017](#) e suas alterações, e demais legislações vigentes, tendo como interessado (a) Polícia Civil do Estado de Rondônia PC/RO.

1.1.1. O instrumento convocatório e todos os elementos integrantes encontram-se disponíveis, para conhecimento e retirada, no endereço eletrônico: <https://www.gov.br/compras/pt-br>

1.1.2. A sessão inaugural deste **PREGÃO ELETRÔNICO** dar-se-á por meio do sistema eletrônico, na data e horário estabelecidos.

1.1.3. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e locais estabelecidos no preâmbulo deste Edital, desde que não haja comunicação do(a) Pregoeiro(a) em contrário.

1.1.4. Os horários mencionados neste Edital de Licitação referem-se ao horário oficial de Brasília/DF.

2. DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES PARTICIPANTES DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. São participantes deste Sistema de Registro de Preços os seguintes órgãos e/ou entidades:

- Polícia Civil do Estado de Rondônia PC/RO.

3. DO OBJETO

3.1. O objeto da presente licitação é a **contratação de empresa(s) especializada(s) no fornecimento contínuo de gás liquefeito de petróleo (GLP), acondicionado em botijões de 13 kg, e de água mineral em vasilhames de 20 (vinte) litros**, destinados ao atendimento das demandas das unidades da Polícia

Civil do Estado de Rondônia.

3.2. Em caso de divergência existente entre as especificações do objeto descritas no sistema eletrônico – Portal de Compras do Governo Federal, e as especificações constantes no ANEXO I deste Edital – Termo de Referência, prevalecerão as últimas.

3.3. Das especificações técnicas/quantidades do objeto: Ficam aquelas estabelecidas no item 7. e seus subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS E QUANTITATIVOS

LOTE 01 - NOVA MUTUM					
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	CATMAT	QUANTITATIVO TOTAL MÍNIMO	QUANTITATIVO TOTAL MÁXIMO
1	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) (GÁS DE COZINHA), acondicionado em botija de 13 kg, em forma de troca, utilizado em fogões convencionais ou industriais. Fabricado segundo a Norma NBR 8460 da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Possui dispositivo de segurança de acordo com a Norma ABNT NBR 8614 que, em caso de aumento da pressão interna, libera o GLP, impedindo que ocorra uma explosão do vasilhame. Dispositivo de segurança: plugue fusível. Padrão da válvula: Norma ABNT NBR 8614.	BOTIJA	461652	3	4
2	ÁGUA MINERAL NATURAL, acondicionada em embalagem retornável (garrafão) de 20 litros, em plástico higiênico, com protetor na parte superior e lacre de segurança personalizado pelo fabricante.	GARRAFÃO	445485	108	144
LOTE 02 - EXTREMA					
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	CATMAT	QUANTITATIVO TOTAL MÍNIMO	QUANTITATIVO TOTAL MÁXIMO
3	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) (GÁS DE COZINHA), acondicionado em botija de 13 kg, em forma de troca, utilizado em fogões convencionais ou industriais. Fabricado segundo a Norma NBR 8460 da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Possui dispositivo de segurança de acordo com a Norma ABNT NBR 8614 que, em caso de aumento da pressão interna, libera o GLP, impedindo que ocorra uma explosão do vasilhame. Dispositivo de segurança: plugue fusível. Padrão da válvula: Norma ABNT NBR 8614.	BOTIJA	461652	3	4
4	ÁGUA MINERAL NATURAL, acondicionada em embalagem retornável (garrafão) de 20 litros, em plástico higiênico, com protetor na parte superior e lacre de segurança personalizado pelo fabricante.	GARRAFÃO	445485	126	168
LOTE 03 - GUAJARÁ-MIRIM					
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	CATMAT	QUANTITATIVO TOTAL MÍNIMO	QUANTITATIVO TOTAL MÁXIMO

5	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) (GÁS DE COZINHA), acondicionado em botija de 13 kg, em forma de troca, utilizado em fogões convencionais ou industriais. Fabricado segundo a Norma NBR 8460 da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Possui dispositivo de segurança de acordo com a Norma ABNT NBR 8614 que, em caso de aumento da pressão interna, libera o GLP, impedindo que ocorra uma explosão do vasilhame. Dispositivo de segurança: plugue fusível. Padrão da válvula: Norma ABNT NBR 8614.	BOTIJA	461652	17	22
6	ÁGUA MINERAL NATURAL, acondicionada em embalagem retornável (garrafão) de 20 litros, em plástico higiênico, com protetor na parte superior e lacre de segurança personalizado pelo fabricante.	GARRAFÃO	445485	837	1116
LOTE 04 - NOVA MAMORÉ					
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	CATMAT	QUANTITATIVO TOTAL MÍNIMO	QUANTITATIVO TOTAL MÁXIMO
7	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) (GÁS DE COZINHA), acondicionado em botija de 13 kg, em forma de troca, utilizado em fogões convencionais ou industriais. Fabricado segundo a Norma NBR 8460 da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Possui dispositivo de segurança de acordo com a Norma ABNT NBR 8614 que, em caso de aumento da pressão interna, libera o GLP, impedindo que ocorra uma explosão do vasilhame. Dispositivo de segurança: plugue fusível. Padrão da válvula: Norma ABNT NBR 8614.	BOTIJA	461652	5	6
8	ÁGUA MINERAL NATURAL, acondicionada em embalagem retornável (garrafão) de 20 litros, em plástico higiênico, com protetor na parte superior e lacre de segurança personalizado pelo fabricante.	GARRAFÃO	445485	261	348
LOTE 05 - ARIQUEMES					
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	CATMAT	QUANTITATIVO TOTAL MÍNIMO	QUANTITATIVO TOTAL MÁXIMO
9	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) (GÁS DE COZINHA), acondicionado em botija de 13 kg, em forma de troca, utilizado em fogões convencionais ou industriais. Fabricado segundo a Norma NBR 8460 da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Possui dispositivo de segurança de acordo com a Norma ABNT NBR 8614 que, em caso de aumento da pressão interna, libera o GLP, impedindo que ocorra uma explosão do vasilhame. Dispositivo de segurança: plugue fusível. Padrão da válvula: Norma ABNT NBR 8614.	BOTIJA	461652	8	10
10	ÁGUA MINERAL NATURAL, acondicionada em embalagem retornável (garrafão) de 20 litros, em plástico higiênico, com protetor na parte superior e lacre de segurança personalizado pelo fabricante.	GARRAFÃO	445485	1611	2184
LOTE 06 - BURITIS					
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	CATMAT	QUANTITATIVO TOTAL MÍNIMO	QUANTITATIVO TOTAL MÁXIMO

11	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) (GÁS DE COZINHA), acondicionado em botija de 13 kg, em forma de troca, utilizado em fogões convencionais ou industriais. Fabricado segundo a Norma NBR 8460 da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Possui dispositivo de segurança de acordo com a Norma ABNT NBR 8614 que, em caso de aumento da pressão interna, libera o GLP, impedindo que ocorra uma explosão do vasilhame. Dispositivo de segurança: plugue fusível. Padrão da válvula: Norma ABNT NBR 8614.	BOTIJA	461652	3	4
12	ÁGUA MINERAL NATURAL, acondicionada em embalagem retornável (garrafão) de 20 litros, em plástico higiênico, com protetor na parte superior e lacre de segurança personalizado pelo fabricante.	GARRAFÃO	445485	198	264
LOTE 07 - CUJUBIM					
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	CATMAT	QUANTITATIVO TOTAL MÍNIMO	QUANTITATIVO TOTAL MÁXIMO
13	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) (GÁS DE COZINHA), acondicionado em botija de 13 kg, em forma de troca, utilizado em fogões convencionais ou industriais. Fabricado segundo a Norma NBR 8460 da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Possui dispositivo de segurança de acordo com a Norma ABNT NBR 8614 que, em caso de aumento da pressão interna, libera o GLP, impedindo que ocorra uma explosão do vasilhame. Dispositivo de segurança: plugue fusível. Padrão da válvula: Norma ABNT NBR 8614.	BOTIJA	461652	3	4
14	ÁGUA MINERAL NATURAL, acondicionada em embalagem retornável (garrafão) de 20 litros, em plástico higiênico, com protetor na parte superior e lacre de segurança personalizado pelo fabricante.	GARRAFÃO	445485	198	264
LOTE 08 - MONTE NEGRO					
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	CATMAT	QUANTITATIVO TOTAL MÍNIMO	QUANTITATIVO TOTAL MÁXIMO
15	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) (GÁS DE COZINHA), acondicionado em botija de 13 kg, em forma de troca, utilizado em fogões convencionais ou industriais. Fabricado segundo a Norma NBR 8460 da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Possui dispositivo de segurança de acordo com a Norma ABNT NBR 8614 que, em caso de aumento da pressão interna, libera o GLP, impedindo que ocorra uma explosão do vasilhame. Dispositivo de segurança: plugue fusível. Padrão da válvula: Norma ABNT NBR 8614.	BOTIJA	461652	3	4
16	ÁGUA MINERAL NATURAL, acondicionada em embalagem retornável (garrafão) de 20 litros, em plástico higiênico, com protetor na parte superior e lacre de segurança personalizado pelo fabricante.	GARRAFÃO	445485	99	132
LOTE 09 - ALTO PARAÍSO					
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	CATMAT	QUANTITATIVO TOTAL MÍNIMO	QUANTITATIVO TOTAL MÁXIMO

17	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) (GÁS DE COZINHA), acondicionado em botija de 13 kg, em forma de troca, utilizado em fogões convencionais ou industriais. Fabricado segundo a Norma NBR 8460 da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Possui dispositivo de segurança de acordo com a Norma ABNT NBR 8614 que, em caso de aumento da pressão interna, libera o GLP, impedindo que ocorra uma explosão do vasilhame. Dispositivo de segurança: plugue fusível. Padrão da válvula: Norma ABNT NBR 8614.	BOTIJA	461652	3	4
18	ÁGUA MINERAL NATURAL, acondicionada em embalagem retornável (garrafão) de 20 litros, em plástico higiênico, com protetor na parte superior e lacre de segurança personalizado pelo fabricante.	GARRAFÃO	445485	99	132
LOTE 10 - JARU					
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	CATMAT	QUANTITATIVO TOTAL MÍNIMO	QUANTITATIVO TOTAL MÁXIMO
19	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) (GÁS DE COZINHA), acondicionado em botija de 13 kg, em forma de troca, utilizado em fogões convencionais ou industriais. Fabricado segundo a Norma NBR 8460 da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Possui dispositivo de segurança de acordo com a Norma ABNT NBR 8614 que, em caso de aumento da pressão interna, libera o GLP, impedindo que ocorra uma explosão do vasilhame. Dispositivo de segurança: plugue fusível. Padrão da válvula: Norma ABNT NBR 8614.	BOTIJA	461652	11	14
20	ÁGUA MINERAL NATURAL, acondicionada em embalagem retornável (garrafão) de 20 litros, em plástico higiênico, com protetor na parte superior e lacre de segurança personalizado pelo fabricante.	GARRAFÃO	445485	459	612
LOTE 11 - MACHADINHO DO OESTE					
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	CATMAT	QUANTITATIVO TOTAL MÍNIMO	QUANTITATIVO TOTAL MÁXIMO
21	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) (GÁS DE COZINHA), acondicionado em botija de 13 kg, em forma de troca, utilizado em fogões convencionais ou industriais. Fabricado segundo a Norma NBR 8460 da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Possui dispositivo de segurança de acordo com a Norma ABNT NBR 8614 que, em caso de aumento da pressão interna, libera o GLP, impedindo que ocorra uma explosão do vasilhame. Dispositivo de segurança: plugue fusível. Padrão da válvula: Norma ABNT NBR 8614.	BOTIJA	461652	3	4
22	ÁGUA MINERAL NATURAL, acondicionada em embalagem retornável (garrafão) de 20 litros, em plástico higiênico, com protetor na parte superior e lacre de segurança personalizado pelo fabricante.	GARRAFÃO	445485	216	288
LOTE 12 - JI-PARANÁ					
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	CATMAT	QUANTITATIVO TOTAL MÍNIMO	QUANTITATIVO TOTAL MÁXIMO

23	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) (GÁS DE COZINHA), acondicionado em botija de 13 kg, em forma de troca, utilizado em fogões convencionais ou industriais. Fabricado segundo a Norma NBR 8460 da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Possui dispositivo de segurança de acordo com a Norma ABNT NBR 8614 que, em caso de aumento da pressão interna, libera o GLP, impedindo que ocorra uma explosão do vasilhame. Dispositivo de segurança: plugue fusível. Padrão da válvula: Norma ABNT NBR 8614.	BOTIJA	461652	17	22
24	ÁGUA MINERAL NATURAL, acondicionada em embalagem retornável (garrafão) de 20 litros, em plástico higiênico, com protetor na parte superior e lacre de segurança personalizado pelo fabricante.	GARRAFÃO	445485	936	1248
LOTE 13 - OURO PRETO DO OESTE					
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	CATMAT	QUANTITATIVO TOTAL MÍNIMO	QUANTITATIVO TOTAL MÁXIMO
25	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) (GÁS DE COZINHA), acondicionado em botija de 13 kg, em forma de troca, utilizado em fogões convencionais ou industriais. Fabricado segundo a Norma NBR 8460 da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Possui dispositivo de segurança de acordo com a Norma ABNT NBR 8614 que, em caso de aumento da pressão interna, libera o GLP, impedindo que ocorra uma explosão do vasilhame. Dispositivo de segurança: plugue fusível. Padrão da válvula: Norma ABNT NBR 8614.	BOTIJA	461652	3	4
26	ÁGUA MINERAL NATURAL, acondicionada em embalagem retornável (garrafão) de 20 litros, em plástico higiênico, com protetor na parte superior e lacre de segurança personalizado pelo fabricante.	GARRAFÃO	445485	162	216
LOTE 14 - MIRANTE DA SERRA					
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	CATMAT	QUANTITATIVO TOTAL MÍNIMO	QUANTITATIVO TOTAL MÁXIMO
27	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) (GÁS DE COZINHA), acondicionado em botija de 13 kg, em forma de troca, utilizado em fogões convencionais ou industriais. Fabricado segundo a Norma NBR 8460 da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Possui dispositivo de segurança de acordo com a Norma ABNT NBR 8614 que, em caso de aumento da pressão interna, libera o GLP, impedindo que ocorra uma explosão do vasilhame. Dispositivo de segurança: plugue fusível. Padrão da válvula: Norma ABNT NBR 8614.	BOTIJA	461652	3	4
28	ÁGUA MINERAL NATURAL, acondicionada em embalagem retornável (garrafão) de 20 litros, em plástico higiênico, com protetor na parte superior e lacre de segurança personalizado pelo fabricante.	GARRAFÃO	445485	99	132
LOTE 15 - PRESIDENTE MÉDICI					
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	CATMAT	QUANTITATIVO TOTAL MÍNIMO	QUANTITATIVO TOTAL MÁXIMO

29	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) (GÁS DE COZINHA), acondicionado em botija de 13 kg, em forma de troca, utilizado em fogões convencionais ou industriais. Fabricado segundo a Norma NBR 8460 da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Possui dispositivo de segurança de acordo com a Norma ABNT NBR 8614 que, em caso de aumento da pressão interna, libera o GLP, impedindo que ocorra uma explosão do vasilhame. Dispositivo de segurança: plugue fusível. Padrão da válvula: Norma ABNT NBR 8614.	BOTIJA	461652	3	4
30	ÁGUA MINERAL NATURAL, acondicionada em embalagem retornável (garrafão) de 20 litros, em plástico higiênico, com protetor na parte superior e lacre de segurança personalizado pelo fabricante.	GARRAFÃO	445485	360	480
LOTE 16 - SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ					
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	CATMAT	QUANTITATIVO TOTAL MÍNIMO	QUANTITATIVO TOTAL MÁXIMO
31	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) (GÁS DE COZINHA), acondicionado em botija de 13 kg, em forma de troca, utilizado em fogões convencionais ou industriais. Fabricado segundo a Norma NBR 8460 da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Possui dispositivo de segurança de acordo com a Norma ABNT NBR 8614 que, em caso de aumento da pressão interna, libera o GLP, impedindo que ocorra uma explosão do vasilhame. Dispositivo de segurança: plugue fusível. Padrão da válvula: Norma ABNT NBR 8614.	BOTIJA	461652	11	14
32	ÁGUA MINERAL NATURAL, acondicionada em embalagem retornável (garrafão) de 20 litros, em plástico higiênico, com protetor na parte superior e lacre de segurança personalizado pelo fabricante.	GARRAFÃO	445485	486	648
LOTE 17 - URUPÁ					
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	CATMAT	QUANTITATIVO TOTAL MÍNIMO	QUANTITATIVO TOTAL MÁXIMO
33	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) (GÁS DE COZINHA), acondicionado em botija de 13 kg, em forma de troca, utilizado em fogões convencionais ou industriais. Fabricado segundo a Norma NBR 8460 da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Possui dispositivo de segurança de acordo com a Norma ABNT NBR 8614 que, em caso de aumento da pressão interna, libera o GLP, impedindo que ocorra uma explosão do vasilhame. Dispositivo de segurança: plugue fusível. Padrão da válvula: Norma ABNT NBR 8614.	BOTIJA	461652	2	3
34	ÁGUA MINERAL NATURAL, acondicionada em embalagem retornável (garrafão) de 20 litros, em plástico higiênico, com protetor na parte superior e lacre de segurança personalizado pelo fabricante.	GARRAFÃO	445485	126	168
LOTE 18 - SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ					
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	CATMAT	QUANTITATIVO TOTAL MÍNIMO	QUANTITATIVO TOTAL MÁXIMO

35	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) (GÁS DE COZINHA), acondicionado em botija de 13 kg, em forma de troca, utilizado em fogões convencionais ou industriais. Fabricado segundo a Norma NBR 8460 da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Possui dispositivo de segurança de acordo com a Norma ABNT NBR 8614 que, em caso de aumento da pressão interna, libera o GLP, impedindo que ocorra uma explosão do vasilhame. Dispositivo de segurança: plugue fusível. Padrão da válvula: Norma ABNT NBR 8614.	BOTIJA	461652	2	3
36	ÁGUA MINERAL NATURAL, acondicionada em embalagem retornável (garrafão) de 20 litros, em plástico higiênico, com protetor na parte superior e lacre de segurança personalizado pelo fabricante.	GARRAFÃO	445485	216	288
LOTE 19 - COSTA MARQUES					
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	CATMAT	QUANTITATIVO TOTAL MÍNIMO	QUANTITATIVO TOTAL MÁXIMO
37	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) (GÁS DE COZINHA), acondicionado em botija de 13 kg, em forma de troca, utilizado em fogões convencionais ou industriais. Fabricado segundo a Norma NBR 8460 da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Possui dispositivo de segurança de acordo com a Norma ABNT NBR 8614 que, em caso de aumento da pressão interna, libera o GLP, impedindo que ocorra uma explosão do vasilhame. Dispositivo de segurança: plugue fusível. Padrão da válvula: Norma ABNT NBR 8614.	BOTIJA	461652	3	4
38	ÁGUA MINERAL NATURAL, acondicionada em embalagem retornável (garrafão) de 20 litros, em plástico higiênico, com protetor na parte superior e lacre de segurança personalizado pelo fabricante.	GARRAFÃO	445485	261	348
LOTE 20 - ALVORADA DO OESTE					
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	CATMAT	QUANTITATIVO TOTAL MÍNIMO	QUANTITATIVO TOTAL MÁXIMO
39	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) (GÁS DE COZINHA), acondicionado em botija de 13 kg, em forma de troca, utilizado em fogões convencionais ou industriais. Fabricado segundo a Norma NBR 8460 da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Possui dispositivo de segurança de acordo com a Norma ABNT NBR 8614 que, em caso de aumento da pressão interna, libera o GLP, impedindo que ocorra uma explosão do vasilhame. Dispositivo de segurança: plugue fusível. Padrão da válvula: Norma ABNT NBR 8614.	BOTIJA	461652	5	6
40	ÁGUA MINERAL NATURAL, acondicionada em embalagem retornável (garrafão) de 20 litros, em plástico higiênico, com protetor na parte superior e lacre de segurança personalizado pelo fabricante.	GARRAFÃO	445485	216	288
LOTE 21 - SERINGUEIRAS					
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	CATMAT	QUANTITATIVO TOTAL MÍNIMO	QUANTITATIVO TOTAL MÁXIMO

41	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) (GÁS DE COZINHA), acondicionado em botija de 13 kg, em forma de troca, utilizado em fogões convencionais ou industriais. Fabricado segundo a Norma NBR 8460 da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Possui dispositivo de segurança de acordo com a Norma ABNT NBR 8614 que, em caso de aumento da pressão interna, libera o GLP, impedindo que ocorra uma explosão do vasilhame. Dispositivo de segurança: plugue fusível. Padrão da válvula: Norma ABNT NBR 8614.	BOTIJA	461652	3	4
42	ÁGUA MINERAL NATURAL, acondicionada em embalagem retornável (garrafão) de 20 litros, em plástico higiênico, com protetor na parte superior e lacre de segurança personalizado pelo fabricante.	GARRAFÃO	445485	99	132
LOTE 22 - CACOAL					
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	CATMAT	QUANTITATIVO TOTAL MÍNIMO	QUANTITATIVO TOTAL MÁXIMO
43	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) (GÁS DE COZINHA), acondicionado em botija de 13 kg, em forma de troca, utilizado em fogões convencionais ou industriais. Fabricado segundo a Norma NBR 8460 da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Possui dispositivo de segurança de acordo com a Norma ABNT NBR 8614 que, em caso de aumento da pressão interna, libera o GLP, impedindo que ocorra uma explosão do vasilhame. Dispositivo de segurança: plugue fusível. Padrão da válvula: Norma ABNT NBR 8614.	BOTIJA	461652	17	22
44	ÁGUA MINERAL NATURAL, acondicionada em embalagem retornável (garrafão) de 20 litros, em plástico higiênico, com protetor na parte superior e lacre de segurança personalizado pelo fabricante.	GARRAFÃO	445485	972	1296
LOTE 23 - PIMENTA BUENO					
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	CATMAT	QUANTITATIVO TOTAL MÍNIMO	QUANTITATIVO TOTAL MÁXIMO
45	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) (GÁS DE COZINHA), acondicionado em botija de 13 kg, em forma de troca, utilizado em fogões convencionais ou industriais. Fabricado segundo a Norma NBR 8460 da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Possui dispositivo de segurança de acordo com a Norma ABNT NBR 8614 que, em caso de aumento da pressão interna, libera o GLP, impedindo que ocorra uma explosão do vasilhame. Dispositivo de segurança: plugue fusível. Padrão da válvula: Norma ABNT NBR 8614.	BOTIJA	461652	5	6
46	ÁGUA MINERAL NATURAL, acondicionada em embalagem retornável (garrafão) de 20 litros, em plástico higiênico, com protetor na parte superior e lacre de segurança personalizado pelo fabricante.	GARRAFÃO	445485	315	420
LOTE 24 - ESPIGÃO DO OESTE					
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	CATMAT	QUANTITATIVO TOTAL MÍNIMO	QUANTITATIVO TOTAL MÁXIMO

47	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) (GÁS DE COZINHA), acondicionado em botija de 13 kg, em forma de troca, utilizado em fogões convencionais ou industriais. Fabricado segundo a Norma NBR 8460 da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Possui dispositivo de segurança de acordo com a Norma ABNT NBR 8614 que, em caso de aumento da pressão interna, libera o GLP, impedindo que ocorra uma explosão do vasilhame. Dispositivo de segurança: plugue fusível. Padrão da válvula: Norma ABNT NBR 8614.	BOTIJA	461652	3	4
48	ÁGUA MINERAL NATURAL, acondicionada em embalagem retornável (garrafão) de 20 litros, em plástico higiênico, com protetor na parte superior e lacre de segurança personalizado pelo fabricante.	GARRAFÃO	445485	261	348
LOTE 25 - MINISTRO ANDREAZZA					
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	CATMAT	QUANTITATIVO ANUAL TOTAL	QUANTITATIVO TOTAL MÁXIMO
49	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) (GÁS DE COZINHA), acondicionado em botija de 13 kg, em forma de troca, utilizado em fogões convencionais ou industriais. Fabricado segundo a Norma NBR 8460 da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Possui dispositivo de segurança de acordo com a Norma ABNT NBR 8614 que, em caso de aumento da pressão interna, libera o GLP, impedindo que ocorra uma explosão do vasilhame. Dispositivo de segurança: plugue fusível. Padrão da válvula: Norma ABNT NBR 8614.	BOTIJA	461652	5	6
50	ÁGUA MINERAL NATURAL, acondicionada em embalagem retornável (garrafão) de 20 litros, em plástico higiênico, com protetor na parte superior e lacre de segurança personalizado pelo fabricante.	GARRAFÃO	445485	198	264
LOTE 26 - VILHENA					
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	CATMAT	QUANTITATIVO ANUAL TOTAL	QUANTITATIVO TOTAL MÁXIMO
51	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) (GÁS DE COZINHA), acondicionado em botija de 13 kg, em forma de troca, utilizado em fogões convencionais ou industriais. Fabricado segundo a Norma NBR 8460 da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Possui dispositivo de segurança de acordo com a Norma ABNT NBR 8614 que, em caso de aumento da pressão interna, libera o GLP, impedindo que ocorra uma explosão do vasilhame. Dispositivo de segurança: plugue fusível. Padrão da válvula: Norma ABNT NBR 8614.	BOTIJA	461652	14	18
52	ÁGUA MINERAL NATURAL, acondicionada em embalagem retornável (garrafão) de 20 litros, em plástico higiênico, com protetor na parte superior e lacre de segurança personalizado pelo fabricante.	GARRAFÃO	445485	954	1272
LOTE 27 - COLORADO DO OESTE					
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	CATMAT	QUANTITATIVO TOTAL MÍNIMO	QUANTITATIVO TOTAL MÁXIMO

53	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) (GÁS DE COZINHA), acondicionado em botija de 13 kg, em forma de troca, utilizado em fogões convencionais ou industriais. Fabricado segundo a Norma NBR 8460 da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Possui dispositivo de segurança de acordo com a Norma ABNT NBR 8614 que, em caso de aumento da pressão interna, libera o GLP, impedindo que ocorra uma explosão do vasilhame. Dispositivo de segurança: plugue fusível. Padrão da válvula: Norma ABNT NBR 8614.	BOTIJA	461652	5	6
54	ÁGUA MINERAL NATURAL, acondicionada em embalagem retornável (garrafão) de 20 litros, em plástico higiênico, com protetor na parte superior e lacre de segurança personalizado pelo fabricante.	GARRAFÃO	445485	162	216
LOTE 28 - CEREJEIRAS					
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	CATMAT	QUANTITATIVO TOTAL MÍNIMO	QUANTITATIVO TOTAL MÁXIMO
55	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) (GÁS DE COZINHA), acondicionado em botija de 13 kg, em forma de troca, utilizado em fogões convencionais ou industriais. Fabricado segundo a Norma NBR 8460 da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Possui dispositivo de segurança de acordo com a Norma ABNT NBR 8614 que, em caso de aumento da pressão interna, libera o GLP, impedindo que ocorra uma explosão do vasilhame. Dispositivo de segurança: plugue fusível. Padrão da válvula: Norma ABNT NBR 8614.	BOTIJA	461652	3	4
56	ÁGUA MINERAL NATURAL, acondicionada em embalagem retornável (garrafão) de 20 litros, em plástico higiênico, com protetor na parte superior e lacre de segurança personalizado pelo fabricante.	GARRAFÃO	445485	153	204
LOTE 29 - ROLIM DE MOURA					
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	CATMAT	QUANTITATIVO TOTAL MÍNIMO	QUANTITATIVO TOTAL MÁXIMO
57	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) (GÁS DE COZINHA), acondicionado em botija de 13 kg, em forma de troca, utilizado em fogões convencionais ou industriais. Fabricado segundo a Norma NBR 8460 da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Possui dispositivo de segurança de acordo com a Norma ABNT NBR 8614 que, em caso de aumento da pressão interna, libera o GLP, impedindo que ocorra uma explosão do vasilhame. Dispositivo de segurança: plugue fusível. Padrão da válvula: Norma ABNT NBR 8614.	BOTIJA	461652	12	16
58	ÁGUA MINERAL NATURAL, acondicionada em embalagem retornável (garrafão) de 20 litros, em plástico higiênico, com protetor na parte superior e lacre de segurança personalizado pelo fabricante.	GARRAFÃO	445485	594	792
LOTE 30 - ALTA FLORESTA DO OESTE					
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	CATMAT	QUANTITATIVO TOTAL MÍNIMO	QUANTITATIVO TOTAL MÁXIMO

59	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) (GÁS DE COZINHA), acondicionado em botija de 13 kg, em forma de troca, utilizado em fogões convencionais ou industriais. Fabricado segundo a Norma NBR 8460 da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Possui dispositivo de segurança de acordo com a Norma ABNT NBR 8614 que, em caso de aumento da pressão interna, libera o GLP, impedindo que ocorra uma explosão do vasilhame. Dispositivo de segurança: plugue fusível. Padrão da válvula: Norma ABNT NBR 8614.	BOTIJA	461652	3	4
60	ÁGUA MINERAL NATURAL, acondicionada em embalagem retornável (garrafão) de 20 litros, em plástico higiênico, com protetor na parte superior e lacre de segurança personalizado pelo fabricante.	GARRAFÃO	445485	216	288
LOTE 31 - NOVA BRASILÂNDIA DO OESTE					
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	CATMAT	QUANTITATIVO TOTAL MÍNIMO	QUANTITATIVO ANUAL TOTAL
61	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) (GÁS DE COZINHA), acondicionado em botija de 13 kg, em forma de troca, utilizado em fogões convencionais ou industriais. Fabricado segundo a Norma NBR 8460 da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Possui dispositivo de segurança de acordo com a Norma ABNT NBR 8614 que, em caso de aumento da pressão interna, libera o GLP, impedindo que ocorra uma explosão do vasilhame. Dispositivo de segurança: plugue fusível. Padrão da válvula: Norma ABNT NBR 8614.	BOTIJA	461652	3	4
62	ÁGUA MINERAL NATURAL, acondicionada em embalagem retornável (garrafão) de 20 litros, em plástico higiênico, com protetor na parte superior e lacre de segurança personalizado pelo fabricante.	GARRAFÃO	445485	216	288
LOTE 32 - SANTA LUZIA DO OESTE					
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	CATMAT	QUANTITATIVO TOTAL MÍNIMO	QUANTITATIVO ANUAL TOTAL
63	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) (GÁS DE COZINHA), acondicionado em botija de 13 kg, em forma de troca, utilizado em fogões convencionais ou industriais. Fabricado segundo a Norma NBR 8460 da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Possui dispositivo de segurança de acordo com a Norma ABNT NBR 8614 que, em caso de aumento da pressão interna, libera o GLP, impedindo que ocorra uma explosão do vasilhame. Dispositivo de segurança: plugue fusível. Padrão da válvula: Norma ABNT NBR 8614.	BOTIJA	461652	3	4
64	ÁGUA MINERAL NATURAL, acondicionada em embalagem retornável (garrafão) de 20 litros, em plástico higiênico, com protetor na parte superior e lacre de segurança personalizado pelo fabricante.	GARRAFÃO	445485	261	348

3.4. Da garantia do objeto: Ficam aquelas estabelecidas no item 14. e seus subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

GARANTIA E VALIDADE DOS PRODUTOS

Garantia

Os materiais fornecidos deverão atender às disposições da Lei nº 8.078/1990, bem como às demais

legislações pertinentes.

O prazo de garantia terá início a partir do recebimento definitivo do objeto.

A garantia consistirá na substituição dos produtos que apresentarem mau funcionamento, defeitos, avarias decorrentes de transporte, armazenamento inadequado ou divergência em relação às especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência.

Comprovada a impossibilidade ou impropriedade de utilização do material, a Contratada deverá promover sua substituição no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, sem qualquer ônus para a Contratante.

Validade dos Materiais

Água mineral: Classificada, segundo o Código de Águas Minerais, como potável de mesa, sem gás, com lacre de segurança e rótulo contendo as informações necessárias para o controle da qualidade, devendo possuir validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de engarrafamento e/ou fabricação, em conformidade com a Lei nº 8.078/1990 e com a Resolução RDC nº 173/2006 e suas alterações. O vasilhame deverá possuir validade mínima de 3 (três) anos a partir da data de fabricação, conforme regulamentação do INMETRO.

Gás GLP (botija de 13 kg): A vida útil do recipiente é estimada em até 15 (quinze) anos a partir da data de fabricação, a qual deverá constar no produto, podendo variar conforme condições de uso, armazenamento e conservação.

3.5 Das condições contratuais/garantia do contratual: Ficam aquelas estabelecidas no item 27. e seus subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

DA GARANTIA CONTRATUAL

Não será exigida garantia contratual para a presente contratação, nos termos da legislação vigente, tendo em vista que o objeto deste Termo de Referência não apresenta complexidade técnica ou operacional relevante, tampouco envolve contratação de grande vulto.

A medida mostra-se adequada e proporcional às características do objeto, não comprometendo a segurança da execução contratual nem a adequada satisfação do interesse público.

3.6. Do reajuste e supressão contratual: Ficam aquelas estabelecidas no item 23. e seus subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

ALTERAÇÕES CONTRATUAIS, REAJUSTE, REVISÃO E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Nos termos da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Estadual nº 28.874/2024, o contrato administrativo poderá sofrer alterações, bem como ajustes em seus valores, desde que observados os limites legais, a devida motivação e a preservação do interesse público.

Das Alterações Unilaterais pela Administração

Consoante o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133/2021, os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

Art. 124. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

I – unilateralmente pela Administração:

- a) quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica a seus objetivos;
- b) quando for necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;

II – por acordo entre as partes:

- a) quando conveniente a substituição da garantia de execução;
- b) quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou do serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
- c) quando necessária a modificação da forma de pagamento por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado e vedada a antecipação do pagamento;
- d) para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato.

Nos termos do art. 125 da Lei n. 14.133/2021: "Art. 125. Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 desta Lei, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato (...)."

Fica vedada qualquer alteração que implique a transfiguração do objeto originalmente contratado, conforme dispõe o art. 126 da Lei n. 14.133/2021.

Dos Acréscimos e das Supressões Contratuais

Os acréscimos e supressões contratuais deverão observar os limites legais e as condições originalmente pactuadas. Na hipótese de supressão de serviços ou fornecimentos já iniciados, aplica-se o disposto no art. 129 da Lei n. 14.133/2021: "Nas alterações contratuais para supressão de obras, bens ou serviços, se o contratado já houver adquirido os materiais e os colocado no local dos trabalhos, estes deverão ser pagos pela Administração pelos custos de aquisição regularmente comprovados e monetariamente reajustados

(...)."

Do Reajuste Contratual

O reajuste contratual tem por finalidade recompor a perda do valor da moeda em razão da variação inflacionária ordinária, devendo observar o princípio da anualidade, nos termos do art. 2º, § 1º, da Lei Federal nº 10.192/2001.

Nos termos dos arts. 150 a 156 do Decreto Estadual nº 28.874/2024, os valores contratados serão fixos e irrevogáveis pelo período mínimo de 12 (doze) meses, contado a partir da data limite para apresentação da proposta.

Decorrido esse prazo, o reajuste será concedido mediante a aplicação do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA**, ou outro índice oficial que venha a substituí-lo, conforme previsto no instrumento convocatório e no contrato.

O reajuste poderá ser formalizado por apostilamento, exceto quando coincidir com prorrogação contratual, hipótese em que deverá ser formalizado por termo aditivo, conforme disciplina o Decreto Estadual nº 28.874/2024.

Da Revisão Contratual

A revisão contratual destina-se à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato em razão de fatos supervenientes, imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, bem como nos casos de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe.

As hipóteses e procedimentos para a revisão contratual encontram-se disciplinados nos arts. 163 e 164 do Decreto Estadual n. 28.874/2024, devendo ser devidamente comprovada a efetiva alteração da equação econômico-financeira originalmente pactuada.

Do Reequilíbrio Econômico-Financeiro

Sempre que houver alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos do contratado, a Administração deverá restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial, conforme dispõe o art. 130 da Lei n. 14.133/2021: "Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos do contratado, a Administração deverá restabelecer, no mesmo termo aditivo, o equilíbrio econômico-financeiro inicial."

O pedido de reequilíbrio deverá ser formulado durante a vigência contratual, observado o procedimento previsto nos arts. 165 a 168 do Decreto Estadual nº 28.874/2024, devidamente instruído com documentação comprobatória.

3.7. Da fiscalização e acompanhamento do recebimento/execução do objeto: Ficam aquelas estabelecidas no item 13. e seus subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

A Polícia Civil designará representantes para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, nos termos do Decreto Estadual nº 28.874/2024, devendo as atividades de gestão e fiscalização serem realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, assegurada a distinção das atividades, conforme a complexidade da contratação.

Os representantes designados deverão registrar, em documentos próprios, todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização de eventuais falhas ou defeitos observados.

As decisões e providências que ultrapassarem a competência dos responsáveis pela fiscalização deverão ser encaminhadas à autoridade competente em tempo hábil para adoção das medidas necessárias.

O exercício da fiscalização pela CONTRATANTE não excluirá nem reduzirá a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros.

Havendo necessidade, poderão ser designados servidores ou comissão específica para o recebimento e/ou fiscalização do objeto.

Da Fiscalização do Contrato

A fiscalização do contrato será exercida por servidores formalmente designados, podendo compreender, conforme a complexidade da contratação, a atuação de fiscal técnico, fiscal administrativo e fiscal setorial.

Fiscal Técnico

Compete ao fiscal técnico do contrato:

acompanhar a execução do objeto quanto aos aspectos técnicos, verificando o cumprimento das especificações estabelecidas no Termo de Referência e no contrato;

registrar todas as ocorrências relacionadas à execução contratual, adotando as providências necessárias à regularização de falhas;

emitir notificações à contratada para correção de irregularidades, fixando prazo para sua regularização;

comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, situações que demandem decisão ou providências que ultrapassem sua competência;

fiscalizar a execução do contrato, assegurando o cumprimento das condições pactuadas e a obtenção dos resultados esperados;

realizar o recebimento provisório do objeto, mediante ateste de recebimento dos bens;
auxiliar o gestor do contrato na avaliação do desempenho da contratada e na elaboração de relatórios técnicos.

Fiscal Administrativo

Compete ao fiscal administrativo do contrato:

acompanhar os aspectos administrativos da execução contratual, incluindo prazos, empenho, pagamento, garantias, glosas e eventuais alterações contratuais;

verificar a manutenção das condições de habilitação e qualificação da contratada durante toda a execução do contrato;

examinar a regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária, quando aplicável;

atuar tempestivamente na solução de irregularidades, reportando ao gestor do contrato quando necessário;

conferir a documentação necessária à liquidação da despesa e encaminhá-la ao gestor do contrato;

auxiliar na elaboração de relatórios de acompanhamento da execução contratual;

apoiar o gestor do contrato nas atividades de controle administrativo e financeiro do contrato.

Fiscal Setorial (quando aplicável)

O fiscal setorial será designado quando houver execução descentralizada do contrato, competindo-lhe:

acompanhar a execução do objeto no âmbito de sua unidade ou local de atuação;

registrar as ocorrências verificadas e comunicar aos fiscais técnico e administrativo e ao gestor do contrato;

auxiliar na verificação da conformidade da execução do objeto contratual;

apoiar a Administração na fiscalização local da execução do objeto.

Do Gestor do Contrato

O gestor do contrato será responsável por administrar a execução contratual até o término de sua vigência, competindo-lhe:

coordenar as atividades de fiscalização técnica, administrativa e, quando houver, setorial;

acompanhar o cumprimento das obrigações contratuais, adotando as providências necessárias à regular execução do contrato;

controlar prazos de vigência e execução contratual;

comunicar à autoridade competente eventuais irregularidades e propor aplicação de sanções, quando cabível;

instruir processos de alteração, prorrogação e revisão contratual;

manter registro atualizado das informações relevantes do contrato;

encaminhar documentos para liquidação e pagamento;

elaborar relatório final da execução contratual, avaliando o desempenho da contratada e os resultados obtidos.

3.8. Da entrega/recebimento: Ficam aquelas estabelecidas no item 12. e subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Da Forma de Fornecimento

A Contratada deverá fornecer os produtos de forma contínua e parcelada, conforme a necessidade da Administração, mediante requisição/Ordem de Fornecimento emitida pela unidade competente.

Da Entrega dos Produtos

As entregas deverão ocorrer de acordo com as quantidades especificadas na Ordem de Fornecimento, sendo vedada qualquer alteração sem prévia autorização da Administração.

A Contratada será integralmente responsável pelo transporte, acondicionamento e entrega dos produtos, incluindo todos os custos relacionados, tais como frete, movimentação e demais despesas necessárias.

As Ordens de Fornecimento serão encaminhadas preferencialmente por meio eletrônico (e-mail) ou outro meio oficial de comunicação adotado pela Administração, devendo a Contratada, após o recebimento, providenciar a entrega dos produtos nos quantitativos solicitados.

As entregas deverão ocorrer no horário das 07h30 às 13h30, de segunda a sexta-feira, exceto feriados.

Os locais de entrega encontram-se especificados na planilha abaixo.

ITEM	LOCALIDADE	UNIDADES	ENDEREÇO
01	NOVA MUTUM PARANÁ	DELEGACIA DA POLÍCIA CIVIL DE NOVA MUTUM PARANÁ	Telefone: (69) 3237-3012E-mail: 10dp.novamutum@pc.ro.gov.brEndereço: Rua Jenipapo com Pirarara, Fase 01, Lote 16 - Distrito de Nova Mutum Paraná - Rondônia.

ITEM	LOCALIDADE	UNIDADES	ENDEREÇO
02	EXTREMA	DELEGACIA DA POLÍCIA CIVIL DE EXTREMA	Telefone: (69) 3252-1442E-mail: 9dp.portovelho@pc.ro.gov.brEndereço: Rua Duque de Caxias, nº 162, bairro Roque - Distrito de Extrema - Rondônia.
03	GUAJARÁ-MIRIM	DELEGACIA REGIONAL DA POLÍCIA CIVIL DE GUAJARÁ-MIRIM1º DP DE GUAJARÁ-MIRIMIICC DE GUAJARÁ-MIRIMNÚCLEO DE INTELIGÊNCIA - NII	Telefone: (69) 3541-2424/3541-2224E-mail: 1dp.guajaramirim@pc.ro.gov.brEndereço: Av. Duque de Caxias, nº 1720, Bairro 10 de Abril, CEP 76.850-000 - Guajará Mirim - Rondônia.
		DELEGACIA ESPECIALIZADA NO ATENDIMENTO À MULHER (DEAM)INSTITUTO MÉDICO LEGAL - IML	Telefone: (69) 3541-2021/3541-2521E-mail: ddm.guajaramirim@pc.ro.gov.br e imlgirm@pc.ro.gov.brEndereço: Av. Antônio Correa da Costa, nº 842, Bairro Industrial, CEP 76.962-220 - Guajará Mirim - Rondônia.
04	NOVA MAMORÉ	DELEGACIA DA POLÍCIA CIVIL DE NOVA MAMORÉ (UNISP)	Telefone: (69) 3544-3024 e 3541-2277E-mail: 1dp.novamamore@pc.ro.gov.brEndereço: Av. Raimundo Brasileiro, nº 3048, bairro Cidade Nova, CEP 76.857-000 - Nova Mamoré - Rondônia.
		IICC DE NOVA MAMORÉ	Telefone: (69) 3541.2277E-mail: 1dp.novamamore@pc.ro.gov.brEndereço: Av. Duque de Caxias, 1720, bairro 10 de abril, CEP 76850-000 - Nova Mamoré - Rondônia.
05	ARIQUEMES	DELEGACIA REGIONAL DA POLÍCIA CIVIL DE ARIQUEMESPLANTÃO DE POLÍCIA CIVIL DE ARIQUEMESDELEGACIA ESPECIALIZADA NO ATENDIMENTO À MULHER (DEAM)DELEGACIA ESPECIALIZADA EM REPRESSÃO A CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO (DERCP)DELEGACIA ESPECIALIZADA EM CRIMES CONTRA A VIDA (DERCCV)NÚCLEO INTEGRADO DE INTELIGÊNCIAIICC DE ARIQUEMES1ª E 2ª DELEGACIA DE POLÍCIA DE ARIQUEMES	Telefone: (69) 3535-5336/3535-2548 e 3535-3510E-mail: regional.ariquesmes@pc.ro.gov.brEndereço: Av. Tancredo Neves, nº 2540, bairro Setor Industrial, CEP 76.872-854 - Ariquesmes - Rondônia.
		INSTITUTO MÉDICO LEGAL (IML)	Telefone: (69) 3535-2629E-mail: imlari@pc.ro.gov.brEndereço: Av. Tancredo Neves, nº 6270, bairro Jardim Paraná, CEP 76871-453 - Ariquesmes - Rondônia.
06	ALTO PARAÍSO	DELEGACIA DA POLÍCIA CIVIL DE ALTO PARAÍSO	Telefone: (69) 3534-2514E-mail: 1dp.alps@pc.ro.gov.brEndereço: Rua Paulo VI, nº 3673, Centro, CEP 76862-000 - Alto Paraíso - Rondônia.
07	BURITIS	DELEGACIA DA POLÍCIA CIVIL DE BURITIS	Telefone: (69) 3238-2950E-mail: 1dp.cujubim@pc.ro.gov.brEndereço: Av Porto Velho, nº 800, bairro Setor 01, CEP 76.880-000 - Buritis - Rondônia.
08	CUJUBIM	DELEGACIA DA POLÍCIA CIVIL DE CUJUBIM	Telefone: (69) 3582-2699; 3582-2053E-mail: 1dp.cujubim@pc.ro.gov.brEndereço: Av. Maracanã, nº 1230, bairro Setor 01, CEP 76.864-000 - Cujubim - Rondônia.

ITEM	LOCALIDADE	UNIDADES	ENDEREÇO
09	MONTE NEGRO	DELEGACIA DA POLÍCIA CIVIL DE MONTE NEGRO	Telefone: (69) 3530-2013E-mail: 1dp.montenegro@pc.ro.gov.brEndereço: Rua Brasília Pereira Gomes, nº 2306, bairro Setor 01 - Praça do Cibrazem - CEP 76.888-000 - Monte Negro - Rondônia.
10	JARU	DELEGACIA REGIONAL DA POLÍCIA CIVIL DE JARUDELEGACIA ESPECIALIZADA NO ATENDIMENTO À MULHER (DEAM)NÚCLEO INTEGRADO DE INTELIGÊNCIA (NII	Telefone: (69) 3521-1828E-mail: regional.jarul@gmail.comEndereço: Rua Raimundo Cantanhede, nº 836, bairro Setor 01, CEP 76.890-000 - Jaru - Rondônia.
		1ª DELEGACIA DE POLÍCIA - JARU	Telefone: (69) 3521-1828E-mail: 1dp.jaru@pc.ro.gov.brEndereço: Rua Florianópolis, nº 2525, bairro Setor 03, CEP 76890-000 - Jaru - Rondônia.
11	MACHADINHO DO OESTE	DELEGACIA REGIONAL DA POLÍCIA CIVIL DE MACHADINHO DO OESTE (UNISP)IICC DE MACHADINHO DO OESTE	Telefone: (69) 3581-2390E-mail: cartorio.dp1.mdo@gmail.comEndereço: Av. João Batista Figueiredo, nº 3761, Bairro União, CEP: 76868-000 - Machadinho do Oeste - Rondônia.
12	JI-PARANÁ	DELEGACIA REGIONAL DA POLÍCIA CIVIL DE JI-PARANÁ (UNISP)	Telefone: (69) 3422-3560E-mail: regional.jiparana@pc.ro.gov.brEndereço: Rua Café Filho, nº 1066, bairro São Pedro, CEP 76.913-598 - Ji-Paraná - Rondônia.
		INSTITUTO MÉDICO LEGAL (IML)IICC DE JI-PARANÁ1º DELEGACIA DE POLÍCIA DE JI-PARANÁDELEGACIA ESPECIALIZADA EM CRIMES CONTRA A VIDA (DECCV)DELEGACIA ESPECIALIZADA NO ATENDIMENTO À MULHER (DEAM)	Telefone: (69) 3422-8000/3422-1165/3422-3560/3422-4218E-mail: iml.jipa@pc.ro.gov.br/ 1dp.jiparana@pc.ro.gov.br/ deam.jiparana@pc.ro.gov.brEndereço: Rua 22 de novembro, nº 41, bairro Urupá, CEP 76.900-111 - Ji-Paraná - Rondônia.
13	OURO PRETO	DELEGACIA DA POLÍCIA CIVIL DE OURO PRETOIICC DE OURO PRETO	Telefone: (69) 3461-2355E-mail: cartoriopopo@gmail.comEndereço: Av. Capitão Silvio Gonçalves de Farias, nº 564, bairro Incra, CEP 76920-000 - Ouro Preto - Rondônia.
14	PRESIDENTE MÉDICI	DELEGACIA DA POLÍCIA CIVIL DE PRESIDENTE MÉDICIICC DE PRESIDENTE MÉDICI	Telefone: (69) 3471-2396E-mail: cartoriopmedici@gmail.comEndereço: Rua Valdemar Fernandes, nº 3064, Bairro Centro, CEP 76916-000 - Presidente Médici - Rondônia.
15	MIRANTE DA SERRA	DELEGACIA DA POLÍCIA CIVIL DE MIRANTE DA SERRA	Telefone: (69) 3463-2464E-mail: cartoriopcmirante@gmail.comEndereço: Rua dos Seringueiros, nº 2359, bairro Centro, CEP 76.926-970 - Mirante da Serra - Rondônia
16	SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ	DELEGACIA REGIONAL DA POLÍCIA CIVIL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ	Telefone: (69) 3642-2246E-mail: dpc.saomiguel@gmail.comEndereço: Av. Presidente Vargas, nº 595, bairro Centro, CEP 76.932-000 - São Miguel do Guaporé - Rondônia.
		1ª DP DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉINSTITUTO MÉDICO LEGAL (IML) - SÃO MIGUEL DO GUAPORÉIICC DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ	Telefone: (69) 3642-2246/3642-2263E-mail: 1dp.saomiguel@pc.ro.gov.br/ ic.saomiguel@pc.ro.gov.brEndereço: Av. Presidente Vargas, nº 560, bairro Centro, CEP 76.932-000 - São Miguel do Guaporé - Rondônia.
17	ALVORADA DO OESTE	DELEGACIA DA POLÍCIA CIVIL DE ALVORADA DO OESTEIICC DE ALVORADA DO OESTE	Telefone: (69) 3412-2740E-mail: delegaciapcado@gmail.comEndereço: Av. Duque de Caxias, nº 5335, bairro São Francisco, CEP 76.930-000 - Alvorada do Oeste - Rondônia.

ITEM	LOCALIDADE	UNIDADES	ENDEREÇO
18	COSTA MARQUES	DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL DE COSTA MARQUESIICC DE COSTA MARQUES	Telefone: (69) 3651-2300E-mail: 1dpcostamarques@gmail.comEndereço: Av. Príncipe da Beira, nº 1820, bairro Setor 2, CEP 78.971-000 - Costa Marques - Rondônia.
19	SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ	DELEGACIA DA POLÍCIA CIVIL DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉIICC DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ	Telefone: (69) 3621-2770E-mail: 1dpsfg@gmail.comEndereço: Av. Brasil, nº 3742, bairro Cidade Baixa, CEP 76935-000 - São Francisco do Guaporé - Rondônia.
20	SERINGUEIRAS	DELEGACIA DA POLÍCIA CIVIL DE SERINGUEIRAS	Telefone: (69) 3623-2229E-mail: seringueiras@pc.ro.gov.brEndereço: Av. Integração Nacional, nº 851, bairro Cristo Rei, CEP 76.934-000 - Seringueiras - Rondônia.
21	URUPÁ	DELEGACIA DA POLÍCIA CIVIL DE URUPÁIICC DE URUPÁ	Telefone: (69) 3413-2732/3413-2734E-mail: delegacia.urupa@pc.ro.gov.brEndereço: Rua Itauba, nº 3225, bairro Sumaúma, CEP 76929-000 - Urupá - Rondônia.
22	CACOAL	DELEGACIA REGIONAL DA POLÍCIA CIVIL DE CACOALINSTITUTO MÉDICO LEGAL (IML) - CACOALIICC DE CACOAL1ª DP - CACOALNÚCLEO INTEGRADO DE INTELIGÊNCIA (NII)DELEGACIA ESPECIALIZADA NO ATENDIMENTO À MULHER (DEAM)	Telefone: (69) 3443-2622/3441-2811/3441-2812E-mail: regional.cacoal@pc.ro.gov.br/posto9cacoalro@hotmail.comEndereço: Av. Inderval José Brasil, nº 510, bairro Nova Cacoal - CEP 76.962-220 - Cacoal - Rondônia.
		2ª DELEGACIA DE REPRESSÃO AS AÇÕES DE CRIMINOSAS ORGANIZADAS (DRACO)	Telefone: (69) 3443-3772/3441-6749E-mail: draco.interior@gmail.comEndereço: Rua Padre Adolfo, nº 2464, bairro Jardim Clodoaldo - CEP 76.963-620 - Cacoal - Rondônia.
23	PIMENTA BUENO	DELEGACIA DA POLÍCIA CIVIL DE PIMENTA BUENOIICC DE PIMENTA BUENO	Telefone: (69) 3451-3918E-mail: dpcpbcartorio@hotmail.comEndereço: Rua Costa Marques, nº 238, bairro Praça dos Pioneiros, CEP 76.970-000 - Pimenta Bueno - Rondônia.
24	MINISTRO ANDREAZZA	DELEGACIA DA POLÍCIA CIVIL DE MINISTRO ANDREAZZA	Telefone: (69) 3448-2553E-mail: 1dp.ministroandreaazza@pc.ro.gov.brEndereço: Rua Tiradentes, nº 5290, bairro Centro, CEP 76.962-220 - Ministro Andreazza - Rondônia.
25	ESPIGÃO DO OESTE	DELEGACIA DA POLÍCIA CIVIL DE ESPIGÃO DO OESTEIICC DE ESPIGÃO DO OESTE	Telefone: (69) 3481-2458/2612E-mail: unispespigao@pc.ro.gov.brEndereço: Rua Rosa Pedro Agostinho, nº 1931, bairro Jorge Teixeira de Oliveira, CEP 76974-970 - Espigão do Oeste - Rondônia.
26	VILHENA	DELEGACIA REGIONAL DA POLÍCIA CIVIL DE VILHENAINSTITUTO MÉDICO LEGAL (IML) - VILHENAIIICC DE VILHENA1ª DP DE VILHENADELEGACIA ESPECIALIZADA EM REPRESSÃO AOS CRIMES CONTRA A VIDA (DERCCV)NÚCLEO INTEGRADO DE INTELIGÊNCIA (NII)	Telefone: (69) 3322-5484/3322-9377/3322-3001E-mail: regional.vilhena@pc.ro.gov.br/ iml.vha@hotmail.com/nivilhena@sesdec.ro.gov.brEndereço: Br. 174, nº 249, bairro Jardim América - CEP 76.980-702 - Vilhena - Rondônia.

ITEM	LOCALIDADE	UNIDADES	ENDEREÇO
		DELEGACIA ESPECIALIZADA NO ATENDIMENTO A MULHER (DEAM)DELEGACIA ESPECIALIZADA DE APURAÇÃO DE ATOS INFRACIONAIS (DEAAI)	Telefone: (69) 3322-5851E-mail: ddm.vilhena@pc.ro.gov.brEndereço: Av. Paraná, nº 2141, bairro Nova Esperança - CEP 76.985-435 - Vilhena - Rondônia.
27	COLORADO DO OESTE	DELEGACIA DA POLÍCIA CIVIL DE COLORADO DO OESTEIICC DE COLORADO DO OESTE	Telefone: (69) 3341-2495E-mail: 1dp.colorado@pc.ro.gov.brEndereço: Av. Marechal Rondon, 4663, Centro, CEP 76993-000 - Colorado do Oeste - Rondônia.
28	CEREJEIRAS	DELEGACIA DA POLÍCIA CIVIL DE CEREJEIRASIICC DE CEREJEIRAS	Telefone: (69) 3342-2436E-mail: 1dp.cerejeiras@pc.ro.gov.br e dpcerjeiras@gmail.comEndereço: Rua Goiás, nº 1240, bairro Centro, CEP 76.997-970 - Cerejeiras - Rondônia.
29	ROLIM DE MOURA	DELEGACIA REGIONAL DA POLÍCIA CIVIL DE ROLIM DE MOURA1ª DP DE ROLIM DE MOURADELEGACIA ESPECIALIZADA NO ATENDIMENTO A MULHER (DEAM)INSTITUTO MÉDICO LEGAL (IML)IICC DE ROLIM DE MOURANÚCLEO INTEGRADO DE INTELIGÊNCIA (NII)	Telefone: (69) 3442-4045E-mail: regional.rolimdemoura@pc.ro.gov.br/ 1dp.rolimdemoura@pc.ro.gov.br/ iicc.rolimdemoura@pc.ro.gov.brEndereço: Rua Jamari, nº 5416, bairro São Cristóvão, CEP 76.940-000 - Rolim de Moura - Rondônia.
30	ALTA FLORESTA DO OESTE	DELEGACIA DA POLÍCIA CIVIL DE ALTA FLORESTA D'OESTEIIICC DE ALTA FLORESTA D'OESTE	Telefone: (69) 3641-2245E-mail: 1dp.altafloresta@pc.ro.gov.brEndereço: Av. Paraná, nº 4157, bairro Centro, CEP 76.954-000 - Alta Floresta do Oeste - Rondônia.
31	NOVA BRASILÂNDIA DO OESTE	DELEGACIA DA POLÍCIA CIVIL DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTEIIICC DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE	Telefone: (69) 3418-2266E-mail: 1dp.novabrasilandia@pc.ro.gov.brEndereço: Rua Canaã, nº 1665, bairro Centro – Setor 14, CEP 76.958-970 - Nova Brasilândia do Oeste - Rondônia.
32	SANTA LUZIA DO OESTE	DELEGACIA DA POLÍCIA CIVIL DE SANTA LUZIA D'OESTEIIICC DE SANTA LUZIA D'OESTE	Telefone: (69) 3434-2202E-mail: 1dp.santaluzia@pc.ro.gov.brEndereço: Rua Tancredo Neves, nº 1052, bairro Centro, CEP 76.950-000 - Santa Luzia do Oeste - Rondônia.

Da Alteração de Endereço

Durante a vigência contratual, poderá haver alteração nos locais de entrega, em decorrência de mudanças administrativas, reorganização interna ou realocação das unidades da Polícia Civil.

Ressalta-se que tais alterações restringir-se-ão a mudanças de endereço (rua, número e/ou bairro), **dentro do mesmo município originalmente previsto**, não implicando alteração da localidade de entrega.

Nesses casos, não haverá reajuste ou reequilíbrio dos preços contratados, desde que não haja alteração relevante das condições logísticas inicialmente pactuadas.

Do Prazo de Entrega

O prazo para entrega dos itens será de até **5 (cinco) dias úteis**, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento, aplicável a todas as unidades, inclusive aquelas localizadas no interior do Estado, consideradas as condições logísticas e distâncias geográficas.

Da Documentação e Conferência

As requisições/autorizações deverão ser assinadas no momento da entrega pelo representante da Contratada e pelo servidor responsável pelo recebimento, com identificação legível.

Documentos apresentados em desacordo com as exigências serão devolvidos para correção, sendo a Contratada responsável por eventuais atrasos decorrentes dessas inconsistências.

Da Comunicação de Ocorrências

A Contratada deverá comunicar à Administração, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência que possa comprometer a entrega dos produtos, devidamente justificada.

Tal comunicação não exime a Contratada das obrigações assumidas, salvo nos casos de força maior ou caso fortuito, devidamente comprovados.

Das Condições de Recebimento

Após cada entrega dos produtos e apresentação da respectiva nota fiscal pela contratada, deverão ser emitidos os Termos de Recebimento Provisório e Definitivo, por servidor designado ou por Comissão de Recebimento formalmente nomeada pela Polícia Civil do Estado de Rondônia.

Os materiais serão recebidos conforme previsto no art. 140 da Lei nº 14.133/2021:

provisoriamente, no prazo de até **05 (cinco) dias úteis**, de forma sumária, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, com verificação posterior da conformidade dos produtos com as exigências contratuais;

definitivamente, no prazo de até **10 (dez) dias úteis**, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

Considerando a natureza do objeto, consistente no fornecimento contínuo de água mineral e gás liquefeito de petróleo (GLP), o recebimento será realizado de forma parcelada, conforme as entregas efetuadas pela contratada.

Os produtos fornecidos deverão estar em perfeitas condições de consumo e uso, devidamente lacrados, dentro do prazo de validade e em conformidade com as especificações técnicas estabelecidas.

O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência, na proposta ou nas normas técnicas aplicáveis.

O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da contratada quanto à qualidade, segurança e conformidade dos produtos fornecidos.

Caso, após o recebimento provisório, seja constatado que os produtos foram entregues com defeitos, vícios, avarias ou em desconformidade com o especificado, a contratada será formalmente notificada para substituição imediata, sem ônus para a Administração, no prazo máximo a ser definido pela fiscalização contratual, ficando suspensos os prazos de recebimento definitivo e pagamento até a regularização.

O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade da contratada quanto à qualidade e adequação dos produtos fornecidos, devendo sanar, sem ônus para a Administração, quaisquer irregularidades verificadas durante o prazo de validade e/ou garantia aplicável aos produtos.

3.9. Do pagamento: Ficam aquelas estabelecidas no item 29. e subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado, por ordem bancária em conta corrente da Contratada, no prazo máximo de **15 (quinze) dias úteis**, nos termos do Art. 190 do Decreto Estadual nº 28.874/2024, a contar da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada pela Administração, acompanhada da documentação comprobatória de regularidade fiscal e trabalhista abaixo elencada, sem prejuízo da adoção das providências previstas na legislação aplicável em caso de eventual irregularidade:

Comprovação de regularidade com a Fazenda Federal com Certidão Negativa, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, de débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

Comprovação de regularidade com a Fazenda Estadual com Certidão Negativa, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, emitida pelo Estado relativo ao domicílio ou sede da Contratante, relativa a tributos estaduais;

Comprovação de regularidade com a Fazenda Municipal com Certidão Negativa de Débito - CND, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, emitida pelo Município relativo ao domicílio ou sede da Contratante;

Comprovação de regularidade com a Justiça do Trabalho com Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa;

De regularidade com o FGTS, com Certificado de Regularidade de Situação do FGTS – CRS, emitido pela Caixa Econômica Federal – CEF, comprovando a regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

A Nota Fiscal/Fatura deverá ser preenchida, conforme a Unidade Orçamentária que emitir a Nota de Empenho respectiva, sendo:

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE RONDÔNIA - PC/RO, CNPJ nº 01.664.910/0001-31, localizada na Av. Rogério Weber, nº 1928, Praça Marechal Rondon, Centro, em Porto Velho/RO, CEP 76.801-030, ou;

FUNDO ESPECIAL DE REEQUIPAMENTO POLICIAL - FUNRESPOL, CNPJ nº 00.854.776/0001-79, localizada na Av. Rogério Weber, nº 1928, Praça Marechal Rondon, Centro, em Porto Velho/RO, CEP 76.801-030.

Ambas unidades estão situadas no mesmo endereço: na Av. Rogério Weber, nº 1928, Praça Mal. Rondon, Centro, Porto Velho/RO, CEP - 76.801-030, e-mail de contato: nucom@pc.ro.gov.br.

A contratada fará constar no documento fiscal, além das especificações e quantitativos do objeto, o número da Nota Empenho, o número do Processo Eletrônico (SEI), e as informações relativas aos seus dados bancários para pagamento do faturamento.

Na hipótese da Nota Fiscal/Fatura apresentar erros ou dúvidas quanto à exatidão ou documentação, a Contratante poderá pagar apenas as partes não controvertidas no prazo fixado para pagamento;

Fica ressalvado o direito da Contratada de reapresentar para cobrança as partes controvertidas, devidamente justificadas, caso em que a Contratante contará com o prazo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir do

recebimento, para efetuar a análise, ficando o respectivo pagamento a ser efetuado no prazo deste TR.

Qualquer atraso ocorrido por parte da Contratada na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos exigidos como condição para pagamento importará em prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação da Contratante.

Os eventuais encargos financeiros decorrentes da inobservância, pela contratada, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.

A administração efetuará retenção, na fonte, dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos à Contratada quando legalmente exigidos.

Ocorrendo atraso no pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido, de alguma forma, para o atraso, fica convencionado que a taxa de compensação financeira (encargos moratórios) devida, entre a data referenciada e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, calculada com a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim, apurado:

$$I = \frac{i}{365} = \frac{I}{(6/100)/365} = \frac{I}{0,00016438}$$

Onde i = taxa percentual anual no valor de 6%.

Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

Verificada eventual pendência quanto à regularidade fiscal, a Administração adotará as providências cabíveis, nos termos da legislação vigente, inclusive quanto à possibilidade de compensação de créditos com débitos perante a Fazenda Pública Estadual, conforme disposto no art. 188, § 3º, do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

Não será efetuado qualquer pagamento à CONTRATADA enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, salvo as parcelas incontroversas.

A retenção de valores prevista neste Termo de Referência restringe-se às hipóteses de penalidades, indenizações ou ressarcimentos devidamente apurados, não se aplicando às situações de regularidade fiscal, que deverão observar o procedimento próprio previsto na legislação.

Poderá a Contratante reter, do montante a pagar, valores para assegurar o pagamento de multas, indenizações e ressarcimentos devidos pela Contratada, conforme estabelecido no Decreto n. 16.901, de 09 de julho de 2012, alterado pelo Decreto n. 27.382 de 03 de agosto de 2022:

Art. 4º A liquidação da despesa consistirá na verificação do direito adquirido pelo credor, tendo por base os documentos comprobatórios do respectivo crédito, tais como: o contrato, a nota de empenho, a Nota Fiscal ou fatura, o comprovante da entrega do material ou da prestação efetiva do serviço, objetivando apurar:

(...)

§ 4º Havendo inadimplência do contratado junto a algum ente público, observada durante o procedimento de liquidação, caso o contratado não apresente sua regularidade fiscal dentro do prazo estipulado no § 1º, o valor inadimplido será retido do montante a ser pago ao contratado. (Conforme alterado pelo Decreto Nº 27.382 de 03 de agosto de 2022).

A aplicação do dispositivo acima restringe-se às hipóteses de débitos devidamente constituídos perante a Administração Pública, não se confundindo com a mera irregularidade fiscal do contratado, devendo sua aplicação observar a legislação vigente e o entendimento dos tribunais superiores quanto à impossibilidade de retenção de pagamento por serviços já executados e devidamente atestados.

3.10. Da obrigação da contratada: Ficam aquelas estabelecidas no item 25. e subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da Contratada, além daquelas previstas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis:

Fornecer os materiais conforme as especificações, marcas, validade e preços apresentados na proposta, observando as condições, prazos e quantidades estabelecidos neste Termo de Referência;

Entregar os materiais em perfeitas condições de uso, nas embalagens originais, sem indícios de avarias ou violação;

Responsabilizar-se integralmente pelo transporte, acondicionamento e entrega dos materiais até os locais indicados, incluindo todos os custos decorrentes, tais como frete, carga, descarga e demais despesas;

Substituir, às suas expensas, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, os materiais que apresentarem vícios, defeitos, avarias ou que estejam em desacordo com as especificações estabelecidas;

Manter, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;

Comunicar à Contratante, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência que possa comprometer a entrega dos materiais, devidamente justificada;

Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Contratante e atender prontamente às reclamações;

Responsabilizar-se pelos danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes da execução do contrato;

Apresentar, quando solicitado, documentação que comprove o cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais;

Informar imediatamente qualquer alteração de endereço, dados bancários ou demais informações necessárias à execução contratual;

Fazer acompanhar a entrega dos materiais da respectiva nota fiscal, contendo referência ao processo e à nota de empenho;

Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do contrato;

Propor preços que incluam todos os custos diretos e indiretos necessários ao cumprimento do objeto;

Não utilizar trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos, nem qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal;

Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do art. 125 da Lei nº 14.133/2021;

Utilizar, sempre que possível, práticas que promovam a redução do consumo de recursos naturais, em observância aos princípios da sustentabilidade.

3.11. Da obrigação da contratante: Ficam aquelas estabelecidas no item 26. e subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Verificar, no prazo estipulado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

Comunicar à Contratada, por escrito, quaisquer imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas nos objetos fornecidos, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, por meio de servidor ou comissão especialmente designada;

Emitir Nota de Empenho em favor da Contratada, no valor correspondente ao material solicitado, observados os procedimentos aplicáveis;

Efetuar o pagamento à Contratada de acordo com as condições e prazos estabelecidos neste Termo de Referência e no instrumento contratual;

Aplicar, quando cabível, as sanções administrativas previstas na legislação e no contrato;

Fornecer à Contratada as informações e os elementos necessários à adequada execução do objeto;

Abster-se de intervir indevidamente na gestão interna da contratada, especialmente no que se refere à administração de pessoal, organização operacional e definição de métodos de trabalho, ressalvadas as hipóteses estritamente necessárias à fiscalização da execução contratual, nos termos do art. 48, inciso VI, e parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021;

A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por danos causados a terceiros decorrentes de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

3.12 Dos critérios de sustentabilidade: Ficam aquelas estabelecidas no item 33. e subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

Os materiais fornecidos deverão observar as normas ambientais vigentes, especialmente quanto à restrição ou limitação de substâncias nocivas ao meio ambiente, devendo tal conformidade ser comprovada, quando aplicável, por meio de certificados, laudos técnicos emitidos por laboratórios acreditados pelo INMETRO ou declaração do fabricante.

É de responsabilidade da Contratada o cumprimento integral da legislação ambiental aplicável, especialmente no que se refere ao controle de poluição e à adequada destinação de resíduos decorrentes do fornecimento dos bens.

A Contratada deverá adotar todas as medidas necessárias para evitar a ocorrência de danos ambientais durante a execução contratual, sendo responsável pela correção de eventuais impactos causados, inclusive

quanto à reparação de passivos ambientais.

Deverão ser observadas, no que couber, as diretrizes estabelecidas na Instrução Normativa nº 1, de 19 de janeiro de 2010, bem como no Decreto Estadual nº 21.264/2016, especialmente no que se refere à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental nas contratações públicas.

Sempre que possível, os bens deverão:

ser acondicionados em embalagens com o menor volume possível, utilizando materiais recicláveis e adequados à proteção durante transporte e armazenamento;

ser constituídos, no todo ou em parte, por materiais reciclados, atóxicos ou biodegradáveis.

4. DA QUANTIDADE MÍNIMA A SER COTADA

4.1. Não serão registrados valores mínimos ou quantidades mínimas para faturamento e entrega, conforme item 19.5 e subitens do Anexo I – Termo de Referência

4.2. As licitantes deverão apresentar proposta contemplando a totalidade do quantitativo previsto para cada lote, conforme especificado neste Termo de Referência, não sendo admitidas propostas parciais.

4.3. A vedação à cotação parcial justifica-se em razão dos impactos logísticos e operacionais que podem comprometer a formação de preços e a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

5. DA POSSIBILIDADE DE PREVISÃO DE PREÇOS DIFERENTES

5.1. será admitida a previsão de preços diferentes, conforme item 19.6 e subitens do Anexo I – Termo de Referência.

Dos Preços Diferenciados por Lote

Admite-se a adoção de preços diferenciados por lote, considerando as particularidades das localidades de entrega, especialmente quanto à distância, condições de acesso e custos operacionais de transporte, de modo a refletir adequadamente a realidade de cada região e assegurar maior competitividade e a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

5.2. Na hipótese de o preço contratado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

5.2.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item contratado, sem aplicação de penalidades administrativas.

5.3. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço contratado e o fornecedor não puder cumprir as obrigações estabelecidas, será facultado ao fornecedor requerer à Contratante a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

5.4. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço contratado em relação às condições inicialmente pactuadas.

5.5. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço contratado, o pedido será indeferido pela Contratante e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas no Contrato, sob pena de rescisão contratual, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

5.6. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 5 e no item 5.4, a Contratante atualizará o preço, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado, mediante Termo Aditivo.

6. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

6.1. De acordo com o Art. 164, da Lei nº 14.133, de 2021, qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, observado o seguinte procedimento:

6.1.1. Envio exclusivo para o endereço eletrônico: cogen5.supel@gmail.com;

6.1.2. Após o envio do e-mail, a licitante deverá certificar-se quanto à confirmação de recebimento pelo Núcleo de Atendimento desta Superintendência, para não tornar sem efeito, pelo telefone **(069) 3212-9243** ou ainda, concomitantemente, caso julgue necessário, protocolar original presencialmente na **SUPEL**, no horário das 07h30min. às 13h30min (horário local), de segunda-feira a sexta-feira, situada na Av. Farquar, 2986 - Bairro: Pedrinhas Complemento: Complexo Rio Madeira, Ed. Pacaás Novos - 2º Andar, em Porto Velho/RO - CEP: 76.801-470;

6.1.3. Mencionar o número do Pregão, o ano e o número do processo licitatório.

6.2. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame, de forma que a concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada nos autos do processo de licitação.

6.3. A decisão do(a) Pregoeiro(a) quanto a impugnação será informada preferencialmente via e-mail (aquele informado na impugnação), e através do campo próprio do Sistema Eletrônico do site Compras.gov.br, sendo necessariamente divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, ficando o licitante obrigado a acessá-lo para obtenção das informações prestadas pelo(a) Pregoeiro(a), na forma do Art. 164, parágrafo único, da Lei 14.133/2021.

6.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

7. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

7.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - **SICAF** e no Portal de Compras do Governo Federal (<https://www.gov.br/compras/pt-br>), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – **ICP** – Brasil.

7.2. Os licitantes deverão obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e de seus anexos.

7.2.1. Ante eventual ausência de regramento específico em Edital, deverão ser observados os inseridos no Termo de Referência, sempre pautando-se na legislação vigente.

7.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

7.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar **desclassificação** no momento da habilitação.

7.6. Não poderão disputar esta licitação, direta ou indiretamente:

7.6.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

7.6.2. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de penalidade que lhe foi imposta de:

7.6.2.1. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de Rondônia, nos termos do art. 156, III, § 4º, da Lei n. 14.133/2021;

7.6.2.2. Declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, na forma do art. 156, IV, § 5º, da Lei n. 14.133/2021;

7.6.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa e judicialmente;

7.6.4. Aquele que se enquadre no disposto no art. 14, da Lei n. 14.133, de 2021;

7.6.5. Agente público do órgão, agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, conforme [§§ 1º e 2º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.6.6. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio observar o art. 15 da Lei n. 14.133, de 2021 e disposição constante no item 10. do Anexo I - Termo de Referência.

DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS REUNIDAS SOB A FORMA DE CONSÓRCIO

Não será admitida a participação de empresas reunidas sob a forma de consórcio na presente licitação.

A vedação justifica-se em razão de o objeto não apresentar complexidade técnica ou operacional que demande a atuação conjunta de múltiplas empresas, tampouco envolver vulto que justifique a formação de consórcio para viabilizar sua execução.

Trata-se de fornecimento de bens comuns, amplamente disponíveis no mercado, cuja execução é plenamente viável por empresas que atuam individualmente no ramo, não havendo necessidade de conjugação de capacidades técnicas ou econômico-financeiras.

Ademais, a vedação à participação em consórcio não compromete a competitividade do certame, considerando a ampla oferta de fornecedores aptos a atender ao objeto, inclusive em âmbito regional.

Dessa forma, a medida adotada mostra-se adequada e proporcional, nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133/2021.

7.6.7 Da subcontratação: Ficam aquelas estabelecidas no **item 28**, e subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

DA SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO, TRANSFERÊNCIA TOTAL OU PARCIAL DO OBJETO

Não será admitida a subcontratação, cessão ou transferência, total ou parcial, do objeto da presente contratação.

A vedação justifica-se em razão de o objeto consistir no fornecimento de bens comuns, amplamente disponíveis no mercado, cuja execução não demanda especialização técnica que justifique a participação de terceiros.

Ademais, a execução contratual é plenamente viável por empresas que atuam individualmente no ramo, não havendo necessidade de fracionamento das atividades ou de compartilhamento de responsabilidades.

Dessa forma, a medida adotada mostra-se adequada, visando assegurar a responsabilidade direta da contratada pela integral execução do objeto, bem como maior controle por parte da Administração.

8. DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

8.1. Na forma do Art. 4º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, aplicam-se às licitações e contratos disciplinados por esta Lei as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, devendo atentar às regras estabelecidas no regramento específico citado.

8.2. Para obtenção de benefícios a que se refere este item, a licitante deverá apresentar:

8.2.1. Declaração, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

8.2.2. Declaração de que no ano-calendário de realização da licitação ainda não tenha celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, na forma do Art. 4º, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2.3. A empresa de pequeno porte que, no ano-calendário, exceder o limite de receita bruta anual, previsto no inciso II, do caput do artigo 3º da Lei Complementar n. 123/06, fica excluída, no mês subsequente à ocorrência do excesso, do tratamento jurídico diferenciado, bem como do regime de que trata o art. 12, para todos os efeitos legais, ressalvado o disposto nos §§9º-A, 10 e 12, da mesma **LC 123/06**.

8.3. A falsidade da declaração sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, neste Edital e em normas correlatas.

8.4 Nos itens/lotos destinados à exclusiva participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte e equiparadas aplica-se o Decreto Estadual nº 21.675/2017, no que couber.

9. DO REGISTRO DA PROPOSTA NO SISTEMA ELETRÔNICO

9.1. A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á por meio da digitação da senha privativa do Licitante a partir da data da liberação do Edital, até o horário limite de início da Sessão Pública, horário de Brasília, devendo ser encaminhado, exclusivamente por meio do sistema, quando convocado, a proposta de preço, conforme exigências do Edital.

9.2. O licitante deverá registrar sua proposta, no sistema eletrônico, observando os seguintes campos: Valor unitário e total do item ou valor global, ou percentual de desconto; descrição detalhada do objeto, contendo as informações conforme à especificação do Termo de Referência.

9.2.1. A licitante deverá preencher o campo "marca" apenas com a marca específica do produto que

deseja ofertar, sob pena de ser desclassificada caso não esteja de acordo.

9.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

9.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

9.5. As ofertas de propostas dos licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos neste Edital.

9.6. As propostas registradas através do preenchimento no momento do cadastro no Sistema **COMPRAS.GOV.BR NÃO DEVEM CONTER NENHUMA IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA PROPONENTE**, visando atender o princípio da impessoalidade e preservar o sigilo das propostas.

9.7. Quando da inclusão do anexo da proposta no sistema eletrônico, as empresas deverão fornecer as informações necessárias para a identificação da proposta em conformidade com o item 19. do Anexo I deste edital - Termo de Referência, que somente será pública após a fase de lances

DA FORMA E DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

A proposta deverá:

possuir validade mínima de 90 (noventa) dias;

conter os preços unitários em algarismos arábicos, com até duas casas decimais;

apresentar o valor total em moeda corrente nacional, em algarismos e por extenso;

indicar o CNPJ e os dados bancários para fins de pagamento (banco, agência e conta corrente);

indicar endereço eletrônico (e-mail) válido e número de telefone atualizado para fins de comunicação com a Administração, responsabilizando-se o licitante pela atualização dessas informações e pelo acompanhamento das comunicações enviadas;

ser elaborada de forma clara e objetiva, sem rasuras, devidamente assinada por representante legal ou pessoa habilitada.

Os preços ofertados deverão incluir todos os custos diretos e indiretos necessários ao cumprimento do objeto, inclusive tributos, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, transporte, frete, seguros e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre a execução contratual.

Os preços ofertados deverão ser exequíveis, compatíveis com os valores de mercado e suficientes para a adequada execução do objeto, podendo a Administração, quando entender necessário, realizar diligências para aferição da exequibilidade da proposta, nos termos da legislação vigente.

A apresentação da proposta implicará plena aceitação das condições estabelecidas neste Termo de Referência e no edital.

10. DA FORMULAÇÃO DE LANCES, CONVOCAÇÃO ME/EPP E CRITÉRIO DE DESEMPATE

10.1. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

10.2. O lance deverá ser ofertado pelo valor **UNITÁRIO** de cada item.

10.3. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

10.4. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

10.5. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de:

a) 1% (um por cento), quando o item licitado possuir valor estimado acima de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais);

b) 2% (dois por cento), quando o item licitado possuir valor estimado de até R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

10.6. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

10.7. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa **ABERTO**, conforme item 18. do Anexo I deste edital - Termo de Referência:

Do Modo de Disputa

O modo de disputa adotado será o **ABERTO**, nos termos do art. 56, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, permitindo a apresentação de lances públicos e sucessivos, com vistas à obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, nos termos da legislação aplicável.

10.8. Após o encerramento da etapa de lances, será verificado se há empate entre as licitantes que neste caso, por força da aplicação da exclusividade obrigatoriamente se enquadram como Microempresa – **ME** ou Empresa de Pequeno Porte – **EPP**, conforme determina a Lei Complementar n. 123/06, **CONTROLADO SOMENTE PELO SISTEMA COMPRAS.GOV.BR**.

10.9. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021., nesta ordem:

a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133, de 2021;

c) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

d) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

10.10. Persistindo o empate, será realizado **SORTEIO ELETRÔNICO** através do sistema ComprasGov, em sessão pública entre as propostas empatadas, nos moldes do artigo 28, §§ 1º e 2º da Instrução Normativa **SEGES/MGI Nº 79**.

10.11. Em caso de impossibilidade de utilização do subitem 10.10, a sessão pública de sorteio será efetuada de forma presencial, podendo qualquer interessado participar, sendo transmitida em canal oficial da Superintendência Estadual de Compras e Licitações - **SUPEL**, sendo observado os procedimentos, a saber:

a) Informação no chat da sessão pública quanto: data, hora e local da sessão para o procedimento de desempate das propostas, a ser realizado no site sorteador.com.br (ou outro compatível);

b) Por ordem alfabética, será disponibilizado a indicação dos nomes das licitantes, que se encontram em situação de propostas empatadas, no site indicado na alínea "a" do subitem 10.11;

c) A primeira licitante sorteada, será a primeira classificada. A sequência classificatória das propostas empatadas seguirá em ordem sucessiva;

d) A sessão será oficialmente encerrada após a conclusão desses procedimentos, e o registro audiovisual da sessão permanecerá para visualização no canal oficial da Superintendência Estadual de Compras e Licitações - **SUPEL**.

e) Haverá transmissão ao vivo da sessão do sorteio nos canais oficiais **SUPEL**: <https://www.youtube.com/@supelro5251> e <https://www.instagram.com/supelrondonia/>

f) Haverá lavratura de ata de sorteio, com presença de testemunhas, que será incluída no processo administrativo;

10.12. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

10.13. Nos itens/lotos destinados à exclusiva participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte e equiparadas será concedida prioridade de contratação de microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido, nos termos previstos no Decreto Estadual nº 21.675/2017:

a) aplica-se o disposto neste subitem nas situações em que as ofertas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superior ao menor preço;

b) a microempresa ou a empresa de pequeno porte sediada local ou regionalmente melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora da licitação,

situação em que poderá ser adjudicado o objeto em seu favor;

c) na hipótese da não contratação da microempresa ou da empresa de pequeno porte sediada local ou regionalmente com base na alínea "b", serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na situação da alínea "a", na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

d) no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;

e) quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência para produto nacional em relação ao produto estrangeiro previstas no Decreto Estadual 21.675/2017, a prioridade de contratação prevista neste artigo será aplicada exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, de acordo com os Decretos de aplicação das margens de preferência.

11. DA FASE DE NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS

11.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 7 deste edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

11.2. Seguidamente será realizada a negociação e atualização dos preços por meio do **CHAT MENSAGEM** do sistema Compras.gov.br, devendo o (a) Pregoeiro (a) examinar a compatibilidade dos preços em relação ao estimado para contratação.

11.2.1. Serão aceitos somente preços em moeda corrente nacional (R\$), com valores unitários e totais com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no Anexo I – Termo de Referência. Caso seja encerrada a fase de lances, e a licitante divergir com o exigido, o (a) Pregoeiro (a), poderá convocar no chat de mensagens para atualização do referido lance e/ou realizar a atualização dos valores arredondando-os para menos automaticamente caso a licitante permaneça inerte.

11.3. O (a) Pregoeiro (a) não aceitará o item cujo preço seja superior ao estimado (valor de mercado) para a contratação. Em caso de a adjudicação ocorrer pelo valor global do grupo, os **preços unitários máximos aceitáveis para cada item**, deverão ser obrigatoriamente observados pelos licitantes, sob pena de desclassificação da proposta.

11.3.1. Sob análise do (a) Pregoeiro (a), poderá ser convocada todas as licitantes, que estejam dentro do valor estimado para contratação, para que no prazo máximo de 02 (duas) horas, se outro prazo não for fixado, envie a proposta adequada ao último valor ofertado, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital.

11.3.1.1. O prazo previsto no subitem 11.3.1 poderá ser prorrogado por igual período, desde que o licitante faça o pedido no sistema antes do prazo final

11.3.1.2. A prorrogação do prazo previsto no subitem 11.3.1.1 poderá ser concedida, a critério da Administração Pública e/ou quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

11.3.2. Caberá ao licitante remeter no prazo estabelecido, exclusivamente via sistema Compras.gov, a proposta atualizada com o preço ou desconto, sob pena de desclassificação.

11.3.3. A PROPOSTA DE PREÇOS deverá conter: o valor devidamente atualizado do lance e/ ou da negociação ofertados, com a especificação completa do objeto, contendo marca/modelo/fabricante.

11.4. Para fins de aceitação da proposta o (a) Pregoeiro (a) examinará a proposta ajustada quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação aos valores estimados para contratação, podendo solicitar manifestação técnica e jurídica de outros setores do órgão, a fim de subsidiar sua decisão.

11.5. Quando houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, será oportunizado ao licitante o Princípio do Contraditório e da Ampla Defesa, para que querendo esclareça a composição do preço da sua proposta, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do [artigo 59 da Lei Federal nº 14.133/2021](#).

11.6. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do órgão requisitante, ou da área especializada no objeto.

11.7. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no item 19.7 do Anexo I deste Edital - Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

DA EXIGÊNCIA DE AMOSTRAS E PROVAS DE CONFORMIDADE

Não será exigida a apresentação de amostras, realização de exame de conformidade, prova de conceito ou quaisquer outros testes, considerando a natureza comum e de baixa complexidade do objeto.

A decisão fundamenta-se no fato de que as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência são claras, objetivas e suficientes para a adequada caracterização do objeto, permitindo a avaliação das propostas com base exclusivamente nos critérios definidos no instrumento convocatório, sem necessidade de análise subjetiva.

Ademais, a exigência de amostras ou testes não se mostra necessária para a aferição da qualidade dos itens, podendo, inclusive, restringir a competitividade do certame e gerar custos adicionais desnecessários aos licitantes, em afronta aos princípios da economicidade, do julgamento objetivo e da ampla competitividade.

11.8. A PROPOSTA DE PREÇOS, inserida no sistema de Compras.gov.br deverá estar de acordo com o item 7 e 19 do Anexo I - termo de Referência.

11.9. As propostas terão validade mínima de 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

11.9.1. A SUPEL solicitará às empresas, cujas propostas estiverem com prazo de vencimento inferior a **10 (dez) dias**, após declarada habilitada, que façam a devida atualização com o intuito de dar celeridade ao processo de adjudicação e homologação pela Unidade Gestora.

11.9.2. As propostas com prazo de vencimento superior ao mencionado no item 11.9.1., serão enviadas imediatamente à Unidade Gestora sem a referida atualização temporal, para que se dê início ao procedimento homologatório.

11.9.2.1. Quando o processo for encaminhado para homologação juntamente com a proposta atualizada, cujo prazo de vencimento seja superior a 10 (dez) dias, ficará a cargo da **SUPEL** informar à Unidade o prazo em dias restante para o vencimento.

11.9.3. Decorrido o prazo de vencimento da proposta sem que a Unidade Gestora promova a homologação, a esta recai a responsabilidade de solicitar às licitantes a atualização.

11.9.4. O procedimento mencionado no item 11.9.1 será dispensado nos processos em que for certificada a necessidade de prioridade de tramitação, de modo que as propostas serão encaminhadas à Unidade Gestora para os atos de homologação, desde que dentro da validade, após finalizada a fase de habilitação.

11.10. Na ocasião da homologação, caso haja divergências entre o valor constante na proposta, enviado pela licitante, e o valor final das negociações registradas no Termo de Julgamento, será considerado o registrado no Termo para fins de homologação.

12. DA FASE DE HABILITAÇÃO

12.1. Serão realizadas consultas, ao Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual - **CAGEFIMP**, instituído pela Lei Estadual 2.414, de 18 de fevereiro de 2011, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - **CEIS/CGU** (Lei Federal 12.846/2013), Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - **SICAF**, Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php) e Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União - **TCU**.

12.2. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

12.3. A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO ANEXADA NO SISTEMA COMPRAS.GOV TERÁ EFEITO PARA TODOS OS ITENS, OS QUAIS A EMPRESA ENCONTRA-SE CLASSIFICADA.

12.4. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do **SICAF** e/ou Cadastro Geral de Fornecedores – **CAGEFOR** da **SUPEL**, assegurando aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

12.4.1. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

12.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar inabilitação.

12.6. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

12.7. O Pregoeiro, após da aceitação do(s) item(ns), convocará a licitante melhor classificada para que, no prazo de 2 (duas) horas, se outro prazo não for fixado, envie os documentos de habilitação.

12.7.1. O prazo previsto no subitem 12.7 poderá ser prorrogado por igual período, desde que o licitante faça o pedido no sistema antes do prazo final

12.7.2. A prorrogação do prazo previsto no subitem 12.7.1 poderá ser concedida, a critério da Administração Pública e/ou quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

12.8. Caberá ao licitante remeter no prazo estabelecido, exclusivamente via sistema Compras.gov a documentação exigida e atualizada, nos termos do Edital, sob pena de inabilitação.

12.9. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

12.9.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

12.9.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

12.10. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

12.11. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC n. 123, de 2006 e alterações.

12.12. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado prazo de 5 (cinco) dias úteis para sua regularização pelo licitante, prorrogável por igual período, com início no dia em que o proponente for declarado vencedor do certame.

12.12.1. A prorrogação do prazo previsto no subitem 12.11. poderá ser concedida, a critério da Administração Pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

12.12.2. Ressalvado os documentos possíveis de verificação conforme item 12.4, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital e anexos, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

12.12. RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

a) Comprovação de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

b) Comprovação de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) Prova de regularidade perante a Fazenda federal;

d) Prova de regularidade Estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

e) Certidão de Regularidade do FGTS, relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

f) Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão de Regularidade de Débito – CNDT, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho

12.12.1. Será admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento.

12.13. RELATIVOS À HABILITAÇÃO JURÍDICA

a) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo

da Junta Comercial da respectiva sede;

b) Em se tratando de microempreendedor individual – **MEI**: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - **CCMEI**, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/>;

c) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - **EIRELI**: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

d) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

e) No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

f) No caso de agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – **DAP** ou **DAP- P** válida, ou, ainda, outros documentos definidos pelo Ministério do Desenvolvimento Social, conforme Decreto nº 11.802, de 28/11/2023.

g) No caso de produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do **INSS** – **CEI**, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa **RFB** nº 2110, de 2022.

h) No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização, e se for o caso, ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

12.13.1. Os documentos acima deverão estar acompanhados da última alteração ou da consolidação respectiva.

12.14. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA

12.14.1. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor serão aqueles estabelecidos no item 31.4 do Anexo I deste edital - Termo de Referência.

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

Certidão negativa de feitos sobre falência, nos termos da Lei nº 11.101/2005, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, emitida nos últimos 90 (noventa) dias, caso não conste prazo de validade no documento;

Balanço patrimonial, demonstração de resultado do exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, ou balanço de abertura, no caso de empresa constituída há menos de 1 (um) ano, devidamente registrado ou autenticado no órgão competente, para fins de comprovação de:

patrimônio líquido mínimo, para licitantes constituídos há mais de um ano; ou

capital social mínimo, para licitantes constituídos há menos de um ano;

equivalente a **2% (dois por cento)** do valor estimado do item/lote no qual estiver participando.

No caso de o licitante estar classificado em mais de um item/lote, o atendimento ao requisito acima será aferido considerando a **soma dos valores estimados** dos respectivos itens/lotos;

Caso seja constatada insuficiência de patrimônio líquido ou capital social para a totalidade dos itens/lotos em que o licitante estiver classificado, o Pregoeiro poderá convocá-lo para que opte pela desistência de um ou mais itens/lotos, de forma a adequar-se ao limite exigido;

As disposições acima também se aplicam nos casos de classificação superveniente em novos itens/lotos ao longo do certame.

As exigências de qualificação econômico-financeira acima estabelecidas encontram respaldo no art. 69, §4º, da Lei nº 14.133/2021, que autoriza a Administração a exigir capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo como forma de demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações contratuais.

A exigência de patrimônio líquido ou capital social mínimo equivalente a **2% (dois por cento)** do valor estimado do item/lote tem por finalidade assegurar que a empresa possua condições econômico-financeiras mínimas para suportar a execução contratual, reduzindo o risco de inadimplemento ou falhas no fornecimento.

Ressalta-se que, embora a legislação permita a exigência de até 10% do valor estimado da contratação, optou-se por percentual inferior, de forma a preservar a competitividade do certame, possibilitando a participação de um maior número de empresas, inclusive de pequeno porte, sem comprometer a segurança da contratação.

Dessa forma, a exigência adotada representa medida proporcional e adequada, equilibrando a necessidade de garantia da execução contratual com a ampliação da competitividade.

12.15. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

12.15.1. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão aqueles estabelecidos no item 31.5 do Anexo I deste Edital – Termo de Referência.

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

No que se refere à definição das parcelas de maior relevância, considera-se, nos termos do §1º do art. 67 da Lei nº 14.133/2021, que poderão ser assim classificadas aquelas cujo valor individual represente aproximadamente **4% (quatro por cento) ou mais do valor total estimado da contratação**

No presente caso, considerando o valor global estimado da contratação, foram considerados como parcelas de maior relevância os lotes cujo valor individual seja **igual ou superior a R\$ 11.600,00 (onze mil e seiscentos reais)**, razão pela qual a exigência de comprovação de capacidade técnica foi restrita exclusivamente a tais lotes.

Dessa forma, deverá ser apresentada comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares ao objeto desta contratação, exclusivamente para os lotes abaixo relacionados:

LOTE 03 – GUAJARÁ-MIRIM;

LOTE 05 – ARIQUEMES;

LOTE 10 – JARU;

LOTE 12 – JI-PARANÁ;

LOTE 16 – SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ;

LOTE 22 – CACOAL;

LOTE 26 – VILHENA;

LOTE 29 – ROLIM DE MOURA.

A comprovação deverá ser realizada por meio da apresentação de certidão(ões) ou atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou, quando for o caso, por conselho profissional competente, nos termos da legislação vigente.

O(s) atestado(s) apresentado(s) deverá(ão) comprovar a similaridade em características com o objeto desta licitação.

A licitante deverá comprovar o fornecimento de, no mínimo, **10% (dez por cento)** do quantitativo do item para o qual apresentar proposta, sendo admitida a soma de contratos, concomitantes ou não, para o atingimento do quantitativo exigido.

A exigência do percentual mínimo de 10% tem por finalidade demonstrar que a empresa possui experiência compatível com o porte da contratação, reduzindo o risco de falhas no fornecimento e contribuindo para a continuidade do abastecimento das unidades da Polícia Civil.

Não será exigida compatibilidade de prazo, considerando que o objeto consiste no fornecimento de bens comuns, sem complexidade relevante de execução.

Na ausência de informações suficientes no atestado apresentado, poderá ser realizada diligência, nos termos do art. 64 da Lei nº 14.133/2021, para apresentação de documentos complementares aptos a comprovar a veracidade e a suficiência da experiência declarada.

A Administração poderá, ainda, diligenciar para verificação da veracidade das informações prestadas pela licitante, sujeitando-se o emissor e a licitante às penalidades legais cabíveis em caso de declaração inverídica.

O atestado deverá conter, sempre que possível, dados da entidade emissora, tais como razão social, CNPJ, endereço, telefone, e-mail, data de emissão, identificação do signatário e descrição do objeto executado.

A exigência adotada mostra-se proporcional ao objeto licitado e compatível com o art. 67 da Lei nº 14.133/2021, sendo suficiente para aferir a aptidão operacional mínima da licitante, sem impor restrição indevida à competitividade.

12.16. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

12.16.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcionem no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

12.17. DAS DECLARAÇÕES:

12.17.1. Será verificado, no sistema eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>, se, no momento do cadastramento da proposta inicial, os licitantes declararam o cumprimento das exigências previstas nas disposições legais aplicáveis:

a) Ciência em relação ao inteiro teor do ato convocatório e dos seus anexos e concordar com suas

condições, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

b) Que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo.

c) Que atende aos requisitos de habilitação previstos em lei e no instrumento convocatório

d) Inexiste impedimento à minha habilitação e comunicarei a superveniência de ocorrência impeditiva ao órgão ou entidade contratante.

e) Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

f) Ciência em relação a todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

g) Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

h) Observância aos incisos III e IV do art. 1º e cumprimento do disposto no inciso III do art. 5º, todos da Constituição Federal de 1988, que veda o tratamento desumano ou degradante

i) Cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis.

j) O licitante organizado em **COOPERATIVA** deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

k) Declaração, caso se enquadre, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#).

k.1) A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, na forma do Art. 4º, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021. Id. (68784046).

12.18. Não será necessária a juntada das documentações exigidas diretamente na plataforma Compras.gov.br, em meio eletrônico, juntamente com os demais documentos de habilitação e proposta.

12.19. Outras declarações eventualmente exigidas n o Anexo I deste edital - Termo de Referência

a) Declaração de que não possui servidor público estadual como sócio, diretor ou integrante de conselho, nos termos do art. 12 da Constituição do Estado de Rondônia;

12.20. As licitantes que deixarem de apresentar os documentos exigidos para a Habilitação ou os apresentar em desacordo com o estabelecido neste Edital, serão inabilitadas.

13. DO RECURSO

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#) após a fase de **JULGAMENTO** e **HABILITAÇÃO**, declarada a empresa **VENCEDORA** do certame, qualquer Licitante dentro do prazo poderá manifestar em campo próprio do Sistema Eletrônico, de forma imediata sua intenção de recorrer no prazo mínimo de 10 (dez) minutos, em cada fase.

13.1.1. A intenção de recorrer deverá ser registrada imediatamente, sob pena de preclusão.

13.2. As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de três dias úteis, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 8º, da ata de julgamento.

13.3. Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de três dias úteis, contado da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

13.4. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6 . O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.

13.7. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14. DA HOMOLOGAÇÃO

14.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior da unidade demandante para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

15. DA REVOGAÇÃO E DA ANULAÇÃO

15.1. A autoridade superior poderá revogar o procedimento licitatório por motivo de conveniência e oportunidade, e deverá anular por ilegalidade insanável, de ofício ou por provocação de terceiros, assegurada a prévia manifestação dos interessados.

15.2 O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

15.3 Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

15.4 Na hipótese da ilegalidade de que trata o caput ser constatada durante a execução contratual, aplica-se o disposto no art. 147 da Lei nº 14.133, de 2021.

16. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

16.1. A licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas nos termos do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal e **sanções previstas no item 30 e subitens do Anexo I deste Edital - Termo de Referência.**

SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 156 da Lei n. 14.133 de 01 de abril de 2021, pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre a parcela inadimplida.

Se a adjudicatária recusar-se a retirar o instrumento contratual injustificadamente ou se não apresentar situação regular na ocasião dos recebimentos, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre a parte inadimplida do contrato.

A licitante, adjudicatária ou contratada que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o instrumento contratual, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do instrumento contratual, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida a prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados Distrito Federal e Municípios, e será descredenciado no Cadastro de Fornecedores dos Órgãos da Administração Pública e Estadual, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

A multa, eventualmente imposta à Contratada, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, caso a Contratada não tenha nenhum valor a receber do Estado, ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa, podendo, ainda, a administração proceder à cobrança judicial da multa.

As multas previstas não eximem a adjudicatária ou contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração.

De acordo com a gravidade do descumprimento, poderá ainda a licitante se sujeitar à Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base na legislação vigente.

A sanção denominada “Advertência” só terá lugar se emitida por escrito e quando se tratar de faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação, cabível somente até a segunda aplicação (reincidência) para a mesma infração, caso não se verifique a adequação da conduta por parte da Contratada, após o que deverão ser aplicadas sanções de grau mais significativo.

São exemplos de infração administrativa penalizáveis, nos termos do art. 155, da Lei n. 14.133/2021:

Art. 155. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

A respeito das sanções aplicáveis, o art. 156, da Lei n. 14.133/2021 menciona:

Art. 156. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

- I - advertência;
 - II - multa;
 - III - impedimento de licitar e contratar;
 - IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- § 1º Na aplicação das sanções serão considerados:
- I - a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - II - as peculiaridades do caso concreto;
 - III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;
 - V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§ 2º A sanção prevista no inciso I do **caput** deste artigo será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no [inciso I do caput do art. 155 desta Lei](#), quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

§ 3º A sanção prevista no inciso II do **caput** deste artigo, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no [art. 155 desta Lei](#).

§ 4º A sanção prevista no inciso III do **caput** deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos [incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 desta Lei](#), quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

§ 5º A sanção prevista no inciso IV do **caput** deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos [incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 desta Lei](#), bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do **caput** do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§ 6º A sanção estabelecida no inciso IV do **caput** deste artigo será precedida de análise jurídica e observará

as seguintes regras:

I - quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de ministro de Estado, de secretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;

II - quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente às autoridades referidas no inciso I deste parágrafo, na forma de regulamento.

§ 7º As sanções previstas nos incisos I, III e IV do **caput** deste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do **caput** deste artigo.

§ 8º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

§ 9º A aplicação das sanções previstas no **caput** deste artigo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídas graus, com percentuais de multas conforme a tabela formulada pela PGE/RO, a qual elenca apenas as principais situações previstas, não eximindo de outras equivalentes que surgirem:

ITEM	DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO	GRAU	MULTA*
1	Permitir situação que crie a possibilidade ou cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	06	4% por dia
2	Usar indevidamente informações sigilosas a que teve acesso, por ocorrência;	06	4% por dia
3	Suspender ou interromper, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	05	3,2% por dia
4	Destruir ou danificar documentos por dolo de seus agentes, por ocorrência;	05	3,2% por dia
5	Recusar-se a executar o serviço determinado pela fiscalização sem motivo justificado, por ocorrência;	04	1,6% por dia
6	Executar serviço incompleto, paliativo substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar, por ocorrência;	02	0,4% por dia
7	Fornecer informação pérfida de serviço ou substituição de materiais, por ocorrência;	02	0,4% por dia
8	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03	0,8% por dia
9	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia da CONTRATANTE, por empregado e por dia.	03	0,8% por dia

*Incidente sobre o valor inadimplido do contrato

Para os itens a seguir, a multa será atribuída quando a CONTRATADA deixar de:

ITEM	DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO	GRAU	MULTA*
1	Cumprir prazo previamente estabelecido para execução de serviços, por dia;	02	0,4% por dia
2	Efetuar o pagamento de seguros, encargos, fiscais e sociais, assim como quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução do contrato, por dia e por ocorrência;	05	3,2% por dia
3	Cumprir quaisquer dos itens do edital e seus anexos, mesmo que não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela fiscalização, por ocorrência;	03	0,8% por dia
4	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da fiscalização, por ocorrência;	03	0,8% por dia
5	Iniciar os serviços nos prazos estabelecidos, observados os limites mínimos estabelecidos por este Contrato, por serviço e por ocorrência;	02	0,4% por dia
6	Disponibilizar os equipamentos, sistema, estabelecimentos credenciados, em número mínimo, treinamento, suporte e demais necessários à realização dos serviços do escopo do contrato, por ocorrência;	02	0,4% por dia
7	Disponibilizar equipe de profissionais completa conforme determinado para execução do serviço, por dia;	02	0,4% por dia
8	Ressarcir o órgão por eventuais danos causados por sua culpa, em veículos, equipamentos, dados etc.;	02	0,4% por dia
9	Realizar os serviços solicitados e de entregar os respectivos produtos, por tipo e por ocorrência;	02	0,4% por dia
10	Manter a documentação de habilitação atualizada, por item e por ocorrência;	01	0,2% por dia
11	Apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista e previdenciária, por ocorrência;	02	0,2% por dia
12	Fornecer suporte técnico à contratante, por ocorrência e por dia;	01	0,2% por dia
13	Substituir funcionário que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do órgão, por funcionário e por dia.	01	0,2% por dia

*Incidente sobre o valor inadimplido do contrato

As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária ou contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração;

Na aplicação da sanção prevista no inciso II do caput do art. 156 da Lei n. 14.133/2021, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação;

A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 desta Lei requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir;

Em órgão ou entidade da Administração Pública cujo quadro funcional não seja formado de servidores estatutários, a comissão a que se refere o caput deste artigo será composta de 2 (dois) ou mais empregados públicos pertencentes aos seus quadros permanentes, preferencialmente com, no mínimo, 3 (três) anos de tempo de serviço no órgão ou entidade;

Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação;

Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas;

A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

I - interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o caput deste artigo;

II - suspensão pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013;

III - suspensão por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

Do Juízo Arbitral

Não será adotado o juízo arbitral para dirimir eventuais controvérsias decorrentes da execução da presente contratação.

A opção pela não adoção da arbitragem justifica-se em razão da natureza comum e de baixa complexidade do objeto, bem como pela ausência de vantajosidade na utilização desse mecanismo alternativo de resolução de conflitos, considerando os custos envolvidos e a adequada capacidade do Poder Judiciário para a solução de eventuais litígios, em consonância com os princípios da economicidade e da eficiência.

Do Foro

Fica eleito o foro da Comarca de Porto Velho/RO para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas da execução da presente contratação, bem como dos procedimentos dela decorrentes, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

16.2. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública do Estado de Rondônia.

17. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

17.1. Os recursos financeiros necessários para acobertar as despesas decorrentes da contratação, estão consignados no orçamento da POLÍCIA CIVIL e FUNRESPOL, Unidade Gestora 15.003 - Polícia Civil/15.011 - RO, conforme estabelecido no item 16 do Anexo I deste Edital - Termo de Referência.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a aquisição de materiais de consumo estão inseridas na Lei de Diretrizes Orçamentárias do Exercício 2026 e no Plano Plurianual de Ação Governamental - PPA, devendo ser custeadas pelo(a):

POLÍCIA CIVIL	FUNRESPOL
Unidade Orçamentária: 15.003 - Polícia Civil	Unidade Orçamentária: 15.011
Projeto Atividade: 04.122.1015.2087	Projeto Atividade: 06.122.1015.2087
Elemento de Despesa: 33.90.30	Elemento de Despesa: 33.90.30
Fonte de Recurso: 15000 e 15010	Fonte de Recurso: 17590

Durante a execução da Ata de Registro de Preços decorrente do presente procedimento licitatório poderão ser utilizadas outros programas, ações e fontes de recursos a critério das unidades partícipes, respeitado o prévio empenho das despesas.

18. DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO

18.1. Homologada a licitação pela Autoridade Competente, a Ata de Registro de Preços será publicada na imprensa Oficial, momento em que terá efeito de compromisso nas condições ofertadas e pactuadas na proposta apresentada à licitação.

18.2. O **limite global** para solicitações de adesões a este Sistema de Registro de Preços, _não poderá exceder ao limite global de até o dobro do quantitativo registrado na Ata de Registro de Preços.

18.2.1. O **limite individual** de cada órgão ou entidade não participante será de um aumento de 50% do quantitativo registrado, ressalvado o disposto no art. 86, § 7º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

18.3. O quantitativo mínimo para cada ordem de fornecimento a ser exarada pelos órgão gerenciador, participantes e não participantes será de mínimo 25% (vinte cinco por cento) das quantidades estimadas para cada item, conforme estabelecido no item 32.11.1 do Anexo I – Termo de Referência.

18.4. A validade desta ata de registro de preços será de 1(um) ano, contados a partir da publicação no Diário Oficial do Estado, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, mediante pesquisa de mercado que leve em consideração os parâmetros fixados no art. 51 do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

18.5. Os prazos de vigência dos eventuais contratos decorrentes do registro observarão os limites previstos no Capítulo V do Título III da Lei Federal nº 14.133/2021.

18.6. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

18.7. A ata de registro de preços, os ajustes dela decorrentes, suas alterações e rescisões obedecerão o Decreto Estadual nº 28.874/2024, a Lei Federal nº 14.133/2021, e as demais normas complementares e disposições desta Ata e do Edital que a precedeu, aplicáveis à execução e especialmente aos casos omissos.

18.8. Fica a Detentora ciente que a publicidade da ata de registro de preços na imprensa oficial terá efeito de compromisso nas condições ofertadas e pactuadas na proposta apresentada à licitação.

18.9. Nos termos do Decreto Estadual nº 28.874/2024, a Ata de Registro de Preços, durante a sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.

18.10. - É vedada à participação do órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital;

18.11. Por ocasião da publicação da ata de registro de preços, será verificado no **SICAF** e em outros meios se a adjudicatária mantém as condições de habilitação.

18.12. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

18.12.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

18.12.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

18.12.2.1. Aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência de classificação da licitação; e

18.12.2.2. Mantiverem sua proposta original.

18.13. Para o cadastro reserva disposto no item **18.12.2** o (a) Pregoeiro (a) realizará as convocações no chat de mensagens durante o transcurso da sessão pública.

18.14. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

18.15. O registro a que se refere o item **18.12.2** tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo detentor da ata.

18.16. A habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva será conferida quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente.

18.17. O preço registrado poderá ser revisto em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, observada a instrução processual respectiva, cabendo ao órgão gerenciador da ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

18.17.1. A alteração dos preços registrados não altera automaticamente os preços dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços, cuja revisão deverá ser feita pelo órgão contratante, observadas as disposições legais incidentes sobre os contratos.

18.18. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador deverá convocar o fornecedor visando a negociação para redução

de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado.

18.18.1 Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas.

18.18.2. A redução do preço registrado será comunicada pelo órgão gerenciador aos órgãos que tiverem formalizado contratos com fundamento no respectivo registro, para que avaliem a necessidade de efetuar a revisão dos preços contratados.

18.18.3. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação obtida originalmente na licitação.

19. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

19.1. O registro de preço de fornecedor ou prestador de serviço será cancelado quando:

19.1.1. For atestado o descumprimento das condições previstas na ata de registro de preços;

19.1.2. O contrato ou documento equivalente não for firmado no prazo estabelecido pela Administração;

19.1.3. O fornecedor ou prestador de serviço registrado não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior aos preços praticados no mercado;

19.1.4. Estiverem presentes razões de interesse público; e

19.1.5. Restar caracterizada a impossibilidade de concretização do objeto registrado em razão de caso fortuito ou força maior.

19.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador, após manifestação da fiscalização contratual.

19.3. O disposto no § 1º do art. 136 do Decreto 28.874/2024 poderá ser observado nas hipóteses de cancelamento do registro, sem prejuízo da prévia negociação para obtenção de condições mais vantajosas para a Administração.

20. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1. A qualquer momento, após a aceitação das propostas, poderão, os licitantes ser convocados a atualizar sua validade, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de desclassificação.

20.2. Será divulgada ata da sessão pública nos sistemas eletrônicos: <https://www.gov.br/compras/pt-br> e no site <https://rondonia.ro.gov.br/supel/licitacoes/>.

20.3. As disposições atinentes à fiscalização e à gestão do contrato, à entrega do objeto e às condições de pagamento deverão ser observadas no Anexo I - Termo de Referência deste Edital.

20.4. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - **DF**.

20.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

20.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

20.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

20.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

20.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

20.10. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou

por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

20.10.1. Fica o licitante incumbido de acompanhar todas as operações no sistema. Em caso de problemas técnicos/operacionais dentro da plataforma Compras.gov, deverá ser feita imediata manifestação pela empresa, direta e concomitantemente, à Superintendência Estadual de Compras e Licitações - **SUPEL** via telefone e/ou e-mail (ambos informados no resumo deste edital), sob pena de preclusão do direito de alegação em sede recursal.

20.11. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o (a) Pregoeiro (a) persistir por tempo superior a 1 (uma) hora, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo (a) Pregoeiro (a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

20.12. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://rondonia.ro.gov.br/supel/licitacoes/> <https://www.gov.br/compras/pt-br>

20.13. Ante eventual ausência de regramento específico em Edital, deverão ser observados os inseridos no Termo de Referência, sempre pautando-se na legislação vigente.

21. DOS ANEXOS

18.1. Fazem parte deste instrumento convocatório, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

ANEXO I - Termo de Referência (71500867);

ANEXO II - SAMS (70849206);

ANEXO III - Quadro Estimativo de Preços (71353771);

ANEXO IV - Minuta da Ata de Registro de Preços (71653841)

ANEXO V - Minuta do Ofício de Adesão à Ata de Registro de Preços (71653938)

ANEXO VI - Modelo de Minuta de Contrato (71509513);

ANEXO VII – Análise de Risco (70987948);

ANEXO VIII - Modelo de Declaração Complementar para ME/EPP/MEI (68784046).

Porto Velho-RO, data e hora do sistema.

IVANIR BARREIRA DE JESUS

Pregoeira - COGEN5/SUPEL RO

Portaria nº 290 de 04 de novembro de 2025

AMANDA VELOZO DE OLIVEIRA

Assessora da 5ª Comissão Genérica - SUPEL-COGEN5

Portaria nº 290 de 04 de novembro de 2025

Elaborado por:

Amanda Velozo de Oliveira

Membro da Comissão Genérica 5ª - SUPEL-COGEN5



Documento assinado eletronicamente por **Ivanir Barreira de Jesus, Pregoeiro(a)**, em 08/05/2026, às 11:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **AMANDA VELOZO DE OLIVEIRA, Assessor(a)**, em 08/05/2026, às 11:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **71687049** e o código CRC **5AB9B107**.

Referência: Caso responda este Instrumento Convocatório, indicar expressamente o Processo nº 0019.007148/2026-13

SEI nº 71687049



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Polícia Civil - PC
Núcleo de Compras - PC-NCP

TERMO DE REFERÊNCIA

1. IDENTIFICAÇÃO

- 1.1. **Unidade Orçamentária:** Polícia Civil do Estado de Rondônia PC/RO.
1.2. **Unidade Requisitante:** Diretoria de Administração e Finanças - DAF.

2. INTRODUÇÃO E BASE LEGAL

2.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de empresa(s) especializada(s) no fornecimento de água mineral em vasilhames de 20 (vinte) litros e gás liquefeito de petróleo (GLP) em botijões de 13 kg, visando atender às unidades da Polícia Civil do Estado de Rondônia, conforme especificações constantes no Estudo Técnico Preliminar (ETP).

2.2. A presente contratação decorre de **repetição parcial de procedimento licitatório anteriormente realizado**, tendo em vista o fracasso de determinados lotes, especialmente nas localidades do interior do Estado, circunstância que demandou a reavaliação da estratégia de contratação, com a adoção de **nova metodologia de formação de preços, baseada em pesquisa individualizada por município**, de modo a refletir as peculiaridades logísticas e econômicas de cada região e ampliar a competitividade do certame.

2.3. A aquisição tem por objetivo garantir o fornecimento contínuo de insumos essenciais ao regular funcionamento das atividades administrativas e operacionais das unidades policiais, assegurando condições adequadas de trabalho e atendimento ao público.

2.4. O presente Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o disposto no art. 6º, inciso XXIII, da Lei nº 14.133/2021, bem como em observância ao Decreto Estadual nº 28.874/2024, que regulamenta as contratações públicas no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Estado de Rondônia.

2.5. Na condução do presente processo, serão observados os princípios previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, notadamente os da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, interesse público, probidade administrativa, igualdade, planejamento, transparência, eficácia, segregação de funções, motivação, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo, segurança jurídica, razoabilidade, competitividade, proporcionalidade, celeridade, economicidade e desenvolvimento nacional sustentável, em consonância com as disposições do Decreto-Lei nº 4.657/1942.

3. OBJETO

3.1. Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa(s) especializada(s) no **fornecimento contínuo de gás liquefeito de petróleo (GLP), acondicionado em botijões de 13 kg, e de água mineral em vasilhames de 20 (vinte) litros**, destinados ao atendimento das demandas das unidades da Polícia Civil do Estado de Rondônia.

3.2. A presente contratação refere-se à **repetição parcial de procedimento licitatório anteriormente realizado**, tendo em vista o fracasso de determinados lotes, especialmente nas unidades situadas no interior do Estado, mantendo-se as especificações do objeto originalmente definidas, com adequações na estratégia de precificação e estruturação dos lotes, conforme devidamente fundamentado no Estudo Técnico Preliminar.

4. CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO

4.1. Os itens objeto da presente contratação são caracterizados como **bens comuns**, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021.

4.2. Tratam-se de bens amplamente disponíveis no mercado, com características padronizadas, fornecidos por

diversos agentes econômicos, o que permite a adequada definição do objeto no instrumento convocatório e a adoção de critérios objetivos de julgamento, possibilitando a comparação direta entre as propostas apresentadas.

4.3. Embora a contratação envolva fornecimento contínuo, com entregas parceladas conforme a necessidade da Administração, não se configura como prestação de serviço, mas sim como aquisição de bens de consumo, sendo a execução contratual caracterizada pela entrega reiterada de produtos previamente especificados.

4.4. **Caracterização da Contratação como de Natureza Continuada**

4.4.1. A presente contratação possui natureza continuada, tendo em vista que o fornecimento de água mineral e gás liquefeito de petróleo (GLP) é necessário de forma permanente para o adequado funcionamento das atividades administrativas e operacionais das unidades da Polícia Civil do Estado de Rondônia.

4.4.2. A eventual interrupção do fornecimento comprometeria diretamente a prestação dos serviços públicos, afetando condições básicas de trabalho, consumo e funcionamento das unidades policiais, razão pela qual se trata de demanda recorrente e indispensável.

4.5. **Não Enquadramento como Bem de Luxo**

4.5.1. Os itens objeto da presente contratação não se enquadram como bens de luxo, nos termos do art. 20 da Lei nº 14.133/2021, uma vez que se destinam exclusivamente ao atendimento de necessidades essenciais da Administração Pública.

4.5.2. A água mineral e o gás GLP constituem insumos básicos, indispensáveis à manutenção das atividades institucionais, não apresentando características supérfluas, sofisticadas ou incompatíveis com o interesse público.

4.5.3. A definição do objeto observou os princípios da economicidade, razoabilidade, eficiência e proporcionalidade, estando o nível de qualidade e desempenho compatível com a real necessidade da Administração, sem qualquer elemento que caracterize luxo ou ostentação.

5. **OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO**

5.1. A presente contratação tem por objetivo garantir o fornecimento contínuo, eficiente e adequado de água mineral em vasilhames de 20 (vinte) litros e de gás liquefeito de petróleo (GLP) em botijões de 13 kg, destinados ao atendimento das unidades da Polícia Civil do Estado de Rondônia.

5.2. Trata-se de insumos essenciais ao regular funcionamento das atividades administrativas e operacionais, assegurando o abastecimento de água potável para consumo dos servidores e colaboradores, bem como o fornecimento de GLP necessário ao funcionamento de equipamentos utilizados nas unidades policiais.

5.3. A contratação visa, ainda, evitar descontinuidade na prestação dos serviços públicos, garantindo condições adequadas de trabalho, bem como a segurança, saúde e bem-estar dos servidores.

5.4. Considerando que a presente demanda decorre de repetição parcial de procedimento licitatório anteriormente realizado, busca-se, adicionalmente, promover maior eficiência logística e econômica, por meio da adequação do fornecimento às necessidades reais das unidades, com prazos de entrega compatíveis e adoção de estratégias que ampliem a competitividade do certame.

5.5. Adicionalmente, a contratação observará práticas de sustentabilidade, especialmente no que se refere ao uso racional e ao adequado descarte dos vasilhames e botijões, em conformidade com a legislação vigente.

6. **PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL (PCA)**

6.1. A presente contratação não consta formalmente no Plano de Contratações Anual – PCA 2026 da Polícia Civil do Estado de Rondônia.

6.2. Ressalta-se, contudo, que a demanda decorre de repetição parcial de procedimento licitatório instaurado no exercício de 2024, o qual se encontrava devidamente previsto no PCA daquele período, tratando-se de contratação de natureza continuada e essencial ao funcionamento das unidades policiais.

6.3. A ausência de previsão no PCA 2026 não configura inovação da demanda, mas sim a continuidade de contratação anteriormente planejada e iniciada, cuja necessidade permanece vigente, especialmente em razão do fracasso/deserção de lotes no certame anterior.

6.4. Dessa forma, a presente contratação será devidamente incluída na próxima atualização/retificação do PCA 2026, em observância ao princípio do planejamento previsto no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, bem como às disposições do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

7. **ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS E QUANTITATIVOS**

LOTE 01 - NOVA MUTUM					
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	CATMAT	QUANTITATIVO TOTAL MÍNIMO	QUANTITATIVO TOTAL MÁXIMO

1	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) (GÁS DE COZINHA), acondicionado em botija de 13 kg, em forma de troca, utilizado em fogões convencionais ou industriais. Fabricado segundo a Norma NBR 8460 da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Possui dispositivo de segurança de acordo com a Norma ABNT NBR 8614 que, em caso de aumento da pressão interna, libera o GLP, impedindo que ocorra uma explosão do vasilhame. Dispositivo de segurança: plugue fusível. Padrão da válvula: Norma ABNT NBR 8614.	BOTIJA	461652	3	4
2	ÁGUA MINERAL NATURAL, acondicionada em embalagem retornável (garraão) de 20 litros, em plástico higiênico, com protetor na parte superior e lacre de segurança personalizado pelo fabricante.	GARRAFÃO	445485	108	144
LOTE 02 - EXTREMA					
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	CATMAT	QUANTITATIVO TOTAL MÍNIMO	QUANTITATIVO TOTAL MÁXIMO
3	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) (GÁS DE COZINHA), acondicionado em botija de 13 kg, em forma de troca, utilizado em fogões convencionais ou industriais. Fabricado segundo a Norma NBR 8460 da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Possui dispositivo de segurança de acordo com a Norma ABNT NBR 8614 que, em caso de aumento da pressão interna, libera o GLP, impedindo que ocorra uma explosão do vasilhame. Dispositivo de segurança: plugue fusível. Padrão da válvula: Norma ABNT NBR 8614.	BOTIJA	461652	3	4
4	ÁGUA MINERAL NATURAL, acondicionada em embalagem retornável (garraão) de 20 litros, em plástico higiênico, com protetor na parte superior e lacre de segurança personalizado pelo fabricante.	GARRAFÃO	445485	126	168
LOTE 03 - GUAJARÁ-MIRIM					
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	CATMAT	QUANTITATIVO TOTAL MÍNIMO	QUANTITATIVO TOTAL MÁXIMO
5	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) (GÁS DE COZINHA), acondicionado em botija de 13 kg, em forma de troca, utilizado em fogões convencionais ou industriais. Fabricado segundo a Norma NBR 8460 da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Possui dispositivo de segurança de acordo com a Norma ABNT NBR 8614 que, em caso de aumento da pressão interna, libera o GLP, impedindo que ocorra uma explosão do vasilhame. Dispositivo de segurança: plugue fusível. Padrão da válvula: Norma ABNT NBR 8614.	BOTIJA	461652	17	22
6	ÁGUA MINERAL NATURAL, acondicionada em embalagem retornável (garraão) de 20 litros, em plástico higiênico, com protetor na parte superior e lacre de segurança personalizado pelo fabricante.	GARRAFÃO	445485	837	1116
LOTE 04 - NOVA MAMORÉ					
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	CATMAT	QUANTITATIVO TOTAL MÍNIMO	QUANTITATIVO TOTAL MÁXIMO

7	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) (GÁS DE COZINHA), acondicionado em botija de 13 kg, em forma de troca, utilizado em fogões convencionais ou industriais. Fabricado segundo a Norma NBR 8460 da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Possui dispositivo de segurança de acordo com a Norma ABNT NBR 8614 que, em caso de aumento da pressão interna, libera o GLP, impedindo que ocorra uma explosão do vasilhame. Dispositivo de segurança: plugue fusível. Padrão da válvula: Norma ABNT NBR 8614.	BOTIJA	461652	5	6
8	ÁGUA MINERAL NATURAL, acondicionada em embalagem retornável (garraão) de 20 litros, em plástico higiênico, com protetor na parte superior e lacre de segurança personalizado pelo fabricante.	GARRAFÃO	445485	261	348
LOTE 05 - ARIQUEMES					
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	CATMAT	QUANTITATIVO TOTAL MÍNIMO	QUANTITATIVO TOTAL MÁXIMO
9	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) (GÁS DE COZINHA), acondicionado em botija de 13 kg, em forma de troca, utilizado em fogões convencionais ou industriais. Fabricado segundo a Norma NBR 8460 da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Possui dispositivo de segurança de acordo com a Norma ABNT NBR 8614 que, em caso de aumento da pressão interna, libera o GLP, impedindo que ocorra uma explosão do vasilhame. Dispositivo de segurança: plugue fusível. Padrão da válvula: Norma ABNT NBR 8614.	BOTIJA	461652	8	10
10	ÁGUA MINERAL NATURAL, acondicionada em embalagem retornável (garraão) de 20 litros, em plástico higiênico, com protetor na parte superior e lacre de segurança personalizado pelo fabricante.	GARRAFÃO	445485	1611	2184
LOTE 06 - BURITIS					
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	CATMAT	QUANTITATIVO TOTAL MÍNIMO	QUANTITATIVO TOTAL MÁXIMO
11	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) (GÁS DE COZINHA), acondicionado em botija de 13 kg, em forma de troca, utilizado em fogões convencionais ou industriais. Fabricado segundo a Norma NBR 8460 da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Possui dispositivo de segurança de acordo com a Norma ABNT NBR 8614 que, em caso de aumento da pressão interna, libera o GLP, impedindo que ocorra uma explosão do vasilhame. Dispositivo de segurança: plugue fusível. Padrão da válvula: Norma ABNT NBR 8614.	BOTIJA	461652	3	4
12	ÁGUA MINERAL NATURAL, acondicionada em embalagem retornável (garraão) de 20 litros, em plástico higiênico, com protetor na parte superior e lacre de segurança personalizado pelo fabricante.	GARRAFÃO	445485	198	264
LOTE 07 - CUJUBIM					
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	CATMAT	QUANTITATIVO TOTAL MÍNIMO	QUANTITATIVO TOTAL MÁXIMO

13	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) (GÁS DE COZINHA), acondicionado em botija de 13 kg, em forma de troca, utilizado em fogões convencionais ou industriais. Fabricado segundo a Norma NBR 8460 da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Possui dispositivo de segurança de acordo com a Norma ABNT NBR 8614 que, em caso de aumento da pressão interna, libera o GLP, impedindo que ocorra uma explosão do vasilhame. Dispositivo de segurança: plugue fusível. Padrão da válvula: Norma ABNT NBR 8614.	BOTIJA	461652	3	4
14	ÁGUA MINERAL NATURAL, acondicionada em embalagem retornável (garraão) de 20 litros, em plástico higiênico, com protetor na parte superior e lacre de segurança personalizado pelo fabricante.	GARRAFÃO	445485	198	264
LOTE 08 - MONTE NEGRO					
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	CATMAT	QUANTITATIVO TOTAL MÍNIMO	QUANTITATIVO TOTAL MÁXIMO
15	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) (GÁS DE COZINHA), acondicionado em botija de 13 kg, em forma de troca, utilizado em fogões convencionais ou industriais. Fabricado segundo a Norma NBR 8460 da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Possui dispositivo de segurança de acordo com a Norma ABNT NBR 8614 que, em caso de aumento da pressão interna, libera o GLP, impedindo que ocorra uma explosão do vasilhame. Dispositivo de segurança: plugue fusível. Padrão da válvula: Norma ABNT NBR 8614.	BOTIJA	461652	3	4
16	ÁGUA MINERAL NATURAL, acondicionada em embalagem retornável (garraão) de 20 litros, em plástico higiênico, com protetor na parte superior e lacre de segurança personalizado pelo fabricante.	GARRAFÃO	445485	99	132
LOTE 09 - ALTO PARAÍSO					
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	CATMAT	QUANTITATIVO TOTAL MÍNIMO	QUANTITATIVO TOTAL MÁXIMO
17	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) (GÁS DE COZINHA), acondicionado em botija de 13 kg, em forma de troca, utilizado em fogões convencionais ou industriais. Fabricado segundo a Norma NBR 8460 da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Possui dispositivo de segurança de acordo com a Norma ABNT NBR 8614 que, em caso de aumento da pressão interna, libera o GLP, impedindo que ocorra uma explosão do vasilhame. Dispositivo de segurança: plugue fusível. Padrão da válvula: Norma ABNT NBR 8614.	BOTIJA	461652	3	4
18	ÁGUA MINERAL NATURAL, acondicionada em embalagem retornável (garraão) de 20 litros, em plástico higiênico, com protetor na parte superior e lacre de segurança personalizado pelo fabricante.	GARRAFÃO	445485	99	132
LOTE 10 - JARU					
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	CATMAT	QUANTITATIVO TOTAL MÍNIMO	QUANTITATIVO TOTAL MÁXIMO

19	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) (GÁS DE COZINHA), acondicionado em botija de 13 kg, em forma de troca, utilizado em fogões convencionais ou industriais. Fabricado segundo a Norma NBR 8460 da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Possui dispositivo de segurança de acordo com a Norma ABNT NBR 8614 que, em caso de aumento da pressão interna, libera o GLP, impedindo que ocorra uma explosão do vasilhame. Dispositivo de segurança: plugue fusível. Padrão da válvula: Norma ABNT NBR 8614.	BOTIJA	461652	11	14
20	ÁGUA MINERAL NATURAL, acondicionada em embalagem retornável (garraão) de 20 litros, em plástico higiênico, com protetor na parte superior e lacre de segurança personalizado pelo fabricante.	GARRAFÃO	445485	459	612
LOTE 11 - MACHADINHO DO OESTE					
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	CATMAT	QUANTITATIVO TOTAL MÍNIMO	QUANTITATIVO TOTAL MÁXIMO
21	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) (GÁS DE COZINHA), acondicionado em botija de 13 kg, em forma de troca, utilizado em fogões convencionais ou industriais. Fabricado segundo a Norma NBR 8460 da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Possui dispositivo de segurança de acordo com a Norma ABNT NBR 8614 que, em caso de aumento da pressão interna, libera o GLP, impedindo que ocorra uma explosão do vasilhame. Dispositivo de segurança: plugue fusível. Padrão da válvula: Norma ABNT NBR 8614.	BOTIJA	461652	3	4
22	ÁGUA MINERAL NATURAL, acondicionada em embalagem retornável (garraão) de 20 litros, em plástico higiênico, com protetor na parte superior e lacre de segurança personalizado pelo fabricante.	GARRAFÃO	445485	216	288
LOTE 12 - JI-PARANÁ					
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	CATMAT	QUANTITATIVO TOTAL MÍNIMO	QUANTITATIVO TOTAL MÁXIMO
23	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) (GÁS DE COZINHA), acondicionado em botija de 13 kg, em forma de troca, utilizado em fogões convencionais ou industriais. Fabricado segundo a Norma NBR 8460 da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Possui dispositivo de segurança de acordo com a Norma ABNT NBR 8614 que, em caso de aumento da pressão interna, libera o GLP, impedindo que ocorra uma explosão do vasilhame. Dispositivo de segurança: plugue fusível. Padrão da válvula: Norma ABNT NBR 8614.	BOTIJA	461652	17	22
24	ÁGUA MINERAL NATURAL, acondicionada em embalagem retornável (garraão) de 20 litros, em plástico higiênico, com protetor na parte superior e lacre de segurança personalizado pelo fabricante.	GARRAFÃO	445485	936	1248
LOTE 13 - OURO PRETO DO OESTE					
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	CATMAT	QUANTITATIVO TOTAL MÍNIMO	QUANTITATIVO TOTAL MÁXIMO

25	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) (GÁS DE COZINHA), acondicionado em botija de 13 kg, em forma de troca, utilizado em fogões convencionais ou industriais. Fabricado segundo a Norma NBR 8460 da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Possui dispositivo de segurança de acordo com a Norma ABNT NBR 8614 que, em caso de aumento da pressão interna, libera o GLP, impedindo que ocorra uma explosão do vasilhame. Dispositivo de segurança: plugue fusível. Padrão da válvula: Norma ABNT NBR 8614.	BOTIJA	461652	3	4
26	ÁGUA MINERAL NATURAL, acondicionada em embalagem retornável (garraão) de 20 litros, em plástico higiênico, com protetor na parte superior e lacre de segurança personalizado pelo fabricante.	GARRAFÃO	445485	162	216
LOTE 14 - MIRANTE DA SERRA					
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	CATMAT	QUANTITATIVO TOTAL MÍNIMO	QUANTITATIVO TOTAL MÁXIMO
27	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) (GÁS DE COZINHA), acondicionado em botija de 13 kg, em forma de troca, utilizado em fogões convencionais ou industriais. Fabricado segundo a Norma NBR 8460 da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Possui dispositivo de segurança de acordo com a Norma ABNT NBR 8614 que, em caso de aumento da pressão interna, libera o GLP, impedindo que ocorra uma explosão do vasilhame. Dispositivo de segurança: plugue fusível. Padrão da válvula: Norma ABNT NBR 8614.	BOTIJA	461652	3	4
28	ÁGUA MINERAL NATURAL, acondicionada em embalagem retornável (garraão) de 20 litros, em plástico higiênico, com protetor na parte superior e lacre de segurança personalizado pelo fabricante.	GARRAFÃO	445485	99	132
LOTE 15 - PRESIDENTE MÉDICI					
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	CATMAT	QUANTITATIVO TOTAL MÍNIMO	QUANTITATIVO TOTAL MÁXIMO
29	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) (GÁS DE COZINHA), acondicionado em botija de 13 kg, em forma de troca, utilizado em fogões convencionais ou industriais. Fabricado segundo a Norma NBR 8460 da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Possui dispositivo de segurança de acordo com a Norma ABNT NBR 8614 que, em caso de aumento da pressão interna, libera o GLP, impedindo que ocorra uma explosão do vasilhame. Dispositivo de segurança: plugue fusível. Padrão da válvula: Norma ABNT NBR 8614.	BOTIJA	461652	3	4
30	ÁGUA MINERAL NATURAL, acondicionada em embalagem retornável (garraão) de 20 litros, em plástico higiênico, com protetor na parte superior e lacre de segurança personalizado pelo fabricante.	GARRAFÃO	445485	360	480
LOTE 16 - SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ					
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	CATMAT	QUANTITATIVO TOTAL MÍNIMO	QUANTITATIVO TOTAL MÁXIMO

31	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) (GÁS DE COZINHA), acondicionado em botija de 13 kg, em forma de troca, utilizado em fogões convencionais ou industriais. Fabricado segundo a Norma NBR 8460 da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Possui dispositivo de segurança de acordo com a Norma ABNT NBR 8614 que, em caso de aumento da pressão interna, libera o GLP, impedindo que ocorra uma explosão do vasilhame. Dispositivo de segurança: plugue fusível. Padrão da válvula: Norma ABNT NBR 8614.	BOTIJA	461652	11	14
32	ÁGUA MINERAL NATURAL, acondicionada em embalagem retornável (garraão) de 20 litros, em plástico higiênico, com protetor na parte superior e lacre de segurança personalizado pelo fabricante.	GARRAFÃO	445485	486	648

LOTE 17 - URUPÁ

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	CATMAT	QUANTITATIVO TOTAL MÍNIMO	QUANTITATIVO TOTAL MÁXIMO
33	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) (GÁS DE COZINHA), acondicionado em botija de 13 kg, em forma de troca, utilizado em fogões convencionais ou industriais. Fabricado segundo a Norma NBR 8460 da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Possui dispositivo de segurança de acordo com a Norma ABNT NBR 8614 que, em caso de aumento da pressão interna, libera o GLP, impedindo que ocorra uma explosão do vasilhame. Dispositivo de segurança: plugue fusível. Padrão da válvula: Norma ABNT NBR 8614.	BOTIJA	461652	2	3
34	ÁGUA MINERAL NATURAL, acondicionada em embalagem retornável (garraão) de 20 litros, em plástico higiênico, com protetor na parte superior e lacre de segurança personalizado pelo fabricante.	GARRAFÃO	445485	126	168

LOTE 18 - SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	CATMAT	QUANTITATIVO TOTAL MÍNIMO	QUANTITATIVO TOTAL MÁXIMO
35	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) (GÁS DE COZINHA), acondicionado em botija de 13 kg, em forma de troca, utilizado em fogões convencionais ou industriais. Fabricado segundo a Norma NBR 8460 da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Possui dispositivo de segurança de acordo com a Norma ABNT NBR 8614 que, em caso de aumento da pressão interna, libera o GLP, impedindo que ocorra uma explosão do vasilhame. Dispositivo de segurança: plugue fusível. Padrão da válvula: Norma ABNT NBR 8614.	BOTIJA	461652	2	3
36	ÁGUA MINERAL NATURAL, acondicionada em embalagem retornável (garraão) de 20 litros, em plástico higiênico, com protetor na parte superior e lacre de segurança personalizado pelo fabricante.	GARRAFÃO	445485	216	288

LOTE 19 - COSTA MARQUES

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	CATMAT	QUANTITATIVO TOTAL MÍNIMO	QUANTITATIVO TOTAL MÁXIMO
------	-------------------	-------------------	--------	---------------------------	---------------------------

37	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) (GÁS DE COZINHA), acondicionado em botija de 13 kg, em forma de troca, utilizado em fogões convencionais ou industriais. Fabricado segundo a Norma NBR 8460 da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Possui dispositivo de segurança de acordo com a Norma ABNT NBR 8614 que, em caso de aumento da pressão interna, libera o GLP, impedindo que ocorra uma explosão do vasilhame. Dispositivo de segurança: plugue fusível. Padrão da válvula: Norma ABNT NBR 8614.	BOTIJA	461652	3	4
38	ÁGUA MINERAL NATURAL, acondicionada em embalagem retornável (garraão) de 20 litros, em plástico higiênico, com protetor na parte superior e lacre de segurança personalizado pelo fabricante.	GARRAFÃO	445485	261	348
LOTE 20 - ALVORADA DO OESTE					
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	CATMAT	QUANTITATIVO TOTAL MÍNIMO	QUANTITATIVO TOTAL MÁXIMO
39	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) (GÁS DE COZINHA), acondicionado em botija de 13 kg, em forma de troca, utilizado em fogões convencionais ou industriais. Fabricado segundo a Norma NBR 8460 da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Possui dispositivo de segurança de acordo com a Norma ABNT NBR 8614 que, em caso de aumento da pressão interna, libera o GLP, impedindo que ocorra uma explosão do vasilhame. Dispositivo de segurança: plugue fusível. Padrão da válvula: Norma ABNT NBR 8614.	BOTIJA	461652	5	6
40	ÁGUA MINERAL NATURAL, acondicionada em embalagem retornável (garraão) de 20 litros, em plástico higiênico, com protetor na parte superior e lacre de segurança personalizado pelo fabricante.	GARRAFÃO	445485	216	288
LOTE 21 - SERINGUEIRAS					
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	CATMAT	QUANTITATIVO TOTAL MÍNIMO	QUANTITATIVO TOTAL MÁXIMO
41	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) (GÁS DE COZINHA), acondicionado em botija de 13 kg, em forma de troca, utilizado em fogões convencionais ou industriais. Fabricado segundo a Norma NBR 8460 da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Possui dispositivo de segurança de acordo com a Norma ABNT NBR 8614 que, em caso de aumento da pressão interna, libera o GLP, impedindo que ocorra uma explosão do vasilhame. Dispositivo de segurança: plugue fusível. Padrão da válvula: Norma ABNT NBR 8614.	BOTIJA	461652	3	4
42	ÁGUA MINERAL NATURAL, acondicionada em embalagem retornável (garraão) de 20 litros, em plástico higiênico, com protetor na parte superior e lacre de segurança personalizado pelo fabricante.	GARRAFÃO	445485	99	132
LOTE 22 - CACOAL					
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	CATMAT	QUANTITATIVO TOTAL MÍNIMO	QUANTITATIVO TOTAL MÁXIMO

43	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) (GÁS DE COZINHA), acondicionado em botija de 13 kg, em forma de troca, utilizado em fogões convencionais ou industriais. Fabricado segundo a Norma NBR 8460 da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Possui dispositivo de segurança de acordo com a Norma ABNT NBR 8614 que, em caso de aumento da pressão interna, libera o GLP, impedindo que ocorra uma explosão do vasilhame. Dispositivo de segurança: plugue fusível. Padrão da válvula: Norma ABNT NBR 8614.	BOTIJA	461652	17	22
44	ÁGUA MINERAL NATURAL, acondicionada em embalagem retornável (garraão) de 20 litros, em plástico higiênico, com protetor na parte superior e lacre de segurança personalizado pelo fabricante.	GARRAFÃO	445485	972	1296
LOTE 23 - PIMENTA BUENO					
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	CATMAT	QUANTITATIVO TOTAL MÍNIMO	QUANTITATIVO TOTAL MÁXIMO
45	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) (GÁS DE COZINHA), acondicionado em botija de 13 kg, em forma de troca, utilizado em fogões convencionais ou industriais. Fabricado segundo a Norma NBR 8460 da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Possui dispositivo de segurança de acordo com a Norma ABNT NBR 8614 que, em caso de aumento da pressão interna, libera o GLP, impedindo que ocorra uma explosão do vasilhame. Dispositivo de segurança: plugue fusível. Padrão da válvula: Norma ABNT NBR 8614.	BOTIJA	461652	5	6
46	ÁGUA MINERAL NATURAL, acondicionada em embalagem retornável (garraão) de 20 litros, em plástico higiênico, com protetor na parte superior e lacre de segurança personalizado pelo fabricante.	GARRAFÃO	445485	315	420
LOTE 24 - ESPIGÃO DO OESTE					
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	CATMAT	QUANTITATIVO TOTAL MÍNIMO	QUANTITATIVO TOTAL MÁXIMO
47	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) (GÁS DE COZINHA), acondicionado em botija de 13 kg, em forma de troca, utilizado em fogões convencionais ou industriais. Fabricado segundo a Norma NBR 8460 da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Possui dispositivo de segurança de acordo com a Norma ABNT NBR 8614 que, em caso de aumento da pressão interna, libera o GLP, impedindo que ocorra uma explosão do vasilhame. Dispositivo de segurança: plugue fusível. Padrão da válvula: Norma ABNT NBR 8614.	BOTIJA	461652	3	4
48	ÁGUA MINERAL NATURAL, acondicionada em embalagem retornável (garraão) de 20 litros, em plástico higiênico, com protetor na parte superior e lacre de segurança personalizado pelo fabricante.	GARRAFÃO	445485	261	348
LOTE 25 - MINISTRO ANDREAZZA					
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	CATMAT	QUANTITATIVO ANUAL TOTAL	QUANTITATIVO TOTAL MÁXIMO

49	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) (GÁS DE COZINHA), acondicionado em botija de 13 kg, em forma de troca, utilizado em fogões convencionais ou industriais. Fabricado segundo a Norma NBR 8460 da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Possui dispositivo de segurança de acordo com a Norma ABNT NBR 8614 que, em caso de aumento da pressão interna, libera o GLP, impedindo que ocorra uma explosão do vasilhame. Dispositivo de segurança: plugue fusível. Padrão da válvula: Norma ABNT NBR 8614.	BOTIJA	461652	5	6
50	ÁGUA MINERAL NATURAL, acondicionada em embalagem retornável (garraão) de 20 litros, em plástico higiênico, com protetor na parte superior e lacre de segurança personalizado pelo fabricante.	GARRAFÃO	445485	198	264
LOTE 26 - VILHENA					
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	CATMAT	QUANTITATIVO ANUAL TOTAL	QUANTITATIVO TOTAL MÁXIMO
51	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) (GÁS DE COZINHA), acondicionado em botija de 13 kg, em forma de troca, utilizado em fogões convencionais ou industriais. Fabricado segundo a Norma NBR 8460 da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Possui dispositivo de segurança de acordo com a Norma ABNT NBR 8614 que, em caso de aumento da pressão interna, libera o GLP, impedindo que ocorra uma explosão do vasilhame. Dispositivo de segurança: plugue fusível. Padrão da válvula: Norma ABNT NBR 8614.	BOTIJA	461652	14	18
52	ÁGUA MINERAL NATURAL, acondicionada em embalagem retornável (garraão) de 20 litros, em plástico higiênico, com protetor na parte superior e lacre de segurança personalizado pelo fabricante.	GARRAFÃO	445485	954	1272
LOTE 27 - COLORADO DO OESTE					
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	CATMAT	QUANTITATIVO TOTAL MÍNIMO	QUANTITATIVO TOTAL MÁXIMO
53	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) (GÁS DE COZINHA), acondicionado em botija de 13 kg, em forma de troca, utilizado em fogões convencionais ou industriais. Fabricado segundo a Norma NBR 8460 da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Possui dispositivo de segurança de acordo com a Norma ABNT NBR 8614 que, em caso de aumento da pressão interna, libera o GLP, impedindo que ocorra uma explosão do vasilhame. Dispositivo de segurança: plugue fusível. Padrão da válvula: Norma ABNT NBR 8614.	BOTIJA	461652	5	6
54	ÁGUA MINERAL NATURAL, acondicionada em embalagem retornável (garraão) de 20 litros, em plástico higiênico, com protetor na parte superior e lacre de segurança personalizado pelo fabricante.	GARRAFÃO	445485	162	216
LOTE 28 - CEREJEIRAS					
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	CATMAT	QUANTITATIVO TOTAL MÍNIMO	QUANTITATIVO TOTAL MÁXIMO

55	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) (GÁS DE COZINHA), acondicionado em botija de 13 kg, em forma de troca, utilizado em fogões convencionais ou industriais. Fabricado segundo a Norma NBR 8460 da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Possui dispositivo de segurança de acordo com a Norma ABNT NBR 8614 que, em caso de aumento da pressão interna, libera o GLP, impedindo que ocorra uma explosão do vasilhame. Dispositivo de segurança: plugue fusível. Padrão da válvula: Norma ABNT NBR 8614.	BOTIJA	461652	3	4
56	ÁGUA MINERAL NATURAL, acondicionada em embalagem retornável (garraão) de 20 litros, em plástico higiênico, com protetor na parte superior e lacre de segurança personalizado pelo fabricante.	GARRAFÃO	445485	153	204
LOTE 29 - ROLIM DE MOURA					
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	CATMAT	QUANTITATIVO TOTAL MÍNIMO	QUANTITATIVO TOTAL MÁXIMO
57	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) (GÁS DE COZINHA), acondicionado em botija de 13 kg, em forma de troca, utilizado em fogões convencionais ou industriais. Fabricado segundo a Norma NBR 8460 da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Possui dispositivo de segurança de acordo com a Norma ABNT NBR 8614 que, em caso de aumento da pressão interna, libera o GLP, impedindo que ocorra uma explosão do vasilhame. Dispositivo de segurança: plugue fusível. Padrão da válvula: Norma ABNT NBR 8614.	BOTIJA	461652	12	16
58	ÁGUA MINERAL NATURAL, acondicionada em embalagem retornável (garraão) de 20 litros, em plástico higiênico, com protetor na parte superior e lacre de segurança personalizado pelo fabricante.	GARRAFÃO	445485	594	792
LOTE 30 - ALTA FLORESTA DO OESTE					
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	CATMAT	QUANTITATIVO TOTAL MÍNIMO	QUANTITATIVO TOTAL MÁXIMO
59	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) (GÁS DE COZINHA), acondicionado em botija de 13 kg, em forma de troca, utilizado em fogões convencionais ou industriais. Fabricado segundo a Norma NBR 8460 da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Possui dispositivo de segurança de acordo com a Norma ABNT NBR 8614 que, em caso de aumento da pressão interna, libera o GLP, impedindo que ocorra uma explosão do vasilhame. Dispositivo de segurança: plugue fusível. Padrão da válvula: Norma ABNT NBR 8614.	BOTIJA	461652	3	4
60	ÁGUA MINERAL NATURAL, acondicionada em embalagem retornável (garraão) de 20 litros, em plástico higiênico, com protetor na parte superior e lacre de segurança personalizado pelo fabricante.	GARRAFÃO	445485	216	288
LOTE 31 - NOVA BRASILÂNDIA DO OESTE					
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	CATMAT	QUANTITATIVO TOTAL MÍNIMO	QUANTITATIVO ANUAL TOTAL

61	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) (GÁS DE COZINHA), acondicionado em botija de 13 kg, em forma de troca, utilizado em fogões convencionais ou industriais. Fabricado segundo a Norma NBR 8460 da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Possui dispositivo de segurança de acordo com a Norma ABNT NBR 8614 que, em caso de aumento da pressão interna, libera o GLP, impedindo que ocorra uma explosão do vasilhame. Dispositivo de segurança: plugue fusível. Padrão da válvula: Norma ABNT NBR 8614.	BOTIJA	461652	3	4
62	ÁGUA MINERAL NATURAL, acondicionada em embalagem retornável (garrafão) de 20 litros, em plástico higiênico, com protetor na parte superior e lacre de segurança personalizado pelo fabricante.	GARRAFÃO	445485	216	288
LOTE 32 - SANTA LUZIA DO OESTE					
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	CATMAT	QUANTITATIVO TOTAL MÍNIMO	QUANTITATIVO ANUAL TOTAL
63	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) (GÁS DE COZINHA), acondicionado em botija de 13 kg, em forma de troca, utilizado em fogões convencionais ou industriais. Fabricado segundo a Norma NBR 8460 da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Possui dispositivo de segurança de acordo com a Norma ABNT NBR 8614 que, em caso de aumento da pressão interna, libera o GLP, impedindo que ocorra uma explosão do vasilhame. Dispositivo de segurança: plugue fusível. Padrão da válvula: Norma ABNT NBR 8614.	BOTIJA	461652	3	4
64	ÁGUA MINERAL NATURAL, acondicionada em embalagem retornável (garrafão) de 20 litros, em plástico higiênico, com protetor na parte superior e lacre de segurança personalizado pelo fabricante.	GARRAFÃO	445485	261	348

8. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

8.1. Finalidade Pública

8.1.1. A Segurança Pública é dever do Estado, sendo fundamental para a manutenção da ordem pública e a preservação da incolumidade das pessoas e do patrimônio, conforme dispõe o art. 144, inciso IV, § 4º, da Constituição Federal de 1988.

8.1.2. No âmbito do Estado de Rondônia, tais preceitos são regulamentados, entre outras normas, pelos arts. 13, inciso I, § 1º, alínea “a”, e 18, inciso I, item “2”, da Lei Complementar nº 224, de 04 de janeiro de 2000, que estruturam as atividades e competências da Polícia Civil.

8.1.3. Nesse contexto, a Polícia Civil do Estado de Rondônia desempenha atividades finalísticas, diretamente relacionadas à investigação criminal, bem como atividades administrativas indispensáveis à sua operacionalidade. Para garantir o pleno funcionamento dessas atividades, faz-se necessária a contratação de terceiros para o fornecimento de bens que assegurem suporte logístico adequado e contribuam para o cumprimento das atribuições institucionais.

8.2. Justificativa do Quantitativo

8.2.1. O quantitativo estimado encontra-se detalhado na Planilha (ID 0052727248) e no Estudo Técnico Preliminar (ID 70811793), tendo sido elaborado com base no histórico de consumo das unidades da Polícia Civil do Estado de Rondônia, aliado às especificidades operacionais de cada localidade.

8.2.2. Para sua definição, considerou-se a média de consumo mensal por unidade, projetada para o período anual, bem como a estimativa de reposição de gás conforme a periodicidade de utilização, garantindo, assim, a adequação da contratação às necessidades institucionais, conforme demonstrado na planilha a seguir.

LOCALIDADE	UNIDADE	CONSUMO DE ÁGUA DE 20 LTS POR MÊS (unidade)	CONSUMO DE ÁGUA DE 20 LTS PARA 12 MESES (unidade)	CONSUMO DE GÁS DE 13KG POR MÊS (unidade)	CONSUMO DE GÁS DE 13KG PARA 12 MESES (unidade)
------------	---------	--	--	---	---

LOCALIDADE	UNIDADE	CONSUMO DE ÁGUA DE 20 LTS POR MÊS (unidade)	CONSUMO DE ÁGUA DE 20 LTS PARA 12 MESES (unidade)	CONSUMO DE GÁS DE 13KG POR MÊS (unidade)	CONSUMO DE GÁS DE 13KG PARA 12 MESES (unidade)
NOVA MUTUM PARANÁ	10º DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL	12	144	01 p/ 3 meses	04
TOTAL DE NOVA MUTUM PARANÁ		12	144	-	04
EXTREMA	9º DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL / UNISP	14	168	01 p/ 3 meses	04
TOTAL DE EXTREMA		14	168	-	04
GUAJARÁ- MIRIM	DELEGACIA REGIONAL DE GUAJARÁ-MIRIM	17	204	01 p/ 3 meses	04
	1ª DP DE GUAJARÁ- MIRIM	17	204	01 p/ 3 meses	04
	DELEGACIA ESPECIALIZADA NO ATENDIMENTO À MULHER - DEAM	14	168	01 p/ 3 meses	06
	INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL E CRIMINAL - IICC	17	204	-	-
	NÚCLEO INTEGRADO DE INTELIGÊNCIA - NII	11	132	01 p/ 3 meses	04
	INSTITUTO MÉDICO LEGAL - IML	17	204	01 p/ 3 meses	04
TOTAL DE GUAJARÁ MIRIM		93	1.116	-	22
NOVA MAMORÉ	UNISP	22	264	01 p/ 2 meses	06
	INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL E CRIMINAL - IICC	07	84	-	-
TOTAL DE NOVA MAMORÉ		29	384	-	06
ARIQUEMES	DELEGACIA REGIONAL DE ARIQUEMES (UNISP)	17	204	01 p/ 3 meses	04
	PLANTÃO DE POLÍCIA CIVIL	11	132	-	-
	1ª DP	22	264	-	-
	2ª DP	22	264	-	-
	DELEGACIA ESPEC. EM R. CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO - DERCP	22	264	-	-
	DELEGACIA ESPECIALIZADA EM CRIMES CONTRA A VIDA - DECCV	11	132	-	-
	DELEGACIA ESPECIALIZADA NO ATENDIMENTO A MULHER - DEAM	22	264	-	-
	INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL E CRIMINAL - IICC	11	132	-	-
	INSTITUTO MÉDICO LEGAL - IML	33	396	01 p/ 2 meses	06
	NÚCLEO INTEGRADO DE INTELIGÊNCIA - NII	1	132	-	-
TOTAL DE ARIQUEMES		182	2.184	-	10
BURITIS	DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL DE BURITIS	22	264	01 p/ 3 meses	04
TOTAL DE BURITIS		22	264	-	04
CUJUBIM	DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL DE CUJUBIM	22	264	01 p/ 3 meses	04
TOTAL DE CUJUBIM		22	264	-	04
MONTE NEGRO	DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL DE MONTE NEGRO	11	132	01 p/ 3 meses	04

LOCALIDADE	UNIDADE	CONSUMO DE ÁGUA DE 20 LTS POR MÊS (unidade)	CONSUMO DE ÁGUA DE 20 LTS PARA 12 MESES (unidade)	CONSUMO DE GÁS DE 13KG POR MÊS (unidade)	CONSUMO DE GÁS DE 13KG PARA 12 MESES (unidade)
TOTAL DE MONTE NEGRO		11	132	-	04
ALTO PARAÍSO	DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL DE ALTO PARAÍSO	11	132	01 p/ 3 meses	04
TOTAL DE ALTO PARAÍSO		11	132	-	04
JARU	DELEGACIA REGIONAL DE JARU (UNISP)	11	132	01 p/ 3 meses	04
	1ª DP	22	264	01 p/ 2 meses	06
	INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL E CRIMINAL - IICC	-	-	-	-
	INSTITUTO MÉDICO LEGAL - IML	-	-	-	-
	DELEGACIA ESPECIALIZADA NO ATENDIMENTO A MULHER - DEAM	11	132	01 p/ 3 meses	04
	NÚCLEO INTEGRADO DE INTELIGÊNCIA - NII	07	84	-	-
TOTAL DE JARU		51	612	-	14
MACHADINHO DO OESTE	DELEGACIA DE POLÍCIA DE MACHADINHO DO OESTE (UNISP)	17	204	01 p/ 3 meses	04
	INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL E CRIMINAL - IICC	07	84	-	-
TOTAL DE MACHADINHO DO OESTE		24	288	-	04
JI-PARANÁ	DELEGACIA REGIONAL DE JI- PARANÁ	33	396	01 p/ 2 meses	06
	INSTITUTO MÉDICO LEGAL - IML	07	84	-	-
	INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL E CRIMINAL - ICC	07	84	-	-
	1ª DP	22	264	01 p/ 3 meses	04
	DELEGACIA ESPECIALIZADA EM REPRESSÃO AOS CRIMES CONTRA A VIDA - DERCCV	17	204	01 p/ 2 meses	06
	DELEGACIA ESPECIALIZADA NO ATENDIMENTO A MULHER - DEAM	11	132	01 p/ 2 meses	06
	NÚCLEO INTEGRADO DE INTELIGÊNCIA - NII	07	84	-	-
TOTAL DE JI-PARANÁ		104	1.248	-	22
OURO PRETO DO OESTE	DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL DE OURO PRETO DO OESTE	11	132	01 p/ 3 meses	04
	INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL E CRIMINAL - ICC	07	84	-	-
TOTAL DE OURO PRETO DO OESTE		18	216	-	04
MIRANTE DA SERRA	DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL DE MIRANTE DA SERRA	11	132	01 p/ 3 meses	04
TOTAL DE MIRANTE DA SERRA		11	132	-	04

LOCALIDADE	UNIDADE	CONSUMO DE ÁGUA DE 20 LTS POR MÊS (unidade)	CONSUMO DE ÁGUA DE 20 LTS PARA 12 MESES (unidade)	CONSUMO DE GÁS DE 13KG POR MÊS (unidade)	CONSUMO DE GÁS DE 13KG PARA 12 MESES (unidade)
PRESIDENTE MÉDICI	DELEGACIA DE POLÍCIA DE PRESIDENTE MÉDICI	33	396	01 p/ 3 meses	04
	INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL E CRIMINAL - ICC	07	84	-	-
TOTAL DE PRESIDENTE MÉDICI		40	480	-	04
SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ	DELEGACIA REGIONAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ	22	264	01 p/ 2 meses	06
	1ª DP	11	132	01 p/ 3 meses	04
	INSTITUTO MÉDICO LEGAL - IML	07	84	01 p/ 3 meses	04
	INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL E CRIMINAL - IICC	07	84	-	-
	NÚCLEO INTEGRADO DE INTELIGÊNCIA - NII	07	84	-	-
TOTAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ		54	648	-	14
URUPÁ	DELAGACIA DE POLÍCIA DE URUPÁ	07	84	01 p/ 4 meses	03
	INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL E CRIMINAL - IICC	07	84	-	-
TOTAL DE URUPÁ		14	168	-	03
SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ	DELEGACIA DE POLÍCIA DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ	17	204	01 p/ 4 meses	03
	INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL E CRIMINAL - IICC	07	84	-	-
TOTAL DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ		24	288	-	03
COSTA MARQUES	DELEGACIA DE POLÍCIA DE COSTA MARQUES	22	264	01 p/ 3 meses	04
	INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL E CRIMINAL - IICC	07	84	-	-
TOTAL DE COSTA MARQUES		29	348		04
ALVORADA DO OESTE	DELEGACIA DE POLÍCIA DE ALVORADA DO OESTE	17	204	01 p/ 2 meses	06
	INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL E CRIMINAL - IICC	07	84	-	-
TOTAL DE ALVORADA DO OESTE		24	288	-	06
SERINGUEIRAS	DELEGACIA DE POLÍCIA DE SERINGUEIRAS	11	132	01 p/ 3 meses	04
TOTAL DE SERINGUEIRAS		11	132	-	04
CACOAL	DELEGACIA REGIONAL DE CACOAL	44	528	01 p/ 2 meses	06
	INSTITUTO MÉDICO LEGAL - IML	11	132	01 p/ 3 meses	04
	INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL E CRIMINAL - IICC	11	132	-	-
	1ª DP	11	132	01 p/ 3 meses	04
	NÚCLEO INTEGRADO DE INTELIGÊNCIA - NII	07	84	-	-
	DRACO	07	84	01 p/ 3 meses	04

LOCALIDADE	UNIDADE	CONSUMO DE ÁGUA DE 20 LTS POR MÊS (unidade)	CONSUMO DE ÁGUA DE 20 LTS PARA 12 MESES (unidade)	CONSUMO DE GÁS DE 13KG POR MÊS (unidade)	CONSUMO DE GÁS DE 13KG PARA 12 MESES (unidade)
	DELEGACIA ESPECIALIZADA NO ATENDIMENTO À MULHER - DEAM	17	204	01 p/ 3 meses	04
TOTAL DE CACOAL		108	1.296	-	22
PIMENTA BUENO	DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL DE PIMENTA BUENO	28	336	01 p/ 2 meses	06
	INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL E CRIMINAL - IICC	07	84	-	-
TOTAL DE PIMENTA BUENO		35	420	-	06
ESPIGÃO DO OESTE	DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL DE ESPIGÃO DO OESTE	22	264	01	04
	INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL E CRIMINAL - IICC	07	84	-	-
TOTAL DE ESPIGÃO DO OESTE		29	348	-	04
MINISTRO ANDREAZZA	DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL DE MINISTRO ANDREAZZA	22	264	01 p/ 2 meses	06
TOTAL DE MINISTRO ANDREAZZA		22	264	-	06
VILHENA	DELEGACIA REGIONAL DE VILHENA	33	396	01	06
	INSTITUTO MÉDICO LEGAL - IML	11	132	01 p/ 3 meses	04
	INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL E CRIMINAL - IICC	07	84	-	-
	1ª DP	11	132	01 p/ 3 meses	04
	DELEGACIA ESPECIALIZADA EM REPRESSÃO AOS CRIMES CONTRA A VIDA - DERCCV	11	132	-	-
	DELEGACIA ESPECIALIZADA NO ATENDIMENTO À MULHER - DEAM	11	132	01 p/ 3 meses	04
	DELEGACIA ESPECIALIZADA DE APURAÇÃO DE ATOS INFRACIONAIS - DEAAI	11	132	-	-
	NÚCLEO INTEGRADO DE INTELIGÊNCIA - NII	11	132	-	-
TOTAL DE VILHENA		106	1.272	-	18
COLORADO DO OESTE	DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL DE COLORADO DO OESTE	11	132	01 p/ 2 meses	06
	INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL E CRIMINAL - IICC	07	84	-	-
TOTAL DE COLORADO DO OESTE		18	216	-	06
CEREJEIRAS	DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL DE CEREJEIRAS	11	132	01 p/ 3 meses	04
	INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL E CRIMINAL - IICC	06	72	-	-
TOTAL DE CEREJEIRAS		17	204	-	04
	DELEGACIA REGIONAL DE ROLIM DE MOURA	17	204	01 p/ 3 meses	04

LOCALIDADE	UNIDADE	CONSUMO DE ÁGUA DE 20 LTS POR MÊS (unidade)	CONSUMO DE ÁGUA DE 20 LTS PARA 12 MESES (unidade)	CONSUMO DE GÁS DE 13KG POR MÊS (unidade)	CONSUMO DE GÁS DE 13KG PARA 12 MESES (unidade)
ROLIM DE MOURA	1ª DP	11	132	01 p/ 3 meses	04
	DELEGACIA ESPECIALIZADA NO ATENDIMENTO À MULHER - DEAM	17	204	01 p/ 3 meses	04
	INSTITUTO MÉDICO LEGAL - IML	07	84	01 p/ 3 meses	04
	INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL E CRIMINAL - IICC	07	84	-	-
	NÚCLEO INTEGRADO DE INTELIGÊNCIA - NII	07	84	-	-
TOTAL DE ROLIM DE MOURA		66	792	-	16
ALTA FLORESTA DO OESTE	DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL DE ALTA FLORESTA	17	204	01 p/ 3 meses	04
	INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL E CRIMINAL - IICC	07	84	-	-
TOTAL DE ALTA FLORESTA		24	288	-	04
NOVA BRASILÂNDIA DO OESTE	DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL DE NOVA BRASILÂNDIA DO OESTE	17	204	01 p/ 3 meses	04
	INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL E CRIMINAL - IICC	07	84	-	-
TOTAL DE NOVA BRASILÂNDIA		24	288	-	04
SANTA LUZIA DO OESTE	DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL DE SANTA LUZIA DO OESTE	22	264	01 p/ 3 meses	04
	INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL E CRIMINAL - IICC	07	84	-	-
TOTAL DE SANTA LUZIA DO OESTE		29	348	-	04

8.2.3. O levantamento do consumo foi realizado com base na média histórica de utilização por unidade administrativa da Polícia Civil do Estado de Rondônia, considerando:

- consumo mensal estimado de água por unidade;
- projeção anual (multiplicação por 12 meses);
- consumo de gás estimado conforme periodicidade de reposição, convertida em recargas anuais.

8.3. Justificativa da Necessidade

8.3.1. A contratação pretendida é essencial para assegurar a continuidade das atividades administrativas e operacionais da Polícia Civil do Estado de Rondônia, garantindo condições adequadas de funcionamento das unidades policiais.

8.3.2. A estrutura da Polícia Civil no Estado abrange 08 regionais no interior, localizadas nos municípios de Ariquemes, Cacoal, Guajará-Mirim, Jaru, Ji-Paraná, Rolim de Moura, São Miguel do Guaporé e Vilhena, além de mais de 30 unidades voltadas à prestação de serviços na área de segurança pública.

8.3.3. A demanda por água mineral acondicionada em garrafrões de 20 litros, classificada como própria para consumo humano, é indispensável para garantir o fornecimento de água potável a servidores, colaboradores, terceirizados e demais usuários das unidades policiais. O fornecimento adequado desse insumo contribui diretamente para a manutenção das condições de saúde, higiene e bem-estar no ambiente de trabalho.

8.3.4. A eventual interrupção do fornecimento de água acarretaria prejuízos significativos ao funcionamento das unidades, especialmente diante das condições climáticas predominantes na região.

8.3.5. No que se refere ao gás liquefeito de petróleo (GLP), sua aquisição é necessária para atender demandas básicas das unidades, como o preparo de café e outras atividades de apoio, contribuindo para a manutenção de um ambiente funcional e minimamente estruturado para servidores e usuários dos serviços públicos.

8.3.6. Ressalta-se, ainda, que a presente contratação decorre de repetição parcial de procedimento licitatório

anteriormente realizado, tendo em vista o fracasso de determinados lotes, especialmente nas unidades do interior do Estado, circunstância que reforça a necessidade de continuidade da contratação, com adequações que permitam maior efetividade na futura seleção de fornecedores.

8.3.7. Dessa forma, a contratação pretendida mostra-se indispensável para assegurar a continuidade dos serviços públicos prestados pela Polícia Civil, garantindo eficiência, regularidade e condições adequadas de funcionamento das unidades.

9. DA JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO DA CONTRATAÇÃO

9.1. Nos termos do art. 40, § 2º, da Lei nº 14.133/2021, o planejamento da contratação deve considerar a viabilidade do parcelamento do objeto, com vistas à ampliação da competitividade, ao aproveitamento das peculiaridades do mercado e à obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

9.2. No caso em análise, optou-se pelo **parcelamento do objeto em lotes**, sendo cada lote correspondente a um município específico do Estado de Rondônia.

9.3. A adoção desse modelo decorre de análise técnica e econômica que considerou, especialmente, as características logísticas do fornecimento de água mineral e gás liquefeito de petróleo (GLP), bem como a realidade do mercado fornecedor.

9.4. A distribuição geográfica das unidades da Polícia Civil, especialmente nas localidades do interior do Estado, impõe desafios logísticos distintos, os quais impactam diretamente na formação dos preços e na capacidade de atendimento por parte dos fornecedores.

9.5. Nesse contexto, o parcelamento por município permite:

- a) melhor adequação das propostas às condições locais de fornecimento;
- b) ampliação da competitividade, com a participação de fornecedores regionais;
- c) maior eficiência na execução contratual, considerando as particularidades logísticas de cada localidade.

9.6. Ressalta-se, ainda, que a presente contratação decorre de repetição parcial de certame anteriormente realizado, no qual se verificou o fracasso de determinados lotes, especialmente em municípios do interior, o que evidenciou a necessidade de adoção de estratégia mais aderente às especificidades regionais.

9.7. Dessa forma, a manutenção do parcelamento por lotes, alinhada à revisão da estratégia de precificação, mostra-se adequada para ampliar a competitividade e aumentar as chances de êxito do certame.

9.8. Conclui-se, portanto, que o parcelamento adotado atende aos princípios da competitividade, economicidade e eficiência, configurando a solução mais adequada para a Administração.

10. DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS REUNIDAS SOB A FORMA DE CONSÓRCIO

10.1. Não será admitida a participação de empresas reunidas sob a forma de consórcio na presente licitação.

10.2. A vedação justifica-se em razão de o objeto não apresentar complexidade técnica ou operacional que demande a atuação conjunta de múltiplas empresas, tampouco envolver vulto que justifique a formação de consórcio para viabilizar sua execução.

10.3. Trata-se de fornecimento de bens comuns, amplamente disponíveis no mercado, cuja execução é plenamente viável por empresas que atuam individualmente no ramo, não havendo necessidade de conjugação de capacidades técnicas ou econômico-financeiras.

10.4. Ademais, a vedação à participação em consórcio não compromete a competitividade do certame, considerando a ampla oferta de fornecedores aptos a atender ao objeto, inclusive em âmbito regional.

10.5. Dessa forma, a medida adotada mostra-se adequada e proporcional, nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133/2021.

11. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

11.1. A solução proposta consiste na contratação de empresa(s) especializada(s) para o fornecimento contínuo de água mineral, acondicionada em garrações de 20 (vinte) litros, e de gás liquefeito de petróleo (GLP), acondicionado em botijões de 13 kg, destinados ao atendimento das unidades da Polícia Civil do Estado de Rondônia.

11.2. O fornecimento será realizado de forma parcelada, conforme a necessidade da Administração, mediante solicitação formal, de modo a garantir o abastecimento regular das unidades e evitar descontinuidade das atividades administrativas e operacionais.

11.3. A solução adotada considera as características logísticas do Estado de Rondônia, especialmente no atendimento às unidades localizadas no interior, contemplando prazos de entrega compatíveis com as distâncias e

condições de acesso.

11.4. Os produtos fornecidos deverão atender aos requisitos de qualidade e segurança estabelecidos nas normas técnicas aplicáveis, garantindo condições adequadas para consumo e utilização, conforme detalhado neste Termo de Referência.

11.5. Adicionalmente, a solução contempla a utilização de recipientes reutilizáveis, no sistema de troca, promovendo maior eficiência operacional e contribuindo para a redução de impactos ambientais.

11.6. A escolha da solução baseia-se na ampla disponibilidade dos produtos no mercado, na viabilidade de fornecimento por empresas especializadas e na necessidade de atendimento contínuo das unidades policiais, garantindo regularidade, eficiência e adequação às demandas institucionais.

12. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

12.1. Da Forma de Fornecimento

12.1.1. A Contratada deverá fornecer os produtos de forma contínua e parcelada, conforme a necessidade da Administração, mediante requisição/Ordem de Fornecimento emitida pela unidade competente.

12.2. Da Entrega dos Produtos

12.2.1. As entregas deverão ocorrer de acordo com as quantidades especificadas na Ordem de Fornecimento, sendo vedada qualquer alteração sem prévia autorização da Administração.

12.2.2. A Contratada será integralmente responsável pelo transporte, acondicionamento e entrega dos produtos, incluindo todos os custos relacionados, tais como frete, movimentação e demais despesas necessárias.

12.2.3. As Ordens de Fornecimento serão encaminhadas preferencialmente por meio eletrônico (e-mail) ou outro meio oficial de comunicação adotado pela Administração, devendo a Contratada, após o recebimento, providenciar a entrega dos produtos nos quantitativos solicitados.

12.2.4. As entregas deverão ocorrer no horário das 07h30 às 13h30, de segunda a sexta-feira, exceto feriados.

12.2.5. Os locais de entrega encontram-se especificados na planilha abaixo.

ITEM	LOCALIDADE	UNIDADES	ENDEREÇO
01	NOVA MUTUM PARANÁ	DELEGACIA DA POLÍCIA CIVIL DE NOVA MUTUM PARANÁ	Telefone: (69) 3237-3012E-mail: 10dp.novamutum@pc.ro.gov.brEndereço: Rua Jenipapo com Pirarara, Fase 01, Lote 16 - Distrito de Nova Mutum Paraná - Rondônia.
02	EXTREMA	DELEGACIA DA POLÍCIA CIVIL DE EXTREMA	Telefone: (69) 3252-1442E-mail: 9dp.portovelho@pc.ro.gov.brEndereço: Rua Duque de Caxias, nº 162, bairro Roque - Distrito de Extrema - Rondônia.
03	GUAJARÁ-MIRIM	DELEGACIA REGIONAL DA POLÍCIA CIVIL DE GUAJARÁ-MIRIM1º DP DE GUAJARÁ-MIRIMIICC DE GUAJARÁ-MIRIMNÚCLEO DE INTELIGÊNCIA - NII	Telefone: (69) 3541-2424/3541-2224E-mail: 1dp.guajaramirim@pc.ro.gov.brEndereço: Av. Duque de Caxias, nº 1720, Bairro 10 de Abril, CEP 76.850-000 - Guajará Mirim - Rondônia.
		DELEGACIA ESPECIALIZADA NO ATENDIMENTO À MULHER (DEAM)INSTITUTO MÉDICO LEGAL - IML	Telefone: (69) 3541-2021/3541-2521E-mail: ddm.guajaramirim@pc.ro.gov.br e imlgjrm@pc.ro.gov.brEndereço: Av. Antônio Correa da Costa, nº 842, Bairro Industrial, CEP 76.962-220 - Guajará Mirim - Rondônia.
04	NOVA MAMORÉ	DELEGACIA DA POLÍCIA CIVIL DE NOVA MAMORÉ (UNISP)	Telefone: (69) 3544-3024 e 3541-2277E-mail: 1dp.novamamore@pc.ro.gov.brEndereço: Av. Raimundo Brasileiro, nº 3048, bairro Cidade Nova, CEP 76.857-000 - Nova Mamoré - Rondônia.
		IICC DE NOVA MAMORÉ	Telefone: (69) 3541.2277E-mail: 1dp.novamamore@pc.ro.gov.brEndereço: Av. Duque de Caxias, 1720, bairro 10 de abril, CEP 76850-000 - Nova Mamoré - Rondônia.

ITEM	LOCALIDADE	UNIDADES	ENDEREÇO
05	ARIQUEMES	DELEGACIA REGIONAL DA POLÍCIA CIVIL DE ARIQUEMESPLANTÃO DE POLÍCIA CIVIL DE ARIQUEMESDELEGACIA ESPECIALIZADA NO ATENDIMENTO À MULHER (DEAM)DELEGACIA ESPECIALIZADA EM REPRESSÃO A CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO (DERCP)DELEGACIA ESPECIALIZADA EM CRIMES CONTRA A VIDA (DERCCV)NÚCLEO INTEGRADO DE INTELIGÊNCIAIICC DE ARIQUEMES1ª E 2ª DELEGACIA DE POLÍCIA DE ARIQUEMES	Telefone: (69) 3535-5336/3535-2548 e 3535-3510E-mail: regional.ariquemes@pc.ro.gov.brEndereço: Av. Tancredo Neves, nº 2540, bairro Setor Industrial, CEP 76.872-854 - Ariquemes - Rondônia.
		INSTITUTO MÉDICO LEGAL (IML)	Telefone: (69) 3535-2629E-mail: imlari@pc.ro.gov.brEndereço: Av. Tancredo Neves, nº 6270, bairro Jardim Paraná, CEP 76871-453 - Ariquemes - Rondônia.
06	ALTO PARAÍSO	DELEGACIA DA POLÍCIA CIVIL DE ALTO PARAÍSO	Telefone: (69) 3534-2514E-mail: 1dp.alps@pc.ro.gov.brEndereço: Rua Paulo VI, nº 3673, Centro, CEP 76862-000 - Alto Paraíso - Rondônia.
07	BURITIS	DELEGACIA DA POLÍCIA CIVIL DE BURITIS	Telefone: (69) 3238-2950E-mail: 1dp.cujubim@pc.ro.gov.brEndereço: Av. Porto Velho, nº 800, bairro Setor 01, CEP 76.880-000 - Buritis - Rondônia.
08	CUJUBIM	DELEGACIA DA POLÍCIA CIVIL DE CUJUBIM	Telefone: (69) 3582-2699; 3582-2053E-mail: 1dp.cujubim@pc.ro.gov.brEndereço: Av. Maracanã, nº 1230, bairro Setor 01, CEP 76.864-000 - Cujubim - Rondônia.
09	MONTE NEGRO	DELEGACIA DA POLÍCIA CIVIL DE MONTE NEGRO	Telefone: (69) 3530-2013E-mail: 1dp.montenegro@pc.ro.gov.brEndereço: Rua Brasília Pereira Gomes, nº 2306, bairro Setor 01 - Praça do Cibrazem - CEP 76.888-000 - Monte Negro - Rondônia.
10	JARU	DELEGACIA REGIONAL DA POLÍCIA CIVIL DE JARUDELEGACIA ESPECIALIZADA NO ATENDIMENTO À MULHER (DEAM)NÚCLEO INTEGRADO DE INTELIGÊNCIA (NII)	Telefone: (69) 3521-1828E-mail: regional.jarul@gmail.comEndereço: Rua Raimundo Cantanhede, nº 836, bairro Setor 01, CEP 76.890-000 - Jaru - Rondônia.
		1ª DELEGACIA DE POLÍCIA - JARU	Telefone: (69) 3521-1828E-mail: 1dp.jaru@pc.ro.gov.brEndereço: Rua Florianópolis, nº 2525, bairro Setor 03, CEP 76890-000 - Jaru - Rondônia.
11	MACHADINHO DO OESTE	DELEGACIA REGIONAL DA POLÍCIA CIVIL DE MACHADINHO DO OESTE (UNISP)IICC DE MACHADINHO DO OESTE	Telefone: (69) 3581-2390E-mail: cartorio.dp1.mdo@gmail.comEndereço: Av. João Batista Figueiredo, nº 3761, Bairro União, CEP: 76868-000 - Machadinho do Oeste - Rondônia.
12	JI-PARANÁ	DELEGACIA REGIONAL DA POLÍCIA CIVIL DE JI-PARANÁ (UNISP)	Telefone: (69) 3422-3560E-mail: regional.jiparana@pc.ro.gov.brEndereço: Rua Café Filho, nº 1066, bairro São Pedro, CEP 76.913-598 - Ji-Paraná - Rondônia.
		INSTITUTO MÉDICO LEGAL (IML)IICC DE JI-PARANÁ1º DELEGACIA DE POLÍCIA DE JI-PARANÁDELEGACIA ESPECIALIZADA EM CRIMES CONTRA A VIDA (DECCV)DELEGACIA ESPECIALIZADA NO ATENDIMENTO À MULHER (DEAM)	Telefone: (69) 3422-8000/3422-1165/3422-3560/3422-4218E-mail: iml.jipa@pc.ro.gov.br/ 1dp.jiparana@pc.ro.gov.br/deam.jiparana@pc.ro.gov.brEndereço: Rua 22 de novembro, nº 41, bairro Urupá, CEP 76.900-111 - Ji-Paraná - Rondônia.

ITEM	LOCALIDADE	UNIDADES	ENDEREÇO
13	OURO PRETO	DELEGACIA DA POLÍCIA CIVIL DE OURO PRETOIICC DE OURO PRETO	Telefone: (69) 3461-2355E-mail: cartoriopopo@gmail.comEndereço: Av. Capitão Silvio Gonçalves de Farias, nº 564, bairro Incra, CEP 76920-000 - Ouro Preto - Rondônia.
14	PRESIDENTE MÉDICI	DELEGACIA DA POLÍCIA CIVIL DE PRESIDENTE MÉDICIICC DE PRESIDENTE MÉDICI	Telefone: (69) 3471-2396E-mail: cartoriopmedici@gmail.comEndereço: Rua Valdemar Fernandes, nº 3064, Bairro Centro, CEP 76916-000 - Presidente Médici - Rondônia.
15	MIRANTE DA SERRA	DELEGACIA DA POLÍCIA CIVIL DE MIRANTE DA SERRA	Telefone: (69) 3463-2464E-mail: cartoriopcmirante@gmail.comEndereço: Rua dos Seringueiros, nº 2359, bairro Centro, CEP 76.926-970 - Mirante da Serra - Rondônia
16	SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ	DELEGACIA REGIONAL DA POLÍCIA CIVIL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ	Telefone: (69) 3642-2246E-mail: dpc.saomiguel@gmail.comEndereço: Av. Presidente Vargas, nº 595, bairro Centro, CEP 76.932-000 - São Miguel do Guaporé - Rondônia.
		1ª DP DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉINSTITUTO MÉDICO LEGAL (IML) - SÃO MIGUEL DO GUAPORÉIICC DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ	Telefone: (69) 3642-2246/3642-2263E-mail: ldp.saomiguel@pc.ro.gov.br/ic.saomiguel@pc.ro.gov.brEndereço: Av. Presidente Vargas, nº 560, bairro Centro, CEP 76.932-000 - São Miguel do Guaporé - Rondônia.
17	ALVORADA DO OESTE	DELEGACIA DA POLÍCIA CIVIL DE ALVORADA DO OESTEIICC DE ALVORADA DO OESTE	Telefone: (69) 3412-2740E-mail: delegaciapcado@gmail.comEndereço: Av. Duque de Caxias, nº 5335, bairro São Francisco, CEP 76.930-000 - Alvorada do Oeste - Rondônia.
18	COSTA MARQUES	DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL DE COSTA MARQUESIICC DE COSTA MARQUES	Telefone: (69) 3651-2300E-mail: ldpcostamarques@gmail.comEndereço: Av. Príncipe da Beira, nº 1820, bairro Setor 2, CEP 78.971-000 - Costa Marques - Rondônia.
19	SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ	DELEGACIA DA POLÍCIA CIVIL DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉIICC DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ	Telefone: (69) 3621-2770E-mail: ldpsfg@gmail.comEndereço: Av. Brasil, nº 3742, bairro Cidade Baixa, CEP 76935-000 - São Francisco do Guaporé - Rondônia.
20	SERINGUEIRAS	DELEGACIA DA POLÍCIA CIVIL DE SERINGUEIRAS	Telefone: (69) 3623-2229E-mail: seringueiras@pc.ro.gov.brEndereço: Av. Integração Nacional, nº 851, bairro Cristo Rei, CEP 76.934-000 - Seringueiras - Rondônia.
21	URUPÁ	DELEGACIA DA POLÍCIA CIVIL DE URUPÁIICC DE URUPÁ	Telefone: (69) 3413-2732/3413-2734E-mail: delegacia.urupa@pc.ro.gov.brEndereço: Rua Itauba, nº 3225, bairro Sumaúma, CEP 76929-000 - Urupá - Rondônia.
22	CACOAL	DELEGACIA REGIONAL DA POLÍCIA CIVIL DE CACOALINSTITUTO MÉDICO LEGAL (IML) - CACOALIICC DE CACOAL1ª DP - CACOALNÚCLEO INTEGRADO DE INTELIGÊNCIA (NII)DELEGACIA ESPECIALIZADA NO ATENDIMENTO À MULHER (DEAM)	Telefone: (69) 3443-2622/3441-2811/3441-2812E-mail: regional.cacoal@pc.ro.gov.br/posto9cacoalro@hotmail.comEndereço: Av. Inderval José Brasil, nº 510, bairro Nova Cacoal - CEP 76.962-220 - Cacoal - Rondônia.
		2ª DELEGACIA DE REPRESSÃO AS AÇÕES DE CRIMINOSAS ORGANIZADAS (DRACO)	Telefone: (69) 3443-3772/3441-6749E-mail: draco.interior@gmail.comEndereço: Rua Padre Adolfo, nº 2464, bairro Jardim Clodoaldo - CEP 76.963-620 - Cacoal - Rondônia.
23	PIMENTA BUENO	DELEGACIA DA POLÍCIA CIVIL DE PIMENTA BUENOIICC DE PIMENTA BUENO	Telefone: (69) 3451-3918E-mail: dpcpbcartorio@hotmail.comEndereço: Rua Costa Marques, nº 238, bairro Praça dos Pioneiros, CEP 76.970-000 - Pimenta Bueno - Rondônia.
24	MINISTRO ANDREAZZA	DELEGACIA DA POLÍCIA CIVIL DE MINISTRO ANDREAZZA	Telefone: (69) 3448-2553E-mail: ldp.ministroandreazza@pc.ro.gov.brEndereço: Rua Tiradentes, nº 5290, bairro Centro, CEP 76.962-220 - Ministro Andreazza - Rondônia.

ITEM	LOCALIDADE	UNIDADES	ENDEREÇO
25	ESPIGÃO DO OESTE	DELEGACIA DA POLÍCIA CIVIL DE ESPIGÃO DO OESTE	Telefone: (69) 3481-2458/2612E-mail: unispepigao@pc.ro.gov.brEndereço: Rua Rosa Pedro Agostinho, nº 1931, bairro Jorge Teixeira de Oliveira, CEP 76974-970 - Espigão do Oeste - Rondônia.
26	VILHENA	DELEGACIA REGIONAL DA POLÍCIA CIVIL DE VILHENA INSTITUTO MÉDICO LEGAL (IML) - VILHENA IICC DE VILHENA 1ª DP DE VILHENA DELEGACIA ESPECIALIZADA EM REPRESSÃO AOS CRIMES CONTRA A VIDA (DERCCV) NÚCLEO INTEGRADO DE INTELIGÊNCIA (NII)	Telefone: (69) 3322-5484/3322-9377/3322-3001E-mail: regional.vilhena@pc.ro.gov.br/ iml.vha@hotmail.com/ nivelhena@sesdec.ro.gov.brEndereço: Br. 174, nº 249, bairro Jardim América - CEP 76.980-702 - Vilhena - Rondônia.
		DELEGACIA ESPECIALIZADA NO ATENDIMENTO A MULHER (DEAM) DELEGACIA ESPECIALIZADA DE APURAÇÃO DE ATOS INFRACIONAIS (DEAAI)	Telefone: (69) 3322-5851E-mail: ddm.vilhena@pc.ro.gov.brEndereço: Av. Paraná, nº 2141, bairro Nova Esperança - CEP 76.985-435 - Vilhena - Rondônia.
27	COLORADO DO OESTE	DELEGACIA DA POLÍCIA CIVIL DE COLORADO DO OESTE IICC DE COLORADO DO OESTE	Telefone: (69) 3341-2495E-mail: 1dp.colorado@pc.ro.gov.brEndereço: Av. Marechal Rondon, 4663, Centro, CEP 76993-000 - Colorado do Oeste - Rondônia.
28	CEREJEIRAS	DELEGACIA DA POLÍCIA CIVIL DE CEREJEIRAS IICC DE CEREJEIRAS	Telefone: (69) 3342-2436E-mail: 1dp.cerejeiras@pc.ro.gov.br e dpcerjeiras@gmail.comEndereço: Rua Goiás, nº 1240, bairro Centro, CEP 76.997-970 - Cerejeiras - Rondônia.
29	ROLIM DE MOURA	DELEGACIA REGIONAL DA POLÍCIA CIVIL DE ROLIM DE MOURA 1ª DP DE ROLIM DE MOURA DELEGACIA ESPECIALIZADA NO ATENDIMENTO A MULHER (DEAM) INSTITUTO MÉDICO LEGAL (IML) IICC DE ROLIM DE MOURA NÚCLEO INTEGRADO DE INTELIGÊNCIA (NII)	Telefone: (69) 3442-4045E-mail: regional.rolimdemoura@pc.ro.gov.br/ 1dp.rolimdemoura@pc.ro.gov.br/ iicc.rolimdemoura@pc.ro.gov.brEndereço: Rua Jamari, nº 5416, bairro São Cristóvão, CEP 76.940-000 - Rolim de Moura - Rondônia.
30	ALTA FLORESTA DO OESTE	DELEGACIA DA POLÍCIA CIVIL DE ALTA FLORESTA D'OESTE IICC DE ALTA FLORESTA D'OESTE	Telefone: (69) 3641-2245E-mail: 1dp.altafloresta@pc.ro.gov.brEndereço: Av. Paraná, nº 4157, bairro Centro, CEP 76.954-000 - Alta Floresta do Oeste - Rondônia.
31	NOVA BRASILÂNDIA DO OESTE	DELEGACIA DA POLÍCIA CIVIL DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE IICC DE NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE	Telefone: (69) 3418-2266E-mail: 1dp.novabrasilandia@pc.ro.gov.brEndereço: Rua Canaã, nº 1665, bairro Centro – Setor 14, CEP 76.958-970 - Nova Brasilândia do Oeste - Rondônia.
32	SANTA LUZIA DO OESTE	DELEGACIA DA POLÍCIA CIVIL DE SANTA LUZIA D'OESTE IICC DE SANTA LUZIA D'OESTE	Telefone: (69) 3434-2202E-mail: 1dp.santaluzia@pc.ro.gov.brEndereço: Rua Tancredo Neves, nº 1052, bairro Centro, CEP 76.950-000 - Santa Luzia do Oeste - Rondônia.

12.3. Da Alteração de Endereço

12.3.1. Durante a vigência contratual, poderá haver alteração nos locais de entrega, em decorrência de mudanças administrativas, reorganização interna ou realocização das unidades da Polícia Civil.

12.3.2. Ressalta-se que tais alterações restringir-se-ão a mudanças de endereço (rua, número e/ou bairro), **dentro do mesmo município originalmente previsto**, não implicando alteração da localidade de entrega.

12.3.3. Nesses casos, não haverá reajuste ou reequilíbrio dos preços contratados, desde que não haja alteração relevante das condições logísticas inicialmente pactuadas.

12.4. Do Prazo de Entrega

12.4.1. O prazo para entrega dos itens será de até **5 (cinco) dias úteis**, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento, aplicável a todas as unidades, inclusive aquelas localizadas no interior do Estado, consideradas as condições logísticas e distâncias geográficas.

12.5. Da Documentação e Conferência

12.5.1. As requisições/autorizações deverão ser assinadas no momento da entrega pelo representante da Contratada e pelo servidor responsável pelo recebimento, com identificação legível.

12.5.2. Documentos apresentados em desacordo com as exigências serão devolvidos para correção, sendo a Contratada responsável por eventuais atrasos decorrentes dessas inconsistências.

12.6. **Da Comunicação de Ocorrências**

12.6.1. A Contratada deverá comunicar à Administração, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência que possa comprometer a entrega dos produtos, devidamente justificada.

12.6.2. Tal comunicação não exime a Contratada das obrigações assumidas, salvo nos casos de força maior ou caso fortuito, devidamente comprovados.

12.7. **Das Condições de Recebimento**

12.7.1. Após cada entrega dos produtos e apresentação da respectiva nota fiscal pela contratada, deverão ser emitidos os Termos de Recebimento Provisório e Definitivo, por servidor designado ou por Comissão de Recebimento formalmente nomeada pela Polícia Civil do Estado de Rondônia.

12.7.2. Os materiais serão recebidos conforme previsto no art. 140 da Lei nº 14.133/2021:

a) **provisoriamente**, no prazo de até **05 (cinco) dias úteis**, de forma sumária, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, com verificação posterior da conformidade dos produtos com as exigências contratuais;

b) **definitivamente**, no prazo de até **10 (dez) dias úteis**, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

12.7.3. Considerando a natureza do objeto, consistente no fornecimento contínuo de água mineral e gás liquefeito de petróleo (GLP), o recebimento será realizado de forma parcelada, conforme as entregas efetuadas pela contratada.

12.7.4. Os produtos fornecidos deverão estar em perfeitas condições de consumo e uso, devidamente lacrados, dentro do prazo de validade e em conformidade com as especificações técnicas estabelecidas.

12.7.5. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência, na proposta ou nas normas técnicas aplicáveis.

12.7.6. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da contratada quanto à qualidade, segurança e conformidade dos produtos fornecidos.

12.7.7. Caso, após o recebimento provisório, seja constatado que os produtos foram entregues com defeitos, vícios, avarias ou em desconformidade com o especificado, a contratada será formalmente notificada para substituição imediata, sem ônus para a Administração, no prazo máximo a ser definido pela fiscalização contratual, ficando suspensos os prazos de recebimento definitivo e pagamento até a regularização.

12.7.8. O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade da contratada quanto à qualidade e adequação dos produtos fornecidos, devendo sanar, sem ônus para a Administração, quaisquer irregularidades verificadas durante o prazo de validade e/ou garantia aplicável aos produtos.

13. **MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

13.1. A Polícia Civil designará representantes para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, nos termos do Decreto Estadual nº 28.874/2024, devendo as atividades de gestão e fiscalização serem realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, assegurada a distinção das atividades, conforme a complexidade da contratação.

13.2. Os representantes designados deverão registrar, em documentos próprios, todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização de eventuais falhas ou defeitos observados.

13.3. As decisões e providências que ultrapassarem a competência dos responsáveis pela fiscalização deverão ser encaminhadas à autoridade competente em tempo hábil para adoção das medidas necessárias.

13.4. O exercício da fiscalização pela CONTRATANTE não excluirá nem reduzirá a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros.

13.5. Havendo necessidade, poderão ser designados servidores ou comissão específica para o recebimento e/ou fiscalização do objeto.

13.6. **Da Fiscalização do Contrato**

13.6.1. A fiscalização do contrato será exercida por servidores formalmente designados, podendo compreender, conforme a complexidade da contratação, a atuação de fiscal técnico, fiscal administrativo e fiscal setorial.

I - **Fiscal Técnico**

13.6.2. Compete ao fiscal técnico do contrato:

a) acompanhar a execução do objeto quanto aos aspectos técnicos, verificando o cumprimento das especificações estabelecidas no Termo de Referência e no contrato;

- b) registrar todas as ocorrências relacionadas à execução contratual, adotando as providências necessárias à regularização de falhas;
- c) emitir notificações à contratada para correção de irregularidades, fixando prazo para sua regularização;
- d) comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, situações que demandem decisão ou providências que ultrapassem sua competência;
- e) fiscalizar a execução do contrato, assegurando o cumprimento das condições pactuadas e a obtenção dos resultados esperados;
- f) realizar o recebimento provisório do objeto, mediante ateste de recebimento dos bens;
- g) auxiliar o gestor do contrato na avaliação do desempenho da contratada e na elaboração de relatórios técnicos.

I - Fiscal Administrativo

13.6.3. Compete ao fiscal administrativo do contrato:

- a) acompanhar os aspectos administrativos da execução contratual, incluindo prazos, empenho, pagamento, garantias, glosas e eventuais alterações contratuais;
- b) verificar a manutenção das condições de habilitação e qualificação da contratada durante toda a execução do contrato;
- c) examinar a regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária, quando aplicável;
- d) atuar tempestivamente na solução de irregularidades, reportando ao gestor do contrato quando necessário;
- e) conferir a documentação necessária à liquidação da despesa e encaminhá-la ao gestor do contrato;
- f) auxiliar na elaboração de relatórios de acompanhamento da execução contratual;
- g) apoiar o gestor do contrato nas atividades de controle administrativo e financeiro do contrato.

I - Fiscal Setorial (quando aplicável)

13.6.4. O fiscal setorial será designado quando houver execução descentralizada do contrato, competindo-lhe:

- a) acompanhar a execução do objeto no âmbito de sua unidade ou local de atuação;
- b) registrar as ocorrências verificadas e comunicar aos fiscais técnico e administrativo e ao gestor do contrato;
- c) auxiliar na verificação da conformidade da execução do objeto contratual;
- d) apoiar a Administração na fiscalização local da execução do objeto.

13.7. Do Gestor do Contrato

13.7.1. O gestor do contrato será responsável por administrar a execução contratual até o término de sua vigência, competindo-lhe:

- a) coordenar as atividades de fiscalização técnica, administrativa e, quando houver, setorial;
- b) acompanhar o cumprimento das obrigações contratuais, adotando as providências necessárias à regular execução do contrato;
- c) controlar prazos de vigência e execução contratual;
- d) comunicar à autoridade competente eventuais irregularidades e propor aplicação de sanções, quando cabível;
- e) instruir processos de alteração, prorrogação e revisão contratual;
- f) manter registro atualizado das informações relevantes do contrato;
- g) encaminhar documentos para liquidação e pagamento;
- h) elaborar relatório final da execução contratual, avaliando o desempenho da contratada e os resultados obtidos.

14. GARANTIA E VALIDADE DOS PRODUTOS

14.1. Garantia

14.1.1. Os materiais fornecidos deverão atender às disposições da Lei nº 8.078/1990, bem como às demais legislações pertinentes.

14.1.2. O prazo de garantia terá início a partir do recebimento definitivo do objeto.

14.1.3. A garantia consistirá na substituição dos produtos que apresentarem mau funcionamento, defeitos, avarias decorrentes de transporte, armazenamento inadequado ou divergência em relação às especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência.

14.1.4. Comprovada a impossibilidade ou impropriedade de utilização do material, a Contratada deverá promover sua substituição no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, sem qualquer ônus para a Contratante.

14.2. Validade dos Materiais

a) **Água mineral:** Classificada, segundo o Código de Águas Minerais, como potável de mesa, sem gás, com lacre de segurança e rótulo contendo as informações necessárias para o controle da qualidade, devendo possuir validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de engarrafamento e/ou fabricação, em conformidade com a Lei nº 8.078/1990 e com a Resolução RDC nº 173/2006 e suas alterações. O vasilhame deverá possuir validade mínima de 3 (três) anos a partir da data de fabricação, conforme regulamentação do INMETRO.

b) **Gás GLP (botija de 13 kg):** A vida útil do recipiente é estimada em até 15 (quinze) anos a partir da data de fabricação, a qual deverá constar no produto, podendo variar conforme condições de uso, armazenamento e conservação.

15. DA ESTIMATIVA DE PREÇOS

15.1. O valor total estimado para a presente contratação é de **R\$ 271.426,28 (duzentos e setenta e um mil quatrocentos e vinte e seis reais e vinte e oito centavos)**, considerando a média dos preços obtidos por meio de pesquisa de preços realizada pela SUPEL/RO, conforme Quadro Comparativo (71353771), conforme detalhamento na tabela abaixo:

LOTE 01 - NOVA MUTUM								
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	CATMAT	QUANTITATIVO TOTAL MÍNIMO	QUANTITATIVO TOTAL MÁXIMO	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO DO LOTE
1	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) (GÁS DE COZINHA), acondicionado em botija de 13 kg	BOTIJA	461652	3	4	R\$ 152,07	R\$ 608,28	R\$ 2.815,80
2	ÁGUA MINERAL NATURAL, acondicionada em embalagem retornável (garraão) de 20 litros	GARRAFÃO	445485	108	144	R\$ 15,33	R\$ 2.207,52	
LOTE 02 - EXTREMA								
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	CATMAT	QUANTITATIVO TOTAL MÍNIMO	QUANTITADE TOTAL MÁXIMO	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO DO LOTE
3	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) (GÁS DE COZINHA), acondicionado em botija de 13 kg	BOTIJA	461652	3	4	R\$ 152,07	R\$ 608,28	R\$ 3.183,72

4	ÁGUA MINERAL NATURAL, acondicionada em embalagem retornável (garrafão) de 20 litros	GARRAFÃO	445485	126	168	R\$ 15,33	R\$ 2.575,44	
LOTE 03 - GUAJARÁ-MIRIM								
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	CATMAT	QUANTITATIVO TOTAL MÍNIMO	QUANTITATIVO TOTAL MÁXIMO	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO DO LOTE
5	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) (GÁS DE COZINHA), acondicionado em botija de 13 kg	BOTIJA	461652	17	22	R\$ 152,07	R\$ 3.345,54	R\$ 20.453,82
6	ÁGUA MINERAL NATURAL, acondicionada em embalagem retornável (garrafão) de 20 litros	GARRAFÃO	445485	837	1116	R\$ 15,33	R\$ 17.108,28	
LOTE 04 - NOVA MAMORÉ								
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	CATMAT	QUANTITATIVO TOTAL MÍNIMO	QUANTITATIVO TOTAL MÁXIMO	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO DO LOTE
7	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) (GÁS DE COZINHA), acondicionado em botija de 13 kg	BOTIJA	461652	5	6	R\$ 152,07	R\$ 912,42	R\$ 6.247,26
8	ÁGUA MINERAL NATURAL, acondicionada em embalagem retornável (garrafão) de 20 litros	GARRAFÃO	445485	261	348	R\$ 15,33	R\$ 5.334,84	
LOTE 05 - ARIQUEMES								
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	CATMAT	QUANTITATIVO TOTAL MÍNIMO	QUANTITATIVO TOTAL MÁXIMO	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO DO LOTE

9	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) (GÁS DE COZINHA), acondicionado em botija de 13 kg	BOTIJA	461652	8	10	R\$ 152,07	R\$ 1.520,70	R\$ 35.001,42
10	ÁGUA MINERAL NATURAL, acondicionada em embalagem retornável (garraão) de 20 litros	GARRAÃO	445485	1611	2184	R\$ 15,33	R\$ 33.480,72	
LOTE 06 - BURITIS								
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	CATMAT	QUANTITATIVO TOTAL MÍNIMO	QUANTITATIVO TOTAL MÁXIMO	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO DO LOTE
11	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) (GÁS DE COZINHA), acondicionado em botija de 13 kg	BOTIJA	461652	3	4	R\$ 152,07	R\$ 608,28	R\$ 4.655,40
12	ÁGUA MINERAL NATURAL, acondicionada em embalagem retornável (garraão) de 20 litros	GARRAÃO	445485	198	264	R\$ 15,33	R\$ 4.047,12	
LOTE 07 - CUJUBIM								
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	CATMAT	QUANTITATIVO TOTAL MÍNIMO	QUANTITATIVO TOTAL MÁXIMO	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO DO LOTE
13	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) (GÁS DE COZINHA), acondicionado em botija de 13 kg	BOTIJA	461652	3	4	R\$ 152,07	R\$ 608,28	R\$ 4.655,40
14	ÁGUA MINERAL NATURAL, acondicionada em embalagem retornável (garraão) de 20 litros	GARRAÃO	445485	198	264	R\$ 15,33	R\$ 4.047,12	
LOTE 08 - MONTE NEGRO								

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	CATMAT	QUANTITATIVO TOTAL MÍNIMO	QUANTITATIVO TOTAL MÁXIMO	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO DO LOTE
15	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) (GÁS DE COZINHA), acondicionado em botija de 13 kg	BOTIJA	461652	3	4	R\$ 152,07	R\$ 608,28	R\$ 2.631,84
16	ÁGUA MINERAL NATURAL, acondicionada em embalagem retornável (garrafão) de 20 litros	GARRAFÃO	445485	99	132	R\$ 15,33	R\$ 2.023,56	
LOTE 09 - ALTO PARAÍSO								
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	CATMAT	QUANTITATIVO TOTAL MÍNIMO	QUANTITATIVO TOTAL MÁXIMO	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO DO LOTE
17	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) (GÁS DE COZINHA), acondicionado em botija de 13 kg	BOTIJA	461652	3	4	R\$ 152,07	R\$ 608,28	R\$ 2.631,84
18	ÁGUA MINERAL NATURAL, acondicionada em embalagem retornável (garrafão) de 20 litros	GARRAFÃO	445485	99	132	R\$ 15,33	R\$ 2.023,56	
LOTE 10 - JARU								
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	CATMAT	QUANTITATIVO TOTAL MÍNIMO	QUANTITATIVO TOTAL MÁXIMO	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO DO LOTE
19	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) (GÁS DE COZINHA), acondicionado em botija de 13 kg	BOTIJA	461652	11	14	R\$ 152,07	R\$ 2.128,98	R\$ 11.510,94

20	ÁGUA MINERAL NATURAL, acondicionada em embalagem retornável (garrafão) de 20 litros	GARRAFÃO	445485	459	612	R\$ 15,33	R\$ 9.381,96	
LOTE 11 - MACHADINHO DO OESTE								
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	CATMAT	QUANTITATIVO TOTAL MÍNIMO	QUANTITATIVO TOTAL MÁXIMO	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO DO LOTE
21	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) (GÁS DE COZINHA), acondicionado em botija de 13 kg	BOTIJA	461652	3	4	R\$ 152,07	R\$ 608,28	R\$ 5.023,32
22	ÁGUA MINERAL NATURAL, acondicionada em embalagem retornável (garrafão) de 20 litros	GARRAFÃO	445485	216	288	R\$ 15,33	R\$ 4.415,04	
LOTE 12 - JI-PARANÁ								
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	CATMAT	QUANTITATIVO TOTAL MÍNIMO	QUANTITATIVO TOTAL MÁXIMO	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO DO LOTE
23	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) (GÁS DE COZINHA), acondicionado em botija de 13 kg	BOTIJA	461652	17	22	R\$ 152,07	R\$ 3.345,54	R\$ 22.477,38
24	ÁGUA MINERAL NATURAL, acondicionada em embalagem retornável (garrafão) de 20 litros	GARRAFÃO	445485	936	1248	R\$ 15,33	R\$ 19.131,84	
LOTE 13 - OURO PRETO DO OESTE								
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	CATMAT	QUANTITATIVO TOTAL MÍNIMO	QUANTITATIVO TOTAL MÁXIMO	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO DO LOTE

25	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) (GÁS DE COZINHA), acondicionado em botija de 13 kg	BOTIJA	461652	3	4	R\$ 152,07	R\$ 608,28	R\$ 3.919,56
26	ÁGUA MINERAL NATURAL, acondicionada em embalagem retornável (garraão) de 20 litros	GARRAFÃO	445485	162	216	R\$ 15,33	R\$ 3.311,28	

LOTE 14 - MIRANTE DA SERRA

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	CATMAT	QUANTITATIVO TOTAL MÍNIMO	QUANTITATIVO TOTAL MÁXIMO	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO DO LOTE
27	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) (GÁS DE COZINHA), acondicionado em botija de 13 kg	BOTIJA	461652	3	4	R\$ 152,07	R\$ 608,28	R\$ 2.631,84
28	ÁGUA MINERAL NATURAL, acondicionada em embalagem retornável (garraão) de 20 litros	GARRAFÃO	445485	99	132	R\$ 15,33	R\$ 2.023,56	

LOTE 15 - PRESIDENTE MÉDICI

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	CATMAT	QUANTITATIVO TOTAL MÍNIMO	QUANTITATIVO TOTAL MÁXIMO	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO DO LOTE
29	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) (GÁS DE COZINHA), acondicionado em botija de 13 kg	BOTIJA	461652	3	4	R\$ 152,07	R\$ 608,28	R\$ 7.966,68
30	ÁGUA MINERAL NATURAL, acondicionada em embalagem retornável (garraão) de 20 litros	GARRAFÃO	445485	360	480	R\$ 15,33	R\$ 7.358,40	

LOTE 16 - SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	CATMAT	QUANTITATIVO TOTAL MÍNIMO	QUANTITATIVO TOTAL MÁXIMO	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO DO LOTE
31	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) (GÁS DE COZINHA), acondicionado em botija de 13 kg	BOTIJA	461652	11	14	R\$ 150,04	R\$ 2.100,56	R\$ 11.587,28
32	ÁGUA MINERAL NATURAL, acondicionada em embalagem retornável (garrafão) de 20 litros	GARRAFÃO	445485	486	648	R\$ 14,64	R\$ 9.486,72	
LOTE 17 - URUPÁ								
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	CATMAT	QUANTITATIVO TOTAL MÍNIMO	QUANTITATIVO TOTAL MÁXIMO	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO DO LOTE
33	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) (GÁS DE COZINHA), acondicionado em botija de 13 kg	BOTIJA	461652	2	3	R\$ 152,07	R\$ 456,21	R\$ 3.031,65
34	ÁGUA MINERAL NATURAL, acondicionada em embalagem retornável (garrafão) de 20 litros	GARRAFÃO	445485	126	168	R\$ 15,33	R\$ 2.575,44	
LOTE 18 - SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ								
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	CATMAT	QUANTITATIVO TOTAL MÍNIMO	QUANTITATIVO TOTAL MÁXIMO	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO DO LOTE
35	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) (GÁS DE COZINHA), acondicionado em botija de 13 kg	BOTIJA	461652	2	3	R\$ 152,07	R\$ 456,21	R\$ 4.871,25

36	ÁGUA MINERAL NATURAL, acondicionada em embalagem retornável (garrafão) de 20 litros	GARRAFÃO	445485	216	288	R\$ 15,33	R\$ 4.415,04	
LOTE 19 - COSTA MARQUES								
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	CATMAT	QUANTITATIVO TOTAL MÍNIMO	QUANTITATIVO TOTAL MÁXIMO	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO DO LOTE
37	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) (GÁS DE COZINHA), acondicionado em botija de 13 kg	BOTIJA	461652	3	4	R\$ 152,07	R\$ 608,28	R\$ 5.943,12
38	ÁGUA MINERAL NATURAL, acondicionada em embalagem retornável (garrafão) de 20 litros	GARRAFÃO	445485	261	348	R\$ 15,33	R\$ 5.334,84	
LOTE 20 - ALVORADA DO OESTE								
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	CATMAT	QUANTITATIVO TOTAL MÍNIMO	QUANTITATIVO TOTAL MÁXIMO	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO DO LOTE
39	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) (GÁS DE COZINHA), acondicionado em botija de 13 kg	BOTIJA	461652	5	6	R\$ 152,07	R\$ 912,42	R\$ 5.327,46
40	ÁGUA MINERAL NATURAL, acondicionada em embalagem retornável (garrafão) de 20 litros	GARRAFÃO	445485	216	288	R\$ 15,33	R\$ 4.415,04	
LOTE 21 - SERINGUEIRAS								
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	CATMAT	QUANTITATIVO TOTAL MÍNIMO	QUANTITATIVO TOTAL MÁXIMO	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO DO LOTE

41	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) (GÁS DE COZINHA), acondicionado em botija de 13 kg	BOTIJA	461652	3	4	R\$ 152,07	R\$ 608,28	R\$ 2.631,84
42	ÁGUA MINERAL NATURAL, acondicionada em embalagem retornável (garraão) de 20 litros	GARRAFÃO	445485	99	132	R\$ 15,33	R\$ 2.023,56	
LOTE 22 - CACOAL								
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	CATMAT	QUANTITATIVO TOTAL MÍNIMO	QUANTITATIVO TOTAL MÁXIMO	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO DO LOTE
43	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) (GÁS DE COZINHA), acondicionado em botija de 13 kg	BOTIJA	461652	17	22	R\$ 152,07	R\$ 3.345,54	R\$ 23.213,22
44	ÁGUA MINERAL NATURAL, acondicionada em embalagem retornável (garraão) de 20 litros	GARRAFÃO	445485	972	1296	R\$ 15,33	R\$ 19.867,68	
LOTE 23 - PIMENTA BUENO								
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	CATMAT	QUANTITATIVO TOTAL MÍNIMO	QUANTITATIVO TOTAL MÁXIMO	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO DO LOTE
45	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) (GÁS DE COZINHA), acondicionado em botija de 13 kg	BOTIJA	461652	5	6	R\$ 152,07	R\$ 912,42	R\$ 7.351,02
46	ÁGUA MINERAL NATURAL, acondicionada em embalagem retornável (garraão) de 20 litros	GARRAFÃO	445485	315	420	R\$ 15,33	R\$ 6.438,60	
LOTE 24 - ESPIGÃO DO OESTE								

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	CATMAT	QUANTITATIVO TOTAL MÍNIMO	QUANTITATIVO TOTAL MÁXIMO	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO DO LOTE
47	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) (GÁS DE COZINHA), acondicionado em botija de 13 kg	BOTIJA	461652	3	4	R\$ 152,07	R\$ 608,28	R\$ 5.943,12
48	ÁGUA MINERAL NATURAL, acondicionada em embalagem retornável (garrafão) de 20 litros	GARRAFÃO	445485	261	348	R\$ 15,33	R\$ 5.334,84	

LOTE 25 - MINISTRO ANDREAZZA

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	CATMAT	QUANTITATIVO ANUAL TOTAL	QUANTITATIVO TOTAL MÁXIMO	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO DO LOTE
49	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) (GÁS DE COZINHA), acondicionado em botija de 13 kg	BOTIJA	461652	5	6	R\$ 152,07	R\$ 912,42	R\$ 4.959,54
50	ÁGUA MINERAL NATURAL, acondicionada em embalagem retornável (garrafão) de 20 litros	GARRAFÃO	445485	198	264	R\$ 15,33	R\$ 4.047,12	

LOTE 26 - VILHENA

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	CATMAT	QUANTITATIVO ANUAL TOTAL	QUANTITATIVO TOTAL MÁXIMO	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO DO LOTE
51	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) (GÁS DE COZINHA), acondicionado em botija de 13 kg	BOTIJA	461652	14	18	R\$ 152,07	R\$ 2.737,26	R\$ 22.237,02
52	ÁGUA MINERAL NATURAL, acondicionada em embalagem retornável (garrafão) de 20 litros	GARRAFÃO	445485	954	1272	R\$ 15,33	R\$ 19.499,76	

LOTE 27 - COLORADO DO OESTE								
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	CATMAT	QUANTITATIVO TOTAL MÍNIMO	QUANTITATIVO TOTAL MÁXIMO	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO DO LOTE
53	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) (GÁS DE COZINHA), acondicionado em botija de 13 kg	BOTIJA	461652	5	6	R\$ 152,07	R\$ 912,42	R\$ 4.223,70
54	ÁGUA MINERAL NATURAL, acondicionada em embalagem retornável (garrafão) de 20 litros	GARRAFÃO	445485	162	216	R\$ 15,33	R\$ 3.311,28	
LOTE 28 - CEREJEIRAS								
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	CATMAT	QUANTITATIVO TOTAL MÍNIMO	QUANTITATIVO TOTAL MÁXIMO	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO DO LOTE
55	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) (GÁS DE COZINHA), acondicionado em botija de 13 kg	BOTIJA	461652	3	4	R\$ 152,07	R\$ 608,28	R\$ 3.735,60
56	ÁGUA MINERAL NATURAL, acondicionada em embalagem retornável (garrafão) de 20 litros	GARRAFÃO	445485	153	204	R\$ 15,33	R\$ 3.127,32	
LOTE 29 - ROLIM DE MOURA								
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	CATMAT	QUANTITATIVO TOTAL MÍNIMO	QUANTITATIVO TOTAL MÁXIMO	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO DO LOTE
57	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) (GÁS DE COZINHA), acondicionado em botija de 13 kg	BOTIJA	461652	12	16	R\$ 152,07	R\$ 2.433,12	R\$ 14.574,48

58	ÁGUA MINERAL NATURAL, acondicionada em embalagem retornável (garrafão) de 20 litros	GARRAFÃO	445485	594	792	R\$ 15,33	R\$ 12.141,36	
LOTE 30 - ALTA FLORESTA DO OESTE								
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	CATMAT	QUANTITATIVO TOTAL MÍNIMO	QUANTITATIVO TOTAL MÁXIMO	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO DO LOTE
59	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) (GÁS DE COZINHA), acondicionado em botija de 13 kg	BOTIJA	461652	3	4	R\$ 152,07	R\$ 608,28	R\$ 5.023,32
60	ÁGUA MINERAL NATURAL, acondicionada em embalagem retornável (garrafão) de 20 litros	GARRAFÃO	445485	216	288	R\$ 15,33	R\$ 4.415,04	
LOTE 31 - NOVA BRASILÂNDIA DO OESTE								
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	CATMAT	QUANTITATIVO TOTAL MÍNIMO	QUANTITATIVO ANUAL TOTAL	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO DO LOTE
61	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) (GÁS DE COZINHA), acondicionado em botija de 13 kg	BOTIJA	461652	3	4	R\$ 152,07	R\$ 608,28	R\$ 5.023,32
62	ÁGUA MINERAL NATURAL, acondicionada em embalagem retornável (garrafão) de 20 litros	GARRAFÃO	445485	216	288	R\$ 15,33	R\$ 4.415,04	
LOTE 32 - SANTA LUZIA DO OESTE								
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	CATMAT	QUANTITATIVO TOTAL MÍNIMO	QUANTITATIVO ANUAL TOTAL	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO DO LOTE

63	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) (GÁS DE COZINHA), acondicionado em botija de 13 kg	BOTIJA	461652	3	4	R\$ 152,07	R\$ 608,28	R\$ 5.943,12
64	ÁGUA MINERAL NATURAL, acondicionada em embalagem retornável (garrafão) de 20 litros	GARRAFÃO	445485	261	348	R\$ 15,33	R\$ 5.334,84	
VALOR TOTAL GERAL ESTIMADO								RS 271.426,28

16. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1. As despesas com a aquisição de materiais de consumo estão inseridas na Lei de Diretrizes Orçamentárias do Exercício 2026 e no Plano Plurianual de Ação Governamental - PPA, devendo ser custeadas pelo(a):

POLÍCIA CIVIL	FUNRESPOL
Unidade Orçamentária: 15.003 - Polícia Civil	Unidade Orçamentária: 15.011
Projeto Atividade: 04.122.1015.2087	Projeto Atividade: 06.122.1015.2087
Elemento de Despesa: 33.90.30	Elemento de Despesa: 33.90.30
Fonte de Recurso: 15000 e 15010	Fonte de Recurso: 17590

16.2. Durante a execução da Ata de Registro de Preços decorrente do presente procedimento licitatório poderão ser utilizadas outros programas, ações e fontes de recursos a critério das unidades partícipes, respeitado o prévio empenho das despesas.

17. DOS BENEFÍCIOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006

17.1. O Decreto Estadual nº 21.675/2017 regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado a ser dispensado às microempresas (ME), empresas de pequeno porte (EPP), microempreendedores individuais (MEI), agricultores familiares, produtores rurais pessoa física e sociedades cooperativas de consumo, nas contratações públicas no âmbito da Administração Pública Estadual, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006.

17.2. Considerando a natureza do objeto e sua divisibilidade, deverão ser observadas as seguintes diretrizes na condução do certame:

- a) Aplicação do disposto no art. 6º do Decreto Estadual nº 21.675/2017, com a destinação de itens ou lotes de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) à participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e demais beneficiários legais;
- b) Aplicação do disposto no art. 8º do referido Decreto, com a reserva de até 25% (vinte e cinco por cento) do quantitativo para participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte, nos itens ou lotes cujo valor estimado ultrapasse o limite previsto no inciso anterior, desde que haja viabilidade técnica e econômica.

17.3. Dessa forma, para os itens ou lotes destinados à participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, deverão ser observadas as disposições do Decreto Estadual nº 21.675/2017 e da Lei Complementar nº 123/2006, no que couber.

18. DA MODALIDADE, DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO E DO MODO DE DISPUTA

18.1. Da Modalidade de Licitação

18.1.1. A seleção do fornecedor será realizada por meio de licitação, na modalidade **PREGÃO, na forma eletrônica**, nos termos do art. 28, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de aquisição de bens comuns.

18.2. Do Critério de Julgamento

18.2.1. O critério de julgamento adotado será o de **MENOR PREÇO POR LOTE**, sendo cada lote correspondente a um município específico do Estado de Rondônia.

18.2.2. A adoção desse critério mostra-se técnica e economicamente adequada, especialmente considerando que a

presente contratação decorre de **repetição parcial de certame anteriormente realizado**, no qual se verificou o fracasso de lotes em determinadas localidades.

18.2.3. A divisão por município busca refletir as peculiaridades logísticas e econômicas de cada região, ampliando a competitividade e possibilitando a participação de fornecedores locais ou regionais, além de promover maior eficiência na execução contratual.

18.3. **Do Modo de Disputa**

18.3.1. O modo de disputa adotado será o **ABERTO**, nos termos do art. 56, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, permitindo a apresentação de lances públicos e sucessivos, com vistas à obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, nos termos da legislação aplicável.

19. **DA FORMA E DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**

19.1. A proposta deverá:

- a) possuir validade mínima de 90 (noventa) dias;
- b) conter os preços unitários em algarismos arábicos, com até duas casas decimais;
- c) apresentar o valor total em moeda corrente nacional, em algarismos e por extenso;
- d) indicar o CNPJ e os dados bancários para fins de pagamento (banco, agência e conta corrente);
- e) indicar endereço eletrônico (e-mail) válido e número de telefone atualizado para fins de comunicação com a Administração, responsabilizando-se o licitante pela atualização dessas informações e pelo acompanhamento das comunicações enviadas;
- f) ser elaborada de forma clara e objetiva, sem rasuras, devidamente assinada por representante legal ou pessoa habilitada.

19.2. Os preços ofertados deverão incluir todos os custos diretos e indiretos necessários ao cumprimento do objeto, inclusive tributos, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, transporte, frete, seguros e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre a execução contratual.

19.3. Os preços ofertados deverão ser exequíveis, compatíveis com os valores de mercado e suficientes para a adequada execução do objeto, podendo a Administração, quando entender necessário, realizar diligências para aferição da exequibilidade da proposta, nos termos da legislação vigente.

19.4. A apresentação da proposta implicará plena aceitação das condições estabelecidas neste Termo de Referência e no edital.

19.5. **Da Quantidade Mínima a Ser Cotada**

19.5.1. As licitantes deverão apresentar proposta contemplando a totalidade do quantitativo previsto para cada lote, conforme especificado neste Termo de Referência, não sendo admitidas propostas parciais.

19.5.2. A vedação à cotação parcial justifica-se em razão dos impactos logísticos e operacionais que podem comprometer a formação de preços e a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

19.6. **Dos Preços Diferenciados por Lote**

19.6.1. Admite-se a adoção de preços diferenciados por lote, considerando as particularidades das localidades de entrega, especialmente quanto à distância, condições de acesso e custos operacionais de transporte, de modo a refletir adequadamente a realidade de cada região e assegurar maior competitividade e a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

19.7. **Da Exigência de Amostras e Provas de Conformidade**

19.7.1. Não será exigida a apresentação de amostras, realização de exame de conformidade, prova de conceito ou quaisquer outros testes, considerando a natureza comum e de baixa complexidade do objeto.

19.7.2. A decisão fundamenta-se no fato de que as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência são claras, objetivas e suficientes para a adequada caracterização do objeto, permitindo a avaliação das propostas com base exclusivamente nos critérios definidos no instrumento convocatório, sem necessidade de análise subjetiva.

19.7.3. Ademais, a exigência de amostras ou testes não se mostra necessária para a aferição da qualidade dos itens, podendo, inclusive, restringir a competitividade do certame e gerar custos adicionais desnecessários aos licitantes, em afronta aos princípios da economicidade, do julgamento objetivo e da ampla competitividade.

20. **DO INSTRUMENTO CONTRATUAL**

20.1. A contratação será formalizada por meio de Termo de Contrato, a ser elaborado pela Procuradoria-Geral do Estado – PGE/RO, com assinatura eletrônica no Sistema Eletrônico de Informações – SEI/RO.

20.2. A empresa adjudicatária será convocada para assinatura do contrato por meio eletrônico, devendo, para

tanto, possuir cadastro de usuário externo no SEI/RO.

20.3. O prazo para assinatura do contrato será de até 3 (três) dias úteis, contados da convocação formal.

20.4. A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato no prazo estabelecido, durante a validade da proposta, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às sanções previstas na legislação aplicável.

21. DO CADASTRO NO SEI/RO

21.1. As empresas participantes deverão possuir acesso ao Sistema Eletrônico de Informações – SEI/RO, considerando que o instrumento contratual será formalizado por meio de assinatura eletrônica por seu representante legal devidamente cadastrado como usuário externo.

21.2. O cadastro no SEI/RO é destinado a pessoas físicas vinculadas às empresas, para fins de participação em processos administrativos junto ao Governo do Estado de Rondônia, especialmente para assinatura de contratos, convênios e demais instrumentos congêneres.

21.3. Para realização do cadastro, o interessado deverá acessar o endereço eletrônico <http://sei.ro.gov.br>, selecionar a opção “Ainda não sou cadastrado”, preencher o formulário com os dados solicitados e criar senha de acesso, sendo posteriormente encaminhada mensagem ao e-mail informado para confirmação do cadastro.

21.4. O perfil de usuário externo destina-se exclusivamente à assinatura de documentos no âmbito do SEI/RO.

21.5. Para mais informações, o interessado poderá entrar em contato com a Central de Atendimento da Superintendência Estadual de Tecnologia da Informação e Comunicação SETIC, por meio do e-mail cadastrosei@setic.ro.gov.br.

21.6.

22. DA VIGÊNCIA E DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

22.1. A **vigência do contrato** será de **12 (doze) meses**, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogada nos termos da Lei nº 14.133/2021, desde que demonstrada a vantajosidade para a Administração.

22.2. O fornecimento dos bens possui natureza continuada, considerando tratar-se de demanda permanente das unidades da Polícia Civil do Estado de Rondônia, necessária à manutenção das atividades administrativas e operacionais, conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar.

22.3. O prazo para início da execução contratual será de até **30 (trinta) dias**, contados da assinatura do contrato ou do recebimento da Nota de Empenho, o que ocorrer por último.

23. ALTERAÇÕES CONTRATUAIS, REAJUSTE, REVISÃO E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Nos termos da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Estadual nº 28.874/2024, o contrato administrativo poderá sofrer alterações, bem como ajustes em seus valores, desde que observados os limites legais, a devida motivação e a preservação do interesse público.

23.1. Das Alterações Unilaterais pela Administração

23.1.1. Consoante o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133/2021, os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

Art. 124. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

I – unilateralmente pela Administração:

- a) quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica a seus objetivos;
- b) quando for necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;

II – por acordo entre as partes:

- a) quando conveniente a substituição da garantia de execução;
- b) quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou do serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
- c) quando necessária a modificação da forma de pagamento por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado e vedada a antecipação do pagamento;
- d) para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato.

23.1.2. Nos termos do art. 125 da Lei n. 14.133/2021: "Art. 125. Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 desta Lei, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato (...)."

23.1.3. Fica vedada qualquer alteração que implique a transfiguração do objeto originalmente contratado, conforme dispõe o art. 126 da Lei n. 14.133/2021.

23.2. Dos Acréscimos e das Supressões Contratuais

23.2.1. Os acréscimos e supressões contratuais deverão observar os limites legais e as condições originalmente pactuadas. Na hipótese de supressão de serviços ou fornecimentos já iniciados, aplica-se o disposto no art. 129 da Lei n. 14.133/2021: "Nas alterações contratuais para supressão de obras, bens ou serviços, se o contratado já houver adquirido os materiais e os colocado no local dos trabalhos, estes deverão ser pagos pela Administração pelos custos de aquisição regularmente comprovados e monetariamente reajustados (...)."

23.3. **Do Reajuste Contratual**

23.3.1. O reajuste contratual tem por finalidade recompor a perda do valor da moeda em razão da variação inflacionária ordinária, devendo observar o princípio da anualidade, nos termos do art. 2º, § 1º, da Lei Federal nº 10.192/2001.

23.3.2. Nos termos dos arts. 150 a 156 do Decreto Estadual nº 28.874/2024, os valores contratados serão fixos e irrevogáveis pelo período mínimo de 12 (doze) meses, contado a partir da data limite para apresentação da proposta.

23.3.3. Decorrido esse prazo, o reajuste será concedido mediante a aplicação do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA**, ou outro índice oficial que venha a substituí-lo, conforme previsto no instrumento convocatório e no contrato.

23.3.4. O reajuste poderá ser formalizado por apostilamento, exceto quando coincidir com prorrogação contratual, hipótese em que deverá ser formalizado por termo aditivo, conforme disciplina o Decreto Estadual nº 28.874/2024.

23.4. **Da Revisão Contratual**

23.4.1. A revisão contratual destina-se à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato em razão de fatos supervenientes, imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, bem como nos casos de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe.

23.4.2. As hipóteses e procedimentos para a revisão contratual encontram-se disciplinados nos arts. 163 e 164 do Decreto Estadual n. 28.874/2024, devendo ser devidamente comprovada a efetiva alteração da equação econômico-financeira originalmente pactuada.

23.5. **Do Reequilíbrio Econômico-Financeiro**

23.5.1. Sempre que houver alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos do contratado, a Administração deverá restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial, conforme dispõe o art. 130 da Lei n. 14.133/2021: "Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos do contratado, a Administração deverá restabelecer, no mesmo termo aditivo, o equilíbrio econômico-financeiro inicial."

23.5.2. O pedido de reequilíbrio deverá ser formulado durante a vigência contratual, observado o procedimento previsto nos arts. 165 a 168 do Decreto Estadual nº 28.874/2024, devidamente instruído com documentação comprobatória.

24. **EXTINÇÃO DO CONTRATO**

24.1. O contrato extinguir-se-á com o cumprimento de seu objeto ou com o término de sua vigência, observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência e na legislação aplicável.

24.2. Poderá ocorrer a extinção antecipada do contrato nas hipóteses previstas no art. 137 da Lei nº 14.133/2021, devidamente motivadas nos autos do processo, assegurados ao contratado o contraditório e a ampla defesa.

- a) A extinção antecipada poderá ocorrer:
- b) por ato unilateral da Administração;
- c) por consenso entre as partes;
- d) por decisão arbitral, em havendo convenção de arbitragem;
- e) por decisão judicial, nos termos do art. 138 da Lei nº 14.133/2021.

24.3. A extinção do contrato por razões de interesse público deverá ser devidamente motivada e formalizada nos autos, observada a legislação aplicável.

24.4. Na hipótese de extinção por culpa exclusiva da Administração, serão assegurados ao contratado os direitos previstos no art. 138, § 2º, da Lei nº 14.133/2021.

24.5. A extinção do contrato não impedirá o reconhecimento de eventual desequilíbrio econômico-financeiro, desde que observado o disposto na legislação vigente.

24.6. Aplicam-se, no que couber, as prerrogativas da Administração previstas no art. 104 da Lei nº 14.133/2021.

25. **OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

25.1. São obrigações da Contratada, além daquelas previstas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis:

25.1.1. Fornecer os materiais conforme as especificações, marcas, validade e preços apresentados na proposta, observando as condições, prazos e quantidades estabelecidos neste Termo de Referência;

- 25.1.2. Entregar os materiais em perfeitas condições de uso, nas embalagens originais, sem indícios de avarias ou violação;
- 25.1.3. Responsabilizar-se integralmente pelo transporte, acondicionamento e entrega dos materiais até os locais indicados, incluindo todos os custos decorrentes, tais como frete, carga, descarga e demais despesas;
- 25.1.4. Substituir, às suas expensas, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, os materiais que apresentarem vícios, defeitos, avarias ou que estejam em desacordo com as especificações estabelecidas;
- 25.1.5. Manter, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;
- 25.1.6. Comunicar à Contratante, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência que possa comprometer a entrega dos materiais, devidamente justificada;
- 25.1.7. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Contratante e atender prontamente às reclamações;
- 25.1.8. Responsabilizar-se pelos danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes da execução do contrato;
- 25.1.9. Apresentar, quando solicitado, documentação que comprove o cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais;
- 25.1.10. Informar imediatamente qualquer alteração de endereço, dados bancários ou demais informações necessárias à execução contratual;
- 25.1.11. Fazer acompanhar a entrega dos materiais da respectiva nota fiscal, contendo referência ao processo e à nota de empenho;
- 25.1.12. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do contrato;
- 25.1.13. Propor preços que incluam todos os custos diretos e indiretos necessários ao cumprimento do objeto;
- 25.1.14. Não utilizar trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos, nem qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal;
- 25.1.15. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do art. 125 da Lei nº 14.133/2021;
- 25.1.16. Utilizar, sempre que possível, práticas que promovam a redução do consumo de recursos naturais, em observância aos princípios da sustentabilidade.

26. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 26.1. Verificar, no prazo estipulado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 26.2. Comunicar à Contratada, por escrito, quaisquer imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas nos objetos fornecidos, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;
- 26.3. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, por meio de servidor ou comissão especialmente designada;
- 26.4. Emitir Nota de Empenho em favor da Contratada, no valor correspondente ao material solicitado, observados os procedimentos aplicáveis;
- 26.5. Efetuar o pagamento à Contratada de acordo com as condições e prazos estabelecidos neste Termo de Referência e no instrumento contratual;
- 26.6. Aplicar, quando cabível, as sanções administrativas previstas na legislação e no contrato;
- 26.7. Fornecer à Contratada as informações e os elementos necessários à adequada execução do objeto;
- 26.8. Abster-se de intervir indevidamente na gestão interna da contratada, especialmente no que se refere à administração de pessoal, organização operacional e definição de métodos de trabalho, ressalvadas as hipóteses estritamente necessárias à fiscalização da execução contratual, nos termos do art. 48, inciso VI, e parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021;
- 26.9. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por danos causados a terceiros decorrentes de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

27. DA GARANTIA CONTRATUAL

- 27.1. Não será exigida garantia contratual para a presente contratação, nos termos da legislação vigente, tendo em

vista que o objeto deste Termo de Referência não apresenta complexidade técnica ou operacional relevante, tampouco envolve contratação de grande vulto.

27.2. A medida mostra-se adequada e proporcional às características do objeto, não comprometendo a segurança da execução contratual nem a adequada satisfação do interesse público.

28. DA SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO, TRANSFERÊNCIA TOTAL OU PARCIAL DO OBJETO

28.1. Não será admitida a subcontratação, cessão ou transferência, total ou parcial, do objeto da presente contratação.

28.2. A vedação justifica-se em razão de o objeto consistir no fornecimento de bens comuns, amplamente disponíveis no mercado, cuja execução não demanda especialização técnica que justifique a participação de terceiros.

28.3. Ademais, a execução contratual é plenamente viável por empresas que atuam individualmente no ramo, não havendo necessidade de fracionamento das atividades ou de compartilhamento de responsabilidades.

28.4. Dessa forma, a medida adotada mostra-se adequada, visando assegurar a responsabilidade direta da contratada pela integral execução do objeto, bem como maior controle por parte da Administração.

29. DO PAGAMENTO

29.1. O pagamento será efetuado, por ordem bancária em conta corrente da Contratada, no prazo máximo de **15 (quinze) dias úteis**, nos termos do Art. 190 do Decreto Estadual nº 28.874/2024, a contar da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada pela Administração, acompanhada da documentação comprobatória de regularidade fiscal e trabalhista abaixo elencada, sem prejuízo da adoção das providências previstas na legislação aplicável em caso de eventual irregularidade:

a) Comprovação de regularidade com a Fazenda Federal com Certidão Negativa, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, de débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

b) Comprovação de regularidade com a Fazenda Estadual com Certidão Negativa, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, emitida pelo Estado relativo ao domicílio ou sede da Contratante, relativa a tributos estaduais;

c) Comprovação de regularidade com a Fazenda Municipal com Certidão Negativa de Débito - CND, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, emitida pelo Município relativo ao domicílio ou sede da Contratante;

d) Comprovação de regularidade com a Justiça do Trabalho com Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa;

e) De regularidade com o FGTS, com Certificado de Regularidade de Situação do FGTS – CRS, emitido pela Caixa Econômica Federal – CEF, comprovando a regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

29.2. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser preenchida, conforme a Unidade Orçamentária que emitir a Nota de Empenho respectiva, sendo:

a) POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE RONDÔNIA - PC/RO, CNPJ nº 01.664.910/0001-31, localizada na Av. Rogério Weber, nº 1928, Praça Marechal Rondon, Centro, em Porto Velho/RO, CEP 76.801-030, ou;

b) FUNDO ESPECIAL DE REEQUIPAMENTO POLICIAL - FUNRESPOL, CNPJ nº 00.854.776/0001-79, localizada na Av. Rogério Weber, nº 1928, Praça Marechal Rondon, Centro, em Porto Velho/RO, CEP 76.801-030.

29.3. Ambas unidades estão situadas no mesmo endereço: na Av. Rogério Weber, nº 1928, Praça Mal. Rondon, Centro, Porto Velho/RO, CEP - 76.801-030, e-mail de contato: nucom@pc.ro.gov.br.

29.4. A contratada fará constar no documento fiscal, além das especificações e quantitativos do objeto, o número da Nota Empenho, o número do Processo Eletrônico (SEI), e as informações relativas aos seus dados bancários para pagamento do faturamento.

29.5. Na hipótese da Nota Fiscal/Fatura apresentar erros ou dúvidas quanto à exatidão ou documentação, a Contratante poderá pagar apenas as partes não controvertidas no prazo fixado para pagamento;

29.6. Fica ressalvado o direito da Contratada de reapresentar para cobrança as partes controvertidas, devidamente justificada, caso em que a Contratante contará com o prazo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir do recebimento, para efetuar a análise, ficando o respectivo pagamento a ser efetuado no prazo deste TR.

29.7. Qualquer atraso ocorrido por parte da Contratada na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos exigidos como condição para pagamento importará em prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação da Contratante.

29.8. Os eventuais encargos financeiros decorrentes da inobservância, pela contratada, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.

29.9. A administração efetuará retenção, na fonte, dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos à Contratada quando legalmente exigidos.

29.10. Ocorrendo atraso no pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido, de alguma forma, para o atraso, fica convencionado que a taxa de compensação financeira (encargos moratórios) devida, entre a data referenciada e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, calculada com a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim, apurado:

$$I = i/365 \quad I = (6/100)/365 \quad I = 0,00016438$$

Onde i = taxa percentual anual no valor de 6%.

29.11. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

29.12. Verificada eventual pendência quanto à regularidade fiscal, a Administração adotará as providências cabíveis, nos termos da legislação vigente, inclusive quanto à possibilidade de compensação de créditos com débitos perante a Fazenda Pública Estadual, conforme disposto no art. 188, § 3º, do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

29.13. Não será efetuado qualquer pagamento à CONTRATADA enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, salvo as parcelas incontroversas.

29.14. A retenção de valores prevista neste Termo de Referência restringe-se às hipóteses de penalidades, indenizações ou ressarcimentos devidamente apurados, não se aplicando às situações de regularidade fiscal, que deverão observar o procedimento próprio previsto na legislação.

29.15. Poderá a Contratante reter, do montante a pagar, valores para assegurar o pagamento de multas, indenizações e ressarcimentos devidos pela Contratada, conforme estabelecido no Decreto n. 16.901, de 09 de julho de 2012, alterado pelo Decreto n. 27.382 de 03 de agosto de 2022:

Art. 4º A liquidação da despesa consistirá na verificação do direito adquirido pelo credor, tendo por base os documentos comprobatórios do respectivo crédito, tais como: o contrato, a nota de empenho, a Nota Fiscal ou fatura, o comprovante da entrega do material ou da prestação efetiva do serviço, objetivando apurar:

(...)

§ 4º Havendo inadimplência do contratado junto a algum ente público, observada durante o procedimento de liquidação, caso o contratado não apresente sua regularidade fiscal dentro do prazo estipulado no § 1º, o valor inadimplido será retido do montante a ser pago ao contratado. (Conforme alterado pelo Decreto Nº 27.382 de 03 de agosto de 2022).

29.15.1. A aplicação do dispositivo acima restringe-se às hipóteses de débitos devidamente constituídos perante a Administração Pública, não se confundindo com a mera irregularidade fiscal do contratado, devendo sua aplicação observar a legislação vigente e o entendimento dos tribunais superiores quanto à impossibilidade de retenção de pagamento por serviços já executados e devidamente atestados.

30. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

30.1. Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 156 da Lei n. 14.133 de 01 de abril de 2021, pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre a parcela inadimplida.

30.2. Se a adjudicatária recusar-se a retirar o instrumento contratual injustificadamente ou se não apresentar situação regular na ocasião dos recebimentos, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre a parte inadimplida do contrato.

30.3. A licitante, adjudicatária ou contratada que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o instrumento contratual, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do instrumento contratual, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida a prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados Distrito Federal e Municípios, e será descredenciado no Cadastro de Fornecedores dos Órgãos da Administração Pública e Estadual, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

30.4. A multa, eventualmente imposta à Contratada, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, caso a Contratada não tenha nenhum valor a receber do Estado, ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao órgão competente para que seja

inscrita na dívida ativa, podendo, ainda, a administração proceder à cobrança judicial da multa.

30.5. As multas previstas não eximem a adjudicatária ou contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração.

30.6. De acordo com a gravidade do descumprimento, poderá ainda a licitante se sujeitar à Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base na legislação vigente.

30.7. A sanção denominada “Advertência” só terá lugar se emitida por escrito e quando se tratar de faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação, cabível somente até a segunda aplicação (reincidência) para a mesma infração, caso não se verifique a adequação da conduta por parte da Contratada, após o que deverão ser aplicadas sanções de grau mais significativo.

30.8. São exemplos de infração administrativa penalizáveis, nos termos do art. 155, da Lei n. 14.133/2021:

Art. 155. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - dar causa à inexecução total do contrato;

IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

30.9. A respeito das sanções aplicáveis, o art. 156, da Lei n. 14.133/2021 menciona:

Art. 156. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

§ 1º Na aplicação das sanções serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§ 2º A sanção prevista no inciso I do **caput** deste artigo será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no [inciso I do caput do art. 155 desta Lei](#), quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

§ 3º A sanção prevista no inciso II do **caput** deste artigo, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no [art. 155 desta Lei](#).

§ 4º A sanção prevista no inciso III do **caput** deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos [incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 desta Lei](#), quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

§ 5º A sanção prevista no inciso IV do **caput** deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos [incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 desta Lei](#), bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do **caput** do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§ 6º A sanção estabelecida no inciso IV do **caput** deste artigo será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

I - quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de ministro de Estado, de secretário

estadual ou de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;

II - quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente às autoridades referidas no inciso I deste parágrafo, na forma de regulamento.

§ 7º As sanções previstas nos incisos I, III e IV do **caput** deste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do **caput** deste artigo.

§ 8º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

§ 9º A aplicação das sanções previstas no **caput** deste artigo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

30.10. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídas graus, com percentuais de multas conforme a tabela formulada pela PGE/RO, a qual elenca apenas as principais situações previstas, não eximindo de outras equivalentes que surgirem:

ITEM	DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO	GRAU	MULTA*
1	Permitir situação que crie a possibilidade ou cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	06	4% por dia
2	Usar indevidamente informações sigilosas a que teve acesso, por ocorrência;	06	4% por dia
3	Suspender ou interromper, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	05	3,2% por dia
4	Destruir ou danificar documentos por dolo de seus agentes, por ocorrência;	05	3,2% por dia
5	Recusar-se a executar o serviço determinado pela fiscalização sem motivo justificado, por ocorrência;	04	1,6% por dia
6	Executar serviço incompleto, paliativo substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar, por ocorrência;	02	0,4% por dia
7	Fornecer informação pérfida de serviço ou substituição de materiais, por ocorrência;	02	0,4% por dia
8	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03	0,8% por dia
9	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia da CONTRATANTE, por empregado e por dia.	03	0,8% por dia

*Incidente sobre o valor inadimplido do contrato

30.11. Para os itens a seguir, a multa será atribuída quando a CONTRATADA deixar de:

ITEM	DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO	GRAU	MULTA*
1	Cumprir prazo previamente estabelecido para execução de serviços, por dia;	02	0,4% por dia
2	Efetuar o pagamento de seguros, encargos, fiscais e sociais, assim como quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução do contrato, por dia e por ocorrência;	05	3,2% por dia
3	Cumprir quaisquer dos itens do edital e seus anexos, mesmo que não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela fiscalização, por ocorrência;	03	0,8% por dia
4	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da fiscalização, por ocorrência;	03	0,8% por dia
5	Iniciar os serviços nos prazos estabelecidos, observados os limites mínimos estabelecidos por este Contrato, por serviço e por ocorrência;	02	0,4% por dia
6	Disponibilizar os equipamentos, sistema, estabelecimentos credenciados, em número mínimo, treinamento, suporte e demais necessários à realização dos serviços do escopo do contrato, por ocorrência;	02	0,4% por dia
7	Disponibilizar equipe de profissionais completa conforme determinado para execução do serviço, por dia;	02	0,4% por dia
8	Ressarcir o órgão por eventuais danos causados por sua culpa, em veículos, equipamentos, dados etc.;	02	0,4% por dia
9	Realizar os serviços solicitados e de entregar os respectivos produtos, por tipo e por ocorrência;	02	0,4% por dia
10	Manter a documentação de habilitação atualizada, por item e por ocorrência;	01	0,2% por dia
11	Apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista e previdenciária, por ocorrência;	02	0,2% por dia
12	Fornecer suporte técnico à contratante, por ocorrência e por dia;	01	0,2% por dia
13	Substituir funcionário que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do órgão, por funcionário e por dia.	01	0,2% por dia

*Incidente sobre o valor inadimplido do contrato

30.12. As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária ou contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração;

30.13. Na aplicação da sanção prevista no inciso II do caput do art. 156 da Lei n. 14.133/2021, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação;

30.14. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 desta Lei requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir;

30.15. Em órgão ou entidade da Administração Pública cujo quadro funcional não seja formado de servidores estatutários, a comissão a que se refere o caput deste artigo será composta de 2 (dois) ou mais empregados públicos pertencentes aos seus quadros permanentes, preferencialmente com, no mínimo, 3 (três) anos de tempo de serviço no órgão ou entidade;

30.16. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação;

30.17. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas;

30.18. A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

I - interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o caput deste artigo;

II - suspensão pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013;

III - suspensão por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

30.19. **Do Juízo Arbitral**

30.19.1. Não será adotado o juízo arbitral para dirimir eventuais controvérsias decorrentes da execução da presente contratação.

30.19.2. A opção pela não adoção da arbitragem justifica-se em razão da natureza comum e de baixa complexidade do objeto, bem como pela ausência de vantajosidade na utilização desse mecanismo alternativo de resolução de conflitos, considerando os custos envolvidos e a adequada capacidade do Poder Judiciário para a solução de eventuais litígios, em consonância com os princípios da economicidade e da eficiência.

30.19.3. **Do Foro**

30.19.4. Fica eleito o foro da Comarca de Porto Velho/RO para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas da execução da presente contratação, bem como dos procedimentos dela decorrentes, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

31. **DA HABILITAÇÃO**

31.1. **Habilitação Jurídica:**

a) No caso de **empresário individual**: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

b) Em se tratando de **microempreendedor individual – MEI**: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio eletrônico oficial;

c) No caso de **sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI**: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

d) No caso de **sociedade simples**: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação de seus administradores;

e) No caso de **cooperativa**: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764/1971;

f) No caso de **agricultor familiar**: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou outros documentos definidos pelo Ministério competente, nos termos do Decreto nº 11.802/2023;

g) No caso de **produtor rural**: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 2.110/2022;

h) No caso de **empresa ou sociedade estrangeira** em funcionamento no País: decreto de autorização e, quando exigido, ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente;

31.2. Os documentos acima deverão estar acompanhados da última alteração ou da consolidação respectiva.

31.3. **Habilitação fiscal, social e trabalhista:**

a) Comprovação de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

b) Comprovação de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) Prova de regularidade perante a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

d) Certidão de Regularidade do FGTS, relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

e) Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), admitida certidão positiva com efeito de negativa;

f) Caso o fornecedor seja considerado isento de tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante declaração do órgão competente;

g) O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual (MEI) estará dispensado da inscrição nos cadastros estadual e municipal, quando aplicável.

31.4. Qualificação econômico-financeira:

a) Certidão negativa de feitos sobre falência, nos termos da Lei nº 11.101/2005, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, emitida nos últimos 90 (noventa) dias, caso não conste prazo de validade no documento;

b) Balanço patrimonial, demonstração de resultado do exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, ou balanço de abertura, no caso de empresa constituída há menos de 1 (um) ano, devidamente registrado ou autenticado no órgão competente, para fins de comprovação de:

I - patrimônio líquido mínimo, para licitantes constituídos há mais de um ano; ou

II - capital social mínimo, para licitantes constituídos há menos de um ano;

equivalente a **2% (dois por cento)** do valor estimado do item/lote no qual estiver participando.

31.4.1. No caso de o licitante estar classificado em mais de um item/lote, o atendimento ao requisito acima será aferido considerando a **soma dos valores estimados** dos respectivos itens/lotos;

31.4.2. Caso seja constatada insuficiência de patrimônio líquido ou capital social para a totalidade dos itens/lotos em que o licitante estiver classificado, o Pregoeiro poderá convocá-lo para que opte pela desistência de um ou mais itens/lotos, de forma a adequar-se ao limite exigido;

31.4.3. As disposições acima também se aplicam nos casos de classificação superveniente em novos itens/lotos ao longo do certame.

31.4.4. As exigências de qualificação econômico-financeira acima estabelecidas encontram respaldo no art. 69, §4º, da Lei nº 14.133/2021, que autoriza a Administração a exigir capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo como forma de demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações contratuais.

31.4.5. A exigência de patrimônio líquido ou capital social mínimo equivalente a **2% (dois por cento)** do valor estimado do item/lote tem por finalidade assegurar que a empresa possua condições econômico-financeiras mínimas para suportar a execução contratual, reduzindo o risco de inadimplemento ou falhas no fornecimento.

31.4.6. Ressalta-se que, embora a legislação permita a exigência de até 10% do valor estimado da contratação, optou-se por percentual inferior, de forma a preservar a competitividade do certame, possibilitando a participação de um maior número de empresas, inclusive de pequeno porte, sem comprometer a segurança da contratação.

31.4.7. Dessa forma, a exigência adotada representa medida proporcional e adequada, equilibrando a necessidade de garantia da execução contratual com a ampliação da competitividade.

31.5. Qualificação Técnica:

31.5.1. No que se refere à definição das parcelas de maior relevância, considera-se, nos termos do §1º do art. 67 da Lei nº 14.133/2021, que poderão ser assim classificadas aquelas cujo valor individual represente aproximadamente **4% (quatro por cento) ou mais do valor total estimado da contratação**.

31.5.2. No presente caso, considerando o valor global estimado da contratação, foram considerados como parcelas de maior relevância os lotes cujo valor individual seja **igual ou superior a R\$ 11.600,00 (onze mil e seiscentos reais)**, razão pela qual a exigência de comprovação de capacidade técnica foi restrita exclusivamente a tais lotes.

31.5.3. Dessa forma, deverá ser apresentada comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares ao objeto desta contratação, exclusivamente para os lotes abaixo relacionados:

LOTE 03 – GUAJARÁ-MIRIM;

LOTE 05 – ARIQUEMES;

LOTE 10 – JARU;

LOTE 12 – JI-PARANÁ;

LOTE 16 – SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ;

LOTE 22 – CACOAL;

LOTE 26 – VILHENA;

LOTE 29 – ROLIM DE MOURA.

31.5.4. A comprovação deverá ser realizada por meio da apresentação de certidão(ões) ou atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou, quando for o caso, por conselho profissional competente, nos termos da legislação vigente.

31.5.5. O(s) atestado(s) apresentado(s) deverá(ão) comprovar a similaridade em características com o objeto desta

licitação.

31.5.6. A licitante deverá comprovar o fornecimento de, no mínimo, **10% (dez por cento)** do quantitativo do item para o qual apresentar proposta, sendo admitida a soma de contratos, concomitantes ou não, para o atingimento do quantitativo exigido.

31.5.7. A exigência do percentual mínimo de 10% tem por finalidade demonstrar que a empresa possui experiência compatível com o porte da contratação, reduzindo o risco de falhas no fornecimento e contribuindo para a continuidade do abastecimento das unidades da Polícia Civil.

31.5.8. Não será exigida compatibilidade de prazo, considerando que o objeto consiste no fornecimento de bens comuns, sem complexidade relevante de execução.

31.5.9. Na ausência de informações suficientes no atestado apresentado, poderá ser realizada diligência, nos termos do art. 64 da Lei nº 14.133/2021, para apresentação de documentos complementares aptos a comprovar a veracidade e a suficiência da experiência declarada.

31.5.10. A Administração poderá, ainda, diligenciar para verificação da veracidade das informações prestadas pela licitante, sujeitando-se o emissor e a licitante às penalidades legais cabíveis em caso de declaração inverídica.

31.5.11. O atestado deverá conter, sempre que possível, dados da entidade emissora, tais como razão social, CNPJ, endereço, telefone, e-mail, data de emissão, identificação do signatário e descrição do objeto executado.

31.5.12. A exigência adotada mostra-se proporcional ao objeto licitado e compatível com o art. 67 da Lei nº 14.133/2021, sendo suficiente para aferir a aptidão operacional mínima da licitante, sem impor restrição indevida à competitividade.

31.6. **Outras declarações:**

31.6.1. A licitante deverá apresentar as seguintes declarações:

- a) Declaração de que atende aos requisitos de habilitação, responsabilizando-se pela veracidade das informações prestadas, nos termos do art. 63, inciso I, da Lei nº 14.133/2021;
- b) Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação;
- c) Declaração de ciência e concordância com as condições do edital;
- d) Declaração de elaboração independente de proposta;
- e) Declaração de que não emprega menor em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menor de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal;
- f) Declaração de cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, nos termos do art. 68, inciso VI, da Lei nº 14.133/2021;
- g) Declaração de atendimento às normas de acessibilidade, quando aplicável;
- h) Declaração de não utilização de trabalho degradante ou forçado;
- i) Declaração de que não possui servidor público estadual como sócio, diretor ou integrante de conselho, nos termos do art. 12 da Constituição do Estado de Rondônia;
- j) Declaração de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte, quando for o caso, nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006;
- k) Declaração, quando aplicável, de que no ano-calendário da licitação não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados ultrapassem o limite de receita bruta para enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do art. 4º, §2º, da Lei nº 14.133/2021.

32. **DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**

32.1. **Da Intenção de Registro de Preços - IRP:**

32.1.1. Nos termos do Decreto Estadual nº 28.874/2024, a realização da Intenção de Registro de Preços – IRP constitui procedimento destinado à ampliação da participação de órgãos interessados na futura contratação.

32.1.2. Contudo, no presente caso, **não será realizada IRP**, tendo em vista tratar-se de repetição parcial de certame anteriormente promovido, cujo objeto já foi amplamente divulgado e estruturado no âmbito da Administração Pública Estadual.

32.1.3. Ademais, verifica-se a existência de **situação de urgência**, considerando o desabastecimento de itens essenciais, especialmente água mineral, nas unidades da Polícia Civil do Estado de Rondônia, notadamente no interior, o que pode comprometer a continuidade das atividades administrativas e operacionais.

32.1.4. Ressalta-se, ainda, que o objeto da contratação é recorrente e já vem sendo regularmente licitado pela Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL, não havendo prejuízo à competitividade ou à

economicidade pela não realização da IRP no presente caso.

32.1.5. Dessa forma, a não realização da IRP mostra-se medida adequada e necessária, visando conferir maior celeridade ao procedimento e assegurar o atendimento tempestivo das demandas da Administração.

32.2. **Gerenciamento da Ata de Registro de Preços:**

32.2.1. A Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL será o órgão responsável pelos atos de administração, controle e gerenciamento da Ata de Registro de Preços, nos termos do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

32.3. **Vigência da Ata de Registro de Preços:**

32.3.1. O Registro de Preços será formalizado por intermédio de **Ata de Registro de Preços**, com prazo de vigência de **12 (doze) meses e poderá ser prorrogado, por igual período**, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos da Lei n. 14.133/2021.

32.3.2. Nos termos do Enunciado nº 42 do Conselho da Justiça Federal e do Parecer nº 00075/2024/DECOR/CGU/AGU, fica consignado que, em eventual prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços, nos moldes do art. 84 da Lei n. 14.133/2021, restará igualmente autorizada a renovação dos quantitativos inicialmente registrados, haja vista a previsão desta possibilidade na fase de planejamento da contratação e no instrumento convocatório orientador do certame.

32.3.3. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas.

32.3.4. O presente Registro de Preços enquadra-se nas hipóteses de conveniência de aquisição de materiais e/ou produtos com previsão de entrega parcelada, bem como pelo fato de não ser possível definir previamente o quantitativo a ser demandado por esta Direção Geral, conforme disposto no art. 116, incisos II, III e IV do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

32.3.5. A publicidade da ata de registro de preços na imprensa oficial terá efeito de compromisso nas condições ofertadas e pactuadas na proposta apresentada à licitação.

32.3.6. A ata de registro de preços implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, após cumpridos os requisitos de publicidade.

32.3.7. A recusa injustificada de fornecedor classificado em assinar a ata, dentro do prazo estabelecido neste artigo, ensejará a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

32.3.8. A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo órgão interessado por intermédio de instrumento contratual, ou emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o artigo 95 da Lei nº 14.133, de abril de 2021.

32.3.9. A existência de preços registrados não obriga a administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.

32.4. **Possibilidade e Justificativa para Renovação dos Quantitativos da Ata de Registro de Preços:**

32.4.1. A previsão de renovação dos quantitativos da Ata de Registro de Preços justifica-se pela variabilidade da demanda das unidades da Polícia Civil do Estado de Rondônia, bem como pela impossibilidade de definição exata do consumo ao longo da vigência da ata.

32.4.2. Nos termos do Enunciado nº 42 do Conselho da Justiça Federal e do Parecer nº 00075/2024/DECOR/CGU/AGU, e em consonância com o art. 84 da Lei nº 14.133/2021, fica consignado que, em eventual prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços, poderá ser autorizada a renovação dos quantitativos inicialmente registrados, desde que tal possibilidade tenha sido prevista na fase de planejamento da contratação e no instrumento convocatório.

32.4.3. A renovação dos quantitativos estará condicionada à demonstração dos seguintes requisitos:

- a) necessidade superveniente;
- b) vantajosidade econômica;
- c) manutenção das condições originalmente pactuadas;
- d) autorização da autoridade competente.

32.4.4. Tal medida visa assegurar a continuidade do atendimento das demandas administrativas, conferindo maior eficiência à gestão contratual e evitando a descontinuidade do fornecimento.

32.5. **Utilização da Ata e do Fornecimento Adicional “caronas”:**

32.5.1. A utilização da Ata de Registro de Preços por órgãos ou entidades não participantes estará condicionada à prévia autorização do órgão gerenciador.

32.5.2. A autorização do órgão gerenciador deverá observar os limites previstos no art. 124, §2º do Decreto Estadual nº 28.874/2024, ressalvado o disposto no art. 86, §7º da Lei nº 14.133/2021.

32.5.3. O conjunto de solicitações de adesão, independentemente do órgão ou entidade solicitante, não poderá exceder ao limite global de até o dobro do quantitativo registrado na Ata de Registro de Preços.

32.5.4. As aquisições decorrentes de adesão não poderão exceder, por órgão ou entidade aderente, a **50% (cinquenta por cento)** dos quantitativos dos itens registrados na Ata de Registro de Preços.

32.5.5. A autorização de adesão dependerá da demonstração da vantajosidade, da compatibilidade dos preços registrados com os praticados no mercado, da disponibilidade do fornecedor registrado e da autorização expressa do órgão gerenciador e do fornecedor.

32.5.6. A garantia da capacidade de fornecimento deverá ser demonstrada por meio de autorização expressa do fornecedor registrado, na qual esteja consignado o compromisso de não comprometer ou prejudicar o atendimento dos quantitativos originalmente registrados.

32.5.7. As solicitações de adesão deverão ser formalizadas por meio de requerimento específico, instruído em processo administrativo próprio, contendo, no mínimo:

- a) documento que comprove a compatibilidade do objeto registrado com a necessidade administrativa do órgão ou entidade não participante;
- b) nota de reserva orçamentária suficiente para fazer face à despesa decorrente da adesão;
- c) demonstração da vantajosidade dos preços registrados, mediante pesquisa de mercado com diversidade de fontes;
- d) autorização expressa do órgão gerenciador;
- e) autorização expressa do fornecedor registrado.

32.5.8. Os órgãos e entidades da Administração Pública do Estado de Rondônia poderão aderir a atas de registro de preços de órgãos e entidades da União, de outros Estados e do Distrito Federal, desde que demonstrada a vantajosidade e a compatibilidade dos preços com os praticados no mercado.

32.5.9. Caberá ao órgão ou entidade que aderir à ata demonstrar a vantagem econômica da adesão.

32.6. **Obrigações do Órgão Gerenciador:**

32.6.1. A Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL será o órgão responsável pelos atos de administração, controle e gerenciamento da Ata de Registro de Preços, nos termos do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

32.6.2. Compete ao órgão gerenciador:

- a) consolidar as informações relativas às estimativas de consumo encaminhadas pelos órgãos participantes, promovendo a padronização e racionalização das demandas;
- b) elaborar o Estudo Técnico Preliminar e o Termo de Referência decorrentes da Intenção de Registro de Preços;
- c) promover os atos necessários à instrução processual e à realização do procedimento licitatório;
- d) realizar levantamento de mercado e pesquisa de preços ampla e diversificada para definição da estimativa orçamentária, assegurando a utilização de múltiplas fontes;
- e) confirmar junto aos órgãos participantes a concordância com o objeto, especificações e quantitativos a serem licitados;
- f) conduzir o procedimento licitatório e todos os atos dele decorrentes;
- g) gerenciar a Ata de Registro de Preços, indicando, quando solicitado, os fornecedores registrados, observada a ordem de classificação e os quantitativos disponíveis;
- h) conduzir procedimentos de renegociação de preços registrados e aplicar penalidades em caso de descumprimento das condições pactuadas;
- i) analisar as solicitações de adesão formuladas por órgãos ou entidades não participantes;
- j) zelar pelo cumprimento dos limites individual e global aplicáveis às adesões à Ata de Registro de Preços;
- k) promover a divulgação do edital, da Ata de Registro de Preços, dos contratos e dos termos aditivos nos meios oficiais, inclusive no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

32.6.3. No que se refere às solicitações de adesão, caberá ainda ao órgão gerenciador:

- a) verificar a compatibilidade dos preços registrados com os praticados no mercado, mediante análise da pesquisa de preços apresentada pelo órgão aderente;
- b) promover, quando necessário, a repactuação dos preços registrados, caso identificada a existência de valores mais vantajosos;
- c) indeferir a solicitação de adesão quando não houver êxito na negociação ou quando não restar

demonstrada a vantajosidade.

32.7. **Obrigações da Detentora da Ata:**

32.7.1. É fundamental que a detentora da ata tenha conhecimento preciso de todas as suas obrigações e as cumpra rigorosamente, a fim de garantir o sucesso da contratação e evitar problemas futuros.

32.7.2. Para fins de obrigações da detentora da Ata que trata este subitem, deverão atender com as seguintes obrigações mínimas, respeitando o artigo 42, § 1º, inciso VII do Decreto Estadual n. 28.874/24:

- a) Assistência técnica: Oferecer suporte técnico ao órgão que utiliza os produtos ou serviços.
- b) Atendimento à demanda: A detentora da ata deve estar preparada para atender à demanda do órgão.
- c) Cumprimento das condições contratuais: A detentora da ata deve seguir rigorosamente todas as cláusulas e condições do contrato, incluindo especificações técnicas, normas de qualidade, prazos de entrega, condições de pagamento, etc.
- d) Fornecimento dos bens ou serviços: A principal obrigação é entregar os produtos ou serviços contratados nas quantidades, qualidade e prazos estabelecidos na ata e em eventuais aditivos contratuais.
- e) Manutenção da qualidade: É fundamental manter a qualidade dos produtos ou serviços fornecidos ao longo de todo o período de vigência da ata.
- f) Prestação de garantia: Em muitos casos, a detentora da ata é obrigada a oferecer garantia sobre os produtos ou serviços fornecidos, para assegurar a reposição em caso de defeitos ou vícios.
- g) Treinamento: Treinar o pessoal do órgão para a utilização dos produtos ou serviços.

32.8. **Cadastro de Reserva:**

32.8.1. Após a definição do preço final do licitante vencedor, conforme previsto no art. 131, do Decreto nº 28.874/2024, será procedida a consulta juntos aos demais licitantes, respeitada a ordem de classificação, quanto ao interesse em ofertar preços iguais aos do licitante vencedor, para formação de cadastro reserva, fazendo constar de anexo que integrará a ata.

32.8.2. O cadastro reserva poderá ser utilizado nas seguintes hipóteses:

- a) impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata;
- b) descumprimento das condições da ata pelo compromitente;
- c) recusa do vencedor em assinar a ata de registro de preços, o contrato ou o instrumento equivalente, dentro do prazo fixado no edital, sem prejuízo da aplicação de penalidades;
- d) liberação do compromisso por razões admitidas no mencionado Decreto.

32.8.3. A documentação dos licitantes constantes no cadastro reserva serão conferidas e atualizadas quando da sua convocação para fornecimento.

32.8.4. Inexistindo interessados para formação de cadastro reserva e havendo a necessidade de contratação, a Administração poderá proceder com a convocação nos termos do § 3º, art. 131, do Decreto n. 28.874/2024.

32.9. **Alterações da Ata de Registro de Preços:**

32.9.1. Em relação à alteração da ATA devem seguir os preceitos do art. 132 do Decreto Estadual nº 28.874/24:

Art. 132. As eventuais alterações da ata de registro de preços não poderão acarretar aumento dos quantitativos registrados, inclusive, nas hipóteses previstas no art. 124 da Lei Federal n. 14.133, de 2021.

32.9.2. O preço registrado poderá ser revisto em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, observada a instrução processual respectiva, cabendo ao órgão gerenciador da ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores. A alteração dos preços registrados não altera automaticamente os preços dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços, cuja revisão deverá ser feita pelo órgão contratante, observadas as disposições legais incidentes sobre os contratos (art. 133 do Decreto Estadual n. 28.874/2024).

§ 1º Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas.

§ 2º A redução do preço registrado será comunicada pelo órgão gerenciador aos órgãos que tiverem formalizado contratos com fundamento no respectivo registro, para que avaliem a necessidade de efetuar a revisão dos preços contratados.

§ 3º A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação obtida originalmente na licitação.

32.9.3. Nos termos do art. 134 do Decreto Estadual nº 28.874/2024, na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o órgão ou a entidade gerenciadora convocará o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado.

32.9.4. Nos termos do art. 135 do Decreto Estadual nº 28.874/2024, quando o preço de mercado se tornar superior

aos preços registrados é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento, a atualização do preço registrado, mediante requerimento devidamente instruído com a comprovação de fato superveniente que tenha ensejado a elevação dos preços que inviabilize o cumprimento das obrigações contidas na ata, desde que observados os seguintes requisitos:

I - a possibilidade da atualização dos preços registrados seja aventada pelo fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços;

II - a modificação seja substancial nas condições registradas, de forma que seja caracterizada alteração desproporcional entre os encargos do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços e da Administração Pública;

III - seja demonstrado nos autos a desatualização dos preços registrados, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que os preços registrados se tornaram inviáveis nas condições inicialmente pactuadas.

32.10. Hipóteses de Cancelamento da Ata de Registro de Preços:

32.10.1. O Decreto Estadual n. 28.874/2024, dispõe ainda no art. 136, sobre as hipóteses do cancelamento registro de preço, de fornecedor ou prestador de serviço:

I - for atestado o descumprimento das condições previstas na ata de registro de preços

II - o contrato ou documento equivalente não for firmado no prazo estabelecido pela Administração;

III - o fornecedor ou prestador de serviço registrado não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior aos preços praticados no mercado;

IV - estiverem presentes razões de interesse público; e

V - restar caracterizada a impossibilidade de concretização do objeto registrado em razão de caso fortuito ou força maior.

32.10.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador, após manifestação da fiscalização contratual.

32.10.3. O disposto no item anterior, poderá ser observado nas hipóteses de cancelamento do registro, sem prejuízo da prévia negociação para obtenção de condições mais vantajosas para a Administração.

32.11. Quantitativo Mínimo para cada Ordem de Fornecimento:

32.11.1. Em atendimento ao disposto no art. 121, inciso IV, do Decreto Estadual nº 28.874/2024 as solicitações de fornecimento poderão ser de no **mínimo 25% (vinte cinco por cento) das quantidades estimadas para cada item.**

33. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

33.1. Os materiais fornecidos deverão observar as normas ambientais vigentes, especialmente quanto à restrição ou limitação de substâncias nocivas ao meio ambiente, devendo tal conformidade ser comprovada, quando aplicável, por meio de certificados, laudos técnicos emitidos por laboratórios acreditados pelo INMETRO ou declaração do fabricante.

33.2. É de responsabilidade da Contratada o cumprimento integral da legislação ambiental aplicável, especialmente no que se refere ao controle de poluição e à adequada destinação de resíduos decorrentes do fornecimento dos bens.

33.3. A Contratada deverá adotar todas as medidas necessárias para evitar a ocorrência de danos ambientais durante a execução contratual, sendo responsável pela correção de eventuais impactos causados, inclusive quanto à reparação de passivos ambientais.

33.4. Deverão ser observadas, no que couber, as diretrizes estabelecidas na Instrução Normativa nº 1, de 19 de janeiro de 2010, bem como no Decreto Estadual nº 21.264/2016, especialmente no que se refere à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental nas contratações públicas.

33.5. Sempre que possível, os bens deverão:

a) ser acondicionados em embalagens com o menor volume possível, utilizando materiais recicláveis e adequados à proteção durante transporte e armazenamento;

b) ser constituídos, no todo ou em parte, por materiais reciclados, atóxicos ou biodegradáveis.

34. MEIOS DE COMUNICAÇÃO OFICIAL

34.1. **O principal meio de comunicação** entre a Administração e a empresa contratada será o **correio eletrônico (e-mail).**

34.2. A empresa contratada deverá informar, no momento da assinatura do contrato, o **endereço de e-mail institucional que será utilizado para fins de comunicação oficial, envio de notificações, solicitações e demais tratativas relativas à execução contratual.**

34.3. É de **responsabilidade exclusiva da contratada manter os canais de comunicação ativos e monitorados**, respondendo prontamente às notificações enviadas por meio dos contatos de **e-mail e WhatsApp** informados na proposta.

34.4. Como meio **complementar**, poderá ser utilizado o aplicativo de mensagens **WhatsApp**, devendo a contratada fornecer, no ato da assinatura do contrato, número de telefone celular com acesso ao referido aplicativo. As comunicações via WhatsApp terão caráter meramente auxiliar e **não substituem** os registros e formalizações exigidos por e-mail ou nos autos do processo administrativo.

34.5. A resposta às notificações encaminhadas pela Administração deverá ocorrer no prazo de **até 02 (dois) dias úteis**, garantindo a eficiência da comunicação e o cumprimento das obrigações acordadas.

34.6. Findo o prazo supracitado, e não havendo retorno da contratada, a comunicação será considerada como **recebida**. Cabe à contratada informar formalmente à contratante, **no prazo de até 02 (dois) dias úteis, qualquer alteração nos contatos de e-mail ou número de telefone previamente informados**.

35. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

35.1. Este Termo de Referência rege-se pelas disposições da Lei nº 14.133/2021, pela Instrução Normativa nº 5/2017/MPOG, no que couber, e demais normas aplicáveis, observando-se, subsidiariamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

35.2. Fica assegurado à Polícia Civil do Estado de Rondônia o direito de, no interesse da Administração, anular ou revogar o procedimento, a qualquer tempo, no todo ou em parte, mediante decisão devidamente fundamentada, com ciência aos interessados, nos termos da legislação vigente.

35.3. Até a formalização da contratação, poderá o licitante ser excluído do certame, sem direito à indenização, caso a Administração tenha conhecimento de fato superveniente que comprometa sua idoneidade ou capacidade técnica, econômica ou administrativa, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

35.4. Eventual tolerância da Administração quanto ao descumprimento de obrigações não implicará renúncia de direitos, nem poderá ser interpretada como aceitação, novação ou precedente.

35.5. Não serão aceitas alegações futuras de desconhecimento de fatos, condições ou especificações que impeçam ou dificultem a execução do objeto.

35.6. Não será admitida a apresentação de reivindicações adicionais de pagamento ou reajustamento de preços, salvo nos casos previstos em lei.

35.7. As omissões, dúvidas ou situações não previstas neste instrumento serão resolvidas pela Administração, com fundamento na legislação aplicável e nas disposições contratuais.

35.8. A publicação da Ata de Registro de Preços na imprensa oficial terá efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas na proposta vencedora.

35.9. Os produtos ofertados deverão atender às disposições da Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) e demais legislações pertinentes.

36. DOS ANEXOS

36.1. Integra o presente Termo de Referência, para todos os fins, o seguinte anexo:

ANEXO I – Minuta de Contrato (ID 71509513).

Porto Velho - RO, data da assinatura eletrônica.

Elaboração:

DOMINIQUE NICOLY FERREIRA

Agente de Polícia - Núcleo de Compras PC-NCP

Revisão:

ANDERSON FERNANDES MELO

Diretor de Administração e Finanças PC-DAF

Aprovação:

JEREMIAS MENDES DE SOUZA

Delegado-Geral da Polícia Civil do Estado de Rondônia – PC/RO

Presidente do Fundo Especial de Reequipamento Policial – FUNRESPOL



Documento assinado eletronicamente por **Dominique Nicoly Ferreira**, Agente, em 24/04/2026, às 10:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Anderson Fernandes Melo**, Diretor(a), em 24/04/2026, às 10:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **JEREMIAS MENDES DE SOUZA**, **Delegado(a) Geral de Polícia Civil**, em 24/04/2026, às 10:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **71500867** e o código CRC **10AD0E8E**.

Referência: Caso responda este Termo de Referência, indicar expressamente o Processo nº 0019.007148/2026-13

SEI nº 71500867



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Polícia Civil - PC
Núcleo de Compras - PC-NCP

SAMS

SOLICITAÇÃO DE AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E/OU SERVIÇOS

ÓRGÃO REQUISITANTE: Polícia Civil do Estado de Rondônia – PC/RO						
PROCESSO Nº: 0019.007148/2026-13						
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 15003						
OBJETO: Contratação de empresa(s) especializada(s) para o fornecimento contínuo de gás liquefeito de petróleo (GLP), acondicionado em botijões de 13 kg, e de água mineral em vasilhames de 20 (vinte) litros, destinados ao atendimento das demandas das unidades da Polícia Civil do Estado de Rondônia.						

LOTE 01 - NOVA MUTUM

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTITATIVO TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	VALOR TOTAL DO LOTE
1	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) (GÁS DE COZINHA), acondicionado em botija de 13 kg, em forma de troca, utilizado em fogões convencionais ou industriais. Fabricado segundo a Norma NBR 8460 da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Possui dispositivo de segurança de acordo com a Norma ABNT NBR 8614 que, em caso de aumento da pressão interna, libera o GLP, impedindo que ocorra uma explosão do vasilhame. Dispositivo de segurança: plugue fusível. Padrão da válvula: Norma ABNT NBR 8614.	BOTIJA	4			

2	ÁGUA MINERAL NATURAL, acondicionada em embalagem retornável (garraão) de 20 litros, em plástico higiênico, com protetor na parte superior e lacre de segurança personalizado pelo fabricante.	GARRAFÃO	144			
LOTE 02 - EXTREMA						
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL MÁXIMO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	VALOR TOTAL DO LOTE
3	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) (GÁS DE COZINHA), acondicionado em botija de 13 kg, em forma de troca, utilizado em fogões convencionais ou industriais. Fabricado segundo a Norma NBR 8460 da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Possui dispositivo de segurança de acordo com a Norma ABNT NBR 8614 que, em caso de aumento da pressão interna, libera o GLP, impedindo que ocorra uma explosão do vasilhame. Dispositivo de segurança: plugue fusível. Padrão da válvula: Norma ABNT NBR 8614.	BOTIJA	4			
4	ÁGUA MINERAL NATURAL, acondicionada em embalagem retornável (garraão) de 20 litros, em plástico higiênico, com protetor na parte superior e lacre de segurança personalizado pelo fabricante.	GARRAFÃO	168			
LOTE 03 - GUAJARÁ-MIRIM						
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTITATIVO TOTAL MÁXIMO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	VALOR TOTAL DO LOTE

5	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) (GÁS DE COZINHA), acondicionado em botija de 13 kg, em forma de troca, utilizado em fogões convencionais ou industriais. Fabricado segundo a Norma NBR 8460 da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Possui dispositivo de segurança de acordo com a Norma ABNT NBR 8614 que, em caso de aumento da pressão interna, libera o GLP, impedindo que ocorra uma explosão do vasilhame. Dispositivo de segurança: plugue fusível. Padrão da válvula: Norma ABNT NBR 8614.	BOTIJA	22			
6	ÁGUA MINERAL NATURAL, acondicionada em embalagem retornável (garrafão) de 20 litros, em plástico higiênico, com protetor na parte superior e lacre de segurança personalizado pelo fabricante.	GARRAFÃO	1116			
LOTE 04 - NOVA MAMORÉ						
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL MÁXIMO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	VALOR TOTAL DO LOTE

7	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) (GÁS DE COZINHA), acondicionado em botija de 13 kg, em forma de troca, utilizado em fogões convencionais ou industriais. Fabricado segundo a Norma NBR 8460 da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Possui dispositivo de segurança de acordo com a Norma ABNT NBR 8614 que, em caso de aumento da pressão interna, libera o GLP, impedindo que ocorra uma explosão do vasilhame. Dispositivo de segurança: plugue fusível. Padrão da válvula: Norma ABNT NBR 8614.	BOTIJA	6			
8	ÁGUA MINERAL NATURAL, acondicionada em embalagem retornável (garrafão) de 20 litros, em plástico higiênico, com protetor na parte superior e lacre de segurança personalizado pelo fabricante.	GARRAFÃO	348			
LOTE 05 - ARIQUEMES						
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL MÁXIMO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	VALOR TOTAL DO LOTE

9	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) (GÁS DE COZINHA), acondicionado em botija de 13 kg, em forma de troca, utilizado em fogões convencionais ou industriais. Fabricado segundo a Norma NBR 8460 da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Possui dispositivo de segurança de acordo com a Norma ABNT NBR 8614 que, em caso de aumento da pressão interna, libera o GLP, impedindo que ocorra uma explosão do vasilhame. Dispositivo de segurança: plugue fusível. Padrão da válvula: Norma ABNT NBR 8614.	BOTIJA	10			
10	ÁGUA MINERAL NATURAL, acondicionada em embalagem retornável (garrafão) de 20 litros, em plástico higiênico, com protetor na parte superior e lacre de segurança personalizado pelo fabricante.	GARRAFÃO	2184			
LOTE 06 - BURITIS						
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTITATIVO TOTAL MÁXIMO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	VALOR TOTAL DO LOTE

11	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) (GÁS DE COZINHA), acondicionado em botija de 13 kg, em forma de troca, utilizado em fogões convencionais ou industriais. Fabricado segundo a Norma NBR 8460 da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Possui dispositivo de segurança de acordo com a Norma ABNT NBR 8614 que, em caso de aumento da pressão interna, libera o GLP, impedindo que ocorra uma explosão do vasilhame. Dispositivo de segurança: plugue fusível. Padrão da válvula: Norma ABNT NBR 8614.	BOTIJA	4			
12	ÁGUA MINERAL NATURAL, acondicionada em embalagem retornável (garrafão) de 20 litros, em plástico higiênico, com protetor na parte superior e lacre de segurança personalizado pelo fabricante.	GARRAFÃO	264			
LOTE 07 - CUJUBIM						
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTITATIVO TOTAL MÁXIMO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	VALOR TOTAL DO LOTE

13	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) (GÁS DE COZINHA), acondicionado em botija de 13 kg, em forma de troca, utilizado em fogões convencionais ou industriais. Fabricado segundo a Norma NBR 8460 da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Possui dispositivo de segurança de acordo com a Norma ABNT NBR 8614 que, em caso de aumento da pressão interna, libera o GLP, impedindo que ocorra uma explosão do vasilhame. Dispositivo de segurança: plugue fusível. Padrão da válvula: Norma ABNT NBR 8614.	BOTIJA	4			
14	ÁGUA MINERAL NATURAL, acondicionada em embalagem retornável (garrafão) de 20 litros, em plástico higiênico, com protetor na parte superior e lacre de segurança personalizado pelo fabricante.	GARRAFÃO	264			
LOTE 08 - MONTE NEGRO						
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTITATIVO TOTAL MÁXIMO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	VALOR TOTAL DO LOTE

15	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) (GÁS DE COZINHA), acondicionado em botija de 13 kg, em forma de troca, utilizado em fogões convencionais ou industriais. Fabricado segundo a Norma NBR 8460 da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Possui dispositivo de segurança de acordo com a Norma ABNT NBR 8614 que, em caso de aumento da pressão interna, libera o GLP, impedindo que ocorra uma explosão do vasilhame. Dispositivo de segurança: plugue fusível. Padrão da válvula: Norma ABNT NBR 8614.	BOTIJA	4			
16	ÁGUA MINERAL NATURAL, acondicionada em embalagem retornável (garrafão) de 20 litros, em plástico higiênico, com protetor na parte superior e lacre de segurança personalizado pelo fabricante.	GARRAFÃO	132			
LOTE 09 - ALTO PARAÍSO						
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTITATIVO TOTAL MÁXIMO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	VALOR TOTAL DO LOTE

17	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) (GÁS DE COZINHA), acondicionado em botija de 13 kg, em forma de troca, utilizado em fogões convencionais ou industriais. Fabricado segundo a Norma NBR 8460 da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Possui dispositivo de segurança de acordo com a Norma ABNT NBR 8614 que, em caso de aumento da pressão interna, libera o GLP, impedindo que ocorra uma explosão do vasilhame. Dispositivo de segurança: plugue fusível. Padrão da válvula: Norma ABNT NBR 8614.	BOTIJA	4			
18	ÁGUA MINERAL NATURAL, acondicionada em embalagem retornável (garrafão) de 20 litros, em plástico higiênico, com protetor na parte superior e lacre de segurança personalizado pelo fabricante.	GARRAFÃO	132			
LOTE 10 - JARU						
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTITATIVO TOTAL MÁXIMO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	VALOR TOTAL DO LOTE

19	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) (GÁS DE COZINHA), acondicionado em botija de 13 kg, em forma de troca, utilizado em fogões convencionais ou industriais. Fabricado segundo a Norma NBR 8460 da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Possui dispositivo de segurança de acordo com a Norma ABNT NBR 8614 que, em caso de aumento da pressão interna, libera o GLP, impedindo que ocorra uma explosão do vasilhame. Dispositivo de segurança: plugue fusível. Padrão da válvula: Norma ABNT NBR 8614.	BOTIJA	14			
20	ÁGUA MINERAL NATURAL, acondicionada em embalagem retornável (garrafão) de 20 litros, em plástico higiênico, com protetor na parte superior e lacre de segurança personalizado pelo fabricante.	GARRAFÃO	612			
LOTE 11 - MACHADINHO DO OESTE						
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTITATIVO TOTAL MÁXIMO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	VALOR TOTAL DO LOTE

21	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) (GÁS DE COZINHA), acondicionado em botija de 13 kg, em forma de troca, utilizado em fogões convencionais ou industriais. Fabricado segundo a Norma NBR 8460 da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Possui dispositivo de segurança de acordo com a Norma ABNT NBR 8614 que, em caso de aumento da pressão interna, libera o GLP, impedindo que ocorra uma explosão do vasilhame. Dispositivo de segurança: plugue fusível. Padrão da válvula: Norma ABNT NBR 8614.	BOTIJA	4			
22	ÁGUA MINERAL NATURAL, acondicionada em embalagem retornável (garraão) de 20 litros, em plástico higiênico, com protetor na parte superior e lacre de segurança personalizado pelo fabricante.	GARRAFÃO	288			
LOTE 12 - JI-PARANÁ						
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTITATIVO TOTAL MÁXIMO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	VALOR TOTAL DO LOTE

23	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) (GÁS DE COZINHA), acondicionado em botija de 13 kg, em forma de troca, utilizado em fogões convencionais ou industriais. Fabricado segundo a Norma NBR 8460 da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Possui dispositivo de segurança de acordo com a Norma ABNT NBR 8614 que, em caso de aumento da pressão interna, libera o GLP, impedindo que ocorra uma explosão do vasilhame. Dispositivo de segurança: plugue fusível. Padrão da válvula: Norma ABNT NBR 8614.	BOTIJA	22			
24	ÁGUA MINERAL NATURAL, acondicionada em embalagem retornável (garrafão) de 20 litros, em plástico higiênico, com protetor na parte superior e lacre de segurança personalizado pelo fabricante.	GARRAFÃO	1248			
LOTE 13 - OURO PRETO DO OESTE						
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTITATIVO TOTAL MÁXIMO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	VALOR TOTAL DO LOTE

25	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) (GÁS DE COZINHA), acondicionado em botija de 13 kg, em forma de troca, utilizado em fogões convencionais ou industriais. Fabricado segundo a Norma NBR 8460 da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Possui dispositivo de segurança de acordo com a Norma ABNT NBR 8614 que, em caso de aumento da pressão interna, libera o GLP, impedindo que ocorra uma explosão do vasilhame. Dispositivo de segurança: plugue fusível. Padrão da válvula: Norma ABNT NBR 8614.	BOTIJA	4			
26	ÁGUA MINERAL NATURAL, acondicionada em embalagem retornável (garrafão) de 20 litros, em plástico higiênico, com protetor na parte superior e lacre de segurança personalizado pelo fabricante.	GARRAFÃO	216			
LOTE 14 - MIRANTE DA SERRA						
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTITATIVO TOTAL MÁXIMO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	VALOR TOTAL DO LOTE

27	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) (GÁS DE COZINHA), acondicionado em botija de 13 kg, em forma de troca, utilizado em fogões convencionais ou industriais. Fabricado segundo a Norma NBR 8460 da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Possui dispositivo de segurança de acordo com a Norma ABNT NBR 8614 que, em caso de aumento da pressão interna, libera o GLP, impedindo que ocorra uma explosão do vasilhame. Dispositivo de segurança: plugue fusível. Padrão da válvula: Norma ABNT NBR 8614.	BOTIJA	4			
28	ÁGUA MINERAL NATURAL, acondicionada em embalagem retornável (garrafão) de 20 litros, em plástico higiênico, com protetor na parte superior e lacre de segurança personalizado pelo fabricante.	GARRAFÃO	132			
LOTE 15 - PRESIDENTE MÉDICI						
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTITATIVO TOTAL MÁXIMO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	VALOR TOTAL DO LOTE

29	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) (GÁS DE COZINHA), acondicionado em botija de 13 kg, em forma de troca, utilizado em fogões convencionais ou industriais. Fabricado segundo a Norma NBR 8460 da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Possui dispositivo de segurança de acordo com a Norma ABNT NBR 8614 que, em caso de aumento da pressão interna, libera o GLP, impedindo que ocorra uma explosão do vasilhame. Dispositivo de segurança: plugue fusível. Padrão da válvula: Norma ABNT NBR 8614.	BOTIJA	4			
30	ÁGUA MINERAL NATURAL, acondicionada em embalagem retornável (garrafão) de 20 litros, em plástico higiênico, com protetor na parte superior e lacre de segurança personalizado pelo fabricante.	GARRAFÃO	480			
LOTE 16 - SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ						
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTITATIVO TOTAL MÁXIMO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	VALOR TOTAL DO LOTE

31	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) (GÁS DE COZINHA), acondicionado em botija de 13 kg, em forma de troca, utilizado em fogões convencionais ou industriais. Fabricado segundo a Norma NBR 8460 da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Possui dispositivo de segurança de acordo com a Norma ABNT NBR 8614 que, em caso de aumento da pressão interna, libera o GLP, impedindo que ocorra uma explosão do vasilhame. Dispositivo de segurança: plugue fusível. Padrão da válvula: Norma ABNT NBR 8614.	BOTIJA	14			
32	ÁGUA MINERAL NATURAL, acondicionada em embalagem retornável (garrafão) de 20 litros, em plástico higiênico, com protetor na parte superior e lacre de segurança personalizado pelo fabricante.	GARRAFÃO	648			
LOTE 17 - URUPÁ						
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTITATIVO TOTAL MÁXIMO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	VALOR TOTAL DO LOTE

33	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) (GÁS DE COZINHA), acondicionado em botija de 13 kg, em forma de troca, utilizado em fogões convencionais ou industriais. Fabricado segundo a Norma NBR 8460 da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Possui dispositivo de segurança de acordo com a Norma ABNT NBR 8614 que, em caso de aumento da pressão interna, libera o GLP, impedindo que ocorra uma explosão do vasilhame. Dispositivo de segurança: plugue fusível. Padrão da válvula: Norma ABNT NBR 8614.	BOTIJA	3			
34	ÁGUA MINERAL NATURAL, acondicionada em embalagem retornável (garrafão) de 20 litros, em plástico higiênico, com protetor na parte superior e lacre de segurança personalizado pelo fabricante.	GARRAFÃO	168			
LOTE 18 - SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ						
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTITATIVO TOTAL MÁXIMO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	VALOR TOTAL DO LOTE

35	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) (GÁS DE COZINHA), acondicionado em botija de 13 kg, em forma de troca, utilizado em fogões convencionais ou industriais. Fabricado segundo a Norma NBR 8460 da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Possui dispositivo de segurança de acordo com a Norma ABNT NBR 8614 que, em caso de aumento da pressão interna, libera o GLP, impedindo que ocorra uma explosão do vasilhame. Dispositivo de segurança: plugue fusível. Padrão da válvula: Norma ABNT NBR 8614.	BOTIJA	3			
36	ÁGUA MINERAL NATURAL, acondicionada em embalagem retornável (garrafão) de 20 litros, em plástico higiênico, com protetor na parte superior e lacre de segurança personalizado pelo fabricante.	GARRAFÃO	288			
LOTE 19 - COSTA MARQUES						
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTITATIVO TOTAL MÁXIMO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	VALOR TOTAL DO LOTE

37	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) (GÁS DE COZINHA), acondicionado em botija de 13 kg, em forma de troca, utilizado em fogões convencionais ou industriais. Fabricado segundo a Norma NBR 8460 da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Possui dispositivo de segurança de acordo com a Norma ABNT NBR 8614 que, em caso de aumento da pressão interna, libera o GLP, impedindo que ocorra uma explosão do vasilhame. Dispositivo de segurança: plugue fusível. Padrão da válvula: Norma ABNT NBR 8614.	BOTIJA	4			
38	ÁGUA MINERAL NATURAL, acondicionada em embalagem retornável (garrafão) de 20 litros, em plástico higiênico, com protetor na parte superior e lacre de segurança personalizado pelo fabricante.	GARRAFÃO	348			
LOTE 20 - ALVORADA DO OESTE						
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTITATIVO TOTAL MÁXIMO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	VALOR TOTAL DO LOTE

39	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) (GÁS DE COZINHA), acondicionado em botija de 13 kg, em forma de troca, utilizado em fogões convencionais ou industriais. Fabricado segundo a Norma NBR 8460 da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Possui dispositivo de segurança de acordo com a Norma ABNT NBR 8614 que, em caso de aumento da pressão interna, libera o GLP, impedindo que ocorra uma explosão do vasilhame. Dispositivo de segurança: plugue fusível. Padrão da válvula: Norma ABNT NBR 8614.	BOTIJA	6			
40	ÁGUA MINERAL NATURAL, acondicionada em embalagem retornável (garrafão) de 20 litros, em plástico higiênico, com protetor na parte superior e lacre de segurança personalizado pelo fabricante.	GARRAFÃO	288			
LOTE 21 - SERINGUEIRAS						
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTITATIVO TOTAL MÁXIMO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	VALOR TOTAL DO LOTE

41	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) (GÁS DE COZINHA), acondicionado em botija de 13 kg, em forma de troca, utilizado em fogões convencionais ou industriais. Fabricado segundo a Norma NBR 8460 da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Possui dispositivo de segurança de acordo com a Norma ABNT NBR 8614 que, em caso de aumento da pressão interna, libera o GLP, impedindo que ocorra uma explosão do vasilhame. Dispositivo de segurança: plugue fusível. Padrão da válvula: Norma ABNT NBR 8614.	BOTIJA	4			
42	ÁGUA MINERAL NATURAL, acondicionada em embalagem retornável (garrafão) de 20 litros, em plástico higiênico, com protetor na parte superior e lacre de segurança personalizado pelo fabricante.	GARRAFÃO	132			
LOTE 22 - CACOAL						
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTITATIVO TOTAL MÁXIMO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	VALOR TOTAL DO LOTE

43	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) (GÁS DE COZINHA), acondicionado em botija de 13 kg, em forma de troca, utilizado em fogões convencionais ou industriais. Fabricado segundo a Norma NBR 8460 da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Possui dispositivo de segurança de acordo com a Norma ABNT NBR 8614 que, em caso de aumento da pressão interna, libera o GLP, impedindo que ocorra uma explosão do vasilhame. Dispositivo de segurança: plugue fusível. Padrão da válvula: Norma ABNT NBR 8614.	BOTIJA	22			
44	ÁGUA MINERAL NATURAL, acondicionada em embalagem retornável (garrafão) de 20 litros, em plástico higiênico, com protetor na parte superior e lacre de segurança personalizado pelo fabricante.	GARRAFÃO	1296			
LOTE 23 - PIMENTA BUENO						
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTITATIVO TOTAL MÁXIMO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	VALOR TOTAL DO LOTE

45	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) (GÁS DE COZINHA), acondicionado em botija de 13 kg, em forma de troca, utilizado em fogões convencionais ou industriais. Fabricado segundo a Norma NBR 8460 da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Possui dispositivo de segurança de acordo com a Norma ABNT NBR 8614 que, em caso de aumento da pressão interna, libera o GLP, impedindo que ocorra uma explosão do vasilhame. Dispositivo de segurança: plugue fusível. Padrão da válvula: Norma ABNT NBR 8614.	BOTIJA	6			
46	ÁGUA MINERAL NATURAL, acondicionada em embalagem retornável (garrafão) de 20 litros, em plástico higiênico, com protetor na parte superior e lacre de segurança personalizado pelo fabricante.	GARRAFÃO	420			
LOTE 24 - ESPIGÃO DO OESTE						
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTITATIVO TOTAL MÁXIMO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	VALOR TOTAL DO LOTE

47	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) (GÁS DE COZINHA), acondicionado em botija de 13 kg, em forma de troca, utilizado em fogões convencionais ou industriais. Fabricado segundo a Norma NBR 8460 da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Possui dispositivo de segurança de acordo com a Norma ABNT NBR 8614 que, em caso de aumento da pressão interna, libera o GLP, impedindo que ocorra uma explosão do vasilhame. Dispositivo de segurança: plugue fusível. Padrão da válvula: Norma ABNT NBR 8614.	BOTIJA	4			
48	ÁGUA MINERAL NATURAL, acondicionada em embalagem retornável (garrafão) de 20 litros, em plástico higiênico, com protetor na parte superior e lacre de segurança personalizado pelo fabricante.	GARRAFÃO	348			
LOTE 25 - MINISTRO ANDREAZZA						
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTITATIVO TOTAL MÁXIMO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	VALOR TOTAL DO LOTE

49	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) (GÁS DE COZINHA), acondicionado em botija de 13 kg, em forma de troca, utilizado em fogões convencionais ou industriais. Fabricado segundo a Norma NBR 8460 da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Possui dispositivo de segurança de acordo com a Norma ABNT NBR 8614 que, em caso de aumento da pressão interna, libera o GLP, impedindo que ocorra uma explosão do vasilhame. Dispositivo de segurança: plugue fusível. Padrão da válvula: Norma ABNT NBR 8614.	BOTIJA	6			
50	ÁGUA MINERAL NATURAL, acondicionada em embalagem retornável (garrafão) de 20 litros, em plástico higiênico, com protetor na parte superior e lacre de segurança personalizado pelo fabricante.	GARRAFÃO	264			
LOTE 26 - VILHENA						
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTITATIVO TOTAL MÁXIMO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	VALOR TOTAL DO LOTE

51	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) (GÁS DE COZINHA), acondicionado em botija de 13 kg, em forma de troca, utilizado em fogões convencionais ou industriais. Fabricado segundo a Norma NBR 8460 da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Possui dispositivo de segurança de acordo com a Norma ABNT NBR 8614 que, em caso de aumento da pressão interna, libera o GLP, impedindo que ocorra uma explosão do vasilhame. Dispositivo de segurança: plugue fusível. Padrão da válvula: Norma ABNT NBR 8614.	BOTIJA	18			
52	ÁGUA MINERAL NATURAL, acondicionada em embalagem retornável (garrafão) de 20 litros, em plástico higiênico, com protetor na parte superior e lacre de segurança personalizado pelo fabricante.	GARRAFÃO	1272			
LOTE 27 - COLORADO DO OESTE						
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTITATIVO TOTAL MÁXIMO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	VALOR TOTAL DO LOTE

53	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) (GÁS DE COZINHA), acondicionado em botija de 13 kg, em forma de troca, utilizado em fogões convencionais ou industriais. Fabricado segundo a Norma NBR 8460 da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Possui dispositivo de segurança de acordo com a Norma ABNT NBR 8614 que, em caso de aumento da pressão interna, libera o GLP, impedindo que ocorra uma explosão do vasilhame. Dispositivo de segurança: plugue fusível. Padrão da válvula: Norma ABNT NBR 8614.	BOTIJA	6			
54	ÁGUA MINERAL NATURAL, acondicionada em embalagem retornável (garrafão) de 20 litros, em plástico higiênico, com protetor na parte superior e lacre de segurança personalizado pelo fabricante.	GARRAFÃO	216			
LOTE 28 - CEREJEIRAS						
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTITATIVO TOTAL MÁXIMO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	VALOR TOTAL DO LOTE

55	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) (GÁS DE COZINHA), acondicionado em botija de 13 kg, em forma de troca, utilizado em fogões convencionais ou industriais. Fabricado segundo a Norma NBR 8460 da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Possui dispositivo de segurança de acordo com a Norma ABNT NBR 8614 que, em caso de aumento da pressão interna, libera o GLP, impedindo que ocorra uma explosão do vasilhame. Dispositivo de segurança: plugue fusível. Padrão da válvula: Norma ABNT NBR 8614.	BOTIJA	4			
56	ÁGUA MINERAL NATURAL, acondicionada em embalagem retornável (garrafão) de 20 litros, em plástico higiênico, com protetor na parte superior e lacre de segurança personalizado pelo fabricante.	GARRAFÃO	204			
LOTE 29 - ROLIM DE MOURA						
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTITATIVO TOTAL MÁXIMO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	VALOR TOTAL DO LOTE

57	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) (GÁS DE COZINHA), acondicionado em botija de 13 kg, em forma de troca, utilizado em fogões convencionais ou industriais. Fabricado segundo a Norma NBR 8460 da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Possui dispositivo de segurança de acordo com a Norma ABNT NBR 8614 que, em caso de aumento da pressão interna, libera o GLP, impedindo que ocorra uma explosão do vasilhame. Dispositivo de segurança: plugue fusível. Padrão da válvula: Norma ABNT NBR 8614.	BOTIJA	16			
58	ÁGUA MINERAL NATURAL, acondicionada em embalagem retornável (garrafão) de 20 litros, em plástico higiênico, com protetor na parte superior e lacre de segurança personalizado pelo fabricante.	GARRAFÃO	792			
LOTE 30 - ALTA FLORESTA DO OESTE						
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTITATIVO TOTAL MÁXIMO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	VALOR TOTAL DO LOTE

59	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) (GÁS DE COZINHA), acondicionado em botija de 13 kg, em forma de troca, utilizado em fogões convencionais ou industriais. Fabricado segundo a Norma NBR 8460 da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Possui dispositivo de segurança de acordo com a Norma ABNT NBR 8614 que, em caso de aumento da pressão interna, libera o GLP, impedindo que ocorra uma explosão do vasilhame. Dispositivo de segurança: plugue fusível. Padrão da válvula: Norma ABNT NBR 8614.	BOTIJA	4			
60	ÁGUA MINERAL NATURAL, acondicionada em embalagem retornável (garrafão) de 20 litros, em plástico higiênico, com protetor na parte superior e lacre de segurança personalizado pelo fabricante.	GARRAFÃO	288			
LOTE 31 - NOVA BRASILÂNDIA DO OESTE						
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTITATIVO ANUAL TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	VALOR TOTAL DO LOTE

61	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) (GÁS DE COZINHA), acondicionado em botija de 13 kg, em forma de troca, utilizado em fogões convencionais ou industriais. Fabricado segundo a Norma NBR 8460 da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Possui dispositivo de segurança de acordo com a Norma ABNT NBR 8614 que, em caso de aumento da pressão interna, libera o GLP, impedindo que ocorra uma explosão do vasilhame. Dispositivo de segurança: plugue fusível. Padrão da válvula: Norma ABNT NBR 8614.	BOTIJA	4			
62	ÁGUA MINERAL NATURAL, acondicionada em embalagem retornável (garrafão) de 20 litros, em plástico higiênico, com protetor na parte superior e lacre de segurança personalizado pelo fabricante.	GARRAFÃO	288			
LOTE 32 - SANTA LUZIA DO OESTE						
ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTITATIVO ANUAL TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	VALOR TOTAL DO LOTE

63	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) (GÁS DE COZINHA), acondicionado em botija de 13 kg, em forma de troca, utilizado em fogões convencionais ou industriais. Fabricado segundo a Norma NBR 8460 da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Possui dispositivo de segurança de acordo com a Norma ABNT NBR 8614 que, em caso de aumento da pressão interna, libera o GLP, impedindo que ocorra uma explosão do vasilhame. Dispositivo de segurança: plugue fusível. Padrão da válvula: Norma ABNT NBR 8614.	BOTIJA	4			
64	ÁGUA MINERAL NATURAL, acondicionada em embalagem retornável (garrafão) de 20 litros, em plástico higiênico, com protetor na parte superior e lacre de segurança personalizado pelo fabricante.	GARRAFÃO	348			
DADOS DA PROPOSTA		INFORMAÇÕES GERAIS		DADOS BANCÁRIOS		
VALOR TOTAL (R\$):		LOCAL:		BANCO:		
		DATA:				
		TELEFONE:		AGÊNCIA:		
VALIDADE:		E-MAIL:		CONTA CORRENTE:		
CARIMBO DA EMPRESA (CNPJ)		ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PELA COTAÇÃO DA EMPRESA		SERVIDOR DA ADM. PÚBLICA RESPONSÁVEL PELA COTAÇÃO		

CLAUDIONOR SOARES MUNIZ
Delegado-Geral Adjunto
Polícia Civil do Estado de Rondônia – PC/RO



Documento assinado eletronicamente por **Claudionor Soares Muniz, Delegado(a) Geral de Polícia Civil**, em 08/04/2026, às 13:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **70849206** e o código CRC **3ADFBAD3**.

Referência: Caso responda este(a) SAMS, indicar expressamente o Processo nº 0019.007148/2026-13

SEI nº 70849206

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT.(A)	QUANT. DEST. EXCLUSIVA-COTA ME/EPP (B)	QUANT. DEST. AMPLA CONCORRÊNCIA (C) - [A-B]	BANCO DE PREÇOS 1	BANCO DE PREÇOS 2	BANCO DE PREÇOS 3	BANCO DE PREÇOS 4	BANCO DE PREÇOS 5	TOP GAS E DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS	PREÇO MÍNIMO (D)	PREÇO MÉDIO (E)	PREÇO MEDIANO (F)	DESVIO PADRÃO	COEFICIENTE DE VARIAÇÃO	PARÂMETRO UTILIZADO (MÍNIMO/MÉDIO)	SUBTOTAL EXCLUSIVO-COTA ME/EPP (F) - [B X D]	SUBTOTAL AMPLA CONCORRÊNCIA (G) - [C X E]	SUBTOTAL GERAL [F + G]
LOTE 1 - NOVA MUTUM																				
1	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) (GÁS DE COZINHA), acondicionado em botija de 13 kg, em forma de troca, utilizado em fogões convencionais ou industriais. Fabricado segundo a Norma NBR 8460 da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Possui dispositivo de segurança de acordo com a Norma ABNT NBR 8614 que, em caso de aumento da pressão interna, libera o GLP, impedindo que ocorra uma explosão do vasilhame. Dispositivo de segurança: plugue fusível. Padrão da válvula: Norma ABNT NBR 8614.	BOTIJA	4	4	NÃO APLICÁVEL	R\$ 145,00	R\$ 146,66	R\$ 149,70	R\$ 159,00	R\$ 160,00	NC	R\$ 145,00	R\$ 152,07	R\$ 149,70	7,00	4,60%	MÉDIO	R\$ 608,28	-	R\$ 608,28
2	ÁGUA MINERAL NATURAL, acondicionada em embalagem retornável (garraão) de 20 litros, em plástico higiênico, com protetor na parte superior e lacre de segurança personalizado pelo fabricante.	GARRAÇÃO	144	144	NÃO APLICÁVEL	R\$ 14,98	R\$ 15,00	R\$ 15,60	R\$ 15,72	NC	NC	R\$ 14,98	R\$ 15,33	R\$ 15,30	0,39	2,54%	MÉDIO	R\$ 2.207,52	-	R\$ 2.207,52
VALOR DO LOTE 1																				R\$ 2.815,80
LOTE 2 - EXTREMA																				
3	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) (GÁS DE COZINHA), acondicionado em botija de 13 kg, em forma de troca, utilizado em fogões convencionais ou industriais. Fabricado segundo a Norma NBR 8460 da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Possui dispositivo de segurança de acordo com a Norma ABNT NBR 8614 que, em caso de aumento da pressão interna, libera o GLP, impedindo que ocorra uma explosão do vasilhame. Dispositivo de segurança: plugue fusível. Padrão da válvula: Norma ABNT NBR 8614.	BOTIJA	4	4	NÃO APLICÁVEL	R\$ 145,00	R\$ 146,66	R\$ 149,70	R\$ 159,00	R\$ 160,00	NC	R\$ 145,00	R\$ 152,07	R\$ 149,70	7,00	4,60%	MÉDIO	R\$ 608,28	-	R\$ 608,28
4	ÁGUA MINERAL NATURAL, acondicionada em embalagem retornável (garraão) de 20 litros, em plástico higiênico, com protetor na parte superior e lacre de segurança personalizado pelo fabricante.	GARRAÇÃO	168	168	NÃO APLICÁVEL	R\$ 14,98	R\$ 15,00	R\$ 15,60	R\$ 15,72	NC	NC	R\$ 14,98	R\$ 15,33	R\$ 15,30	0,39	2,54%	MÉDIO	R\$ 2.575,44	-	R\$ 2.575,44
VALOR DO LOTE 2																				R\$ 3.183,72
LOTE 3 - GUAJARÁ-MIRIM																				
5	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) (GÁS DE COZINHA), acondicionado em botija de 13 kg, em forma de troca, utilizado em fogões convencionais ou industriais. Fabricado segundo a Norma NBR 8460 da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Possui dispositivo de segurança de acordo com a Norma ABNT NBR 8614 que, em caso de aumento da pressão interna, libera o GLP, impedindo que ocorra uma explosão do vasilhame. Dispositivo de segurança: plugue fusível. Padrão da válvula: Norma ABNT NBR 8614.	BOTIJA	22	22	NÃO APLICÁVEL	R\$ 145,00	R\$ 146,66	R\$ 149,70	R\$ 159,00	R\$ 160,00	NC	R\$ 145,00	R\$ 152,07	R\$ 149,70	7,00	4,60%	MÉDIO	R\$ 3.345,54	-	R\$ 3.345,54
6	ÁGUA MINERAL NATURAL, acondicionada em embalagem retornável (garraão) de 20 litros, em plástico higiênico, com protetor na parte superior e lacre de segurança personalizado pelo fabricante.	GARRAÇÃO	1116	1.116	NÃO APLICÁVEL	R\$ 14,98	R\$ 15,00	R\$ 15,60	R\$ 15,72	NC	NC	R\$ 14,98	R\$ 15,33	R\$ 15,30	0,39	2,54%	MÉDIO	R\$ 17.108,28	-	R\$ 17.108,28
VALOR DO LOTE 3																				R\$ 20.453,82
LOTE 4 - NOVA MAMORÉ																				
7	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) (GÁS DE COZINHA), acondicionado em botija de 13 kg, em forma de troca, utilizado em fogões convencionais ou industriais. Fabricado segundo a Norma NBR 8460 da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Possui dispositivo de segurança de acordo com a Norma ABNT NBR 8614 que, em caso de aumento da pressão interna, libera o GLP, impedindo que ocorra uma explosão do vasilhame. Dispositivo de segurança: plugue fusível. Padrão da válvula: Norma ABNT NBR 8614.	BOTIJA	6	6	NÃO APLICÁVEL	R\$ 145,00	R\$ 146,66	R\$ 149,70	R\$ 159,00	R\$ 160,00	NC	R\$ 145,00	R\$ 152,07	R\$ 149,70	7,00	4,60%	MÉDIO	R\$ 912,42	-	R\$ 912,42

8	ÁGUA MINERAL NATURAL, acondicionada em embalagem retornável (garrafão) de 20 litros, em plástico higiênico, com protetor na parte superior e lacre de segurança personalizado pelo fabricante.	GARRAFÃO	348	348	NÃO APLICÁVEL	R\$ 14,98	R\$ 15,00	R\$ 15,60	R\$ 15,72	NC	NC	R\$ 14,98	R\$ 15,33	R\$ 15,30	0,39	2,54%	MÉDIO	R\$ 5.334,84	-	R\$ 5.334,84
VALOR DO LOTE 4																				R\$ 6.247,26
LOTE 5 - ARIQUEMES																				
9	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) (GÁS DE COZINHA), acondicionado em botija de 13 kg, em forma de troca, utilizado em fogões convencionais ou industriais. Fabricado segundo a Norma NBR 8460 da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Possui dispositivo de segurança de acordo com a Norma ABNT NBR 8614 que, em caso de aumento da pressão interna, libera o GLP, impedindo que ocorra uma explosão do vasilhame. Dispositivo de segurança: plugue fusível. Padrão da válvula: Norma ABNT NBR 8614.	BOTIJA	10	10	NÃO APLICÁVEL	R\$ 145,00	R\$ 146,66	R\$ 149,70	R\$ 159,00	R\$ 160,00	NC	R\$ 145,00	R\$ 152,07	R\$ 149,70	7,00	4,60%	MÉDIO	R\$ 1.520,70	-	R\$ 1.520,70
10	ÁGUA MINERAL NATURAL, acondicionada em embalagem retornável (garrafão) de 20 litros, em plástico higiênico, com protetor na parte superior e lacre de segurança personalizado pelo fabricante.	GARRAFÃO	2184	2.184	NÃO APLICÁVEL	R\$ 14,98	R\$ 15,00	R\$ 15,60	R\$ 15,72	NC	NC	R\$ 14,98	R\$ 15,33	R\$ 15,30	0,39	2,54%	MÉDIO	R\$ 33.480,72	-	R\$ 33.480,72
VALOR DO LOTE 5																				R\$ 35.001,42
LOTE 6 - BURITIS																				
11	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) (GÁS DE COZINHA), acondicionado em botija de 13 kg, em forma de troca, utilizado em fogões convencionais ou industriais. Fabricado segundo a Norma NBR 8460 da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Possui dispositivo de segurança de acordo com a Norma ABNT NBR 8614 que, em caso de aumento da pressão interna, libera o GLP, impedindo que ocorra uma explosão do vasilhame. Dispositivo de segurança: plugue fusível. Padrão da válvula: Norma ABNT NBR 8614.	BOTIJA	4	4	NÃO APLICÁVEL	R\$ 145,00	R\$ 146,66	R\$ 149,70	R\$ 159,00	R\$ 160,00	NC	R\$ 145,00	R\$ 152,07	R\$ 149,70	7,00	4,60%	MÉDIO	R\$ 608,28	-	R\$ 608,28
12	ÁGUA MINERAL NATURAL, acondicionada em embalagem retornável (garrafão) de 20 litros, em plástico higiênico, com protetor na parte superior e lacre de segurança personalizado pelo fabricante.	GARRAFÃO	264	264	NÃO APLICÁVEL	R\$ 14,98	R\$ 15,00	R\$ 15,60	R\$ 15,72	NC	NC	R\$ 14,98	R\$ 15,33	R\$ 15,30	0,39	2,54%	MÉDIO	R\$ 4.047,12	-	R\$ 4.047,12
VALOR DO LOTE 6																				R\$ 4.655,40
LOTE 7 - CUJUBIM																				
13	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) (GÁS DE COZINHA), acondicionado em botija de 13 kg, em forma de troca, utilizado em fogões convencionais ou industriais. Fabricado segundo a Norma NBR 8460 da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Possui dispositivo de segurança de acordo com a Norma ABNT NBR 8614 que, em caso de aumento da pressão interna, libera o GLP, impedindo que ocorra uma explosão do vasilhame. Dispositivo de segurança: plugue fusível. Padrão da válvula: Norma ABNT NBR 8614.	BOTIJA	4	4	NÃO APLICÁVEL	R\$ 145,00	R\$ 146,66	R\$ 149,70	R\$ 159,00	R\$ 160,00	NC	R\$ 145,00	R\$ 152,07	R\$ 149,70	7,00	4,60%	MÉDIO	R\$ 608,28	-	R\$ 608,28
14	ÁGUA MINERAL NATURAL, acondicionada em embalagem retornável (garrafão) de 20 litros, em plástico higiênico, com protetor na parte superior e lacre de segurança personalizado pelo fabricante.	GARRAFÃO	264	264	NÃO APLICÁVEL	R\$ 14,98	R\$ 15,00	R\$ 15,60	R\$ 15,72	NC	NC	R\$ 14,98	R\$ 15,33	R\$ 15,30	0,39	2,54%	MÉDIO	R\$ 4.047,12	-	R\$ 4.047,12
VALOR DO LOTE 7																				R\$ 4.655,40
LOTE 8 - MONTE NEGRO																				
15	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) (GÁS DE COZINHA), acondicionado em botija de 13 kg, em forma de troca, utilizado em fogões convencionais ou industriais. Fabricado segundo a Norma NBR 8460 da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Possui dispositivo de segurança de acordo com a Norma ABNT NBR 8614 que, em caso de aumento da pressão interna, libera o GLP, impedindo que ocorra uma explosão do vasilhame. Dispositivo de segurança: plugue fusível. Padrão da válvula: Norma ABNT NBR 8614.	BOTIJA	4	4	NÃO APLICÁVEL	R\$ 145,00	R\$ 146,66	R\$ 149,70	R\$ 159,00	R\$ 160,00	NC	R\$ 145,00	R\$ 152,07	R\$ 149,70	7,00	4,60%	MÉDIO	R\$ 608,28	-	R\$ 608,28
16	ÁGUA MINERAL NATURAL, acondicionada em embalagem retornável (garrafão) de 20 litros, em plástico higiênico, com protetor na parte superior e lacre de segurança personalizado pelo fabricante.	GARRAFÃO	132	132	NÃO APLICÁVEL	R\$ 14,98	R\$ 15,00	R\$ 15,60	R\$ 15,72	NC	NC	R\$ 14,98	R\$ 15,33	R\$ 15,30	0,39	2,54%	MÉDIO	R\$ 2.023,56	-	R\$ 2.023,56
VALOR DO LOTE 8																				R\$ 2.631,84
LOTE 9 - ALTO PARAÍSO																				

17	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) (GÁS DE COZINHA), acondicionado em botija de 13 kg, em forma de troca, utilizado em fogões convencionais ou industriais. Fabricado segundo a Norma NBR 8460 da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Possui dispositivo de segurança de acordo com a Norma ABNT NBR 8614 que, em caso de aumento da pressão interna, libera o GLP, impedindo que ocorra uma explosão do vasilhame. Dispositivo de segurança: plugue fusível. Padrão da válvula: Norma ABNT NBR 8614.	BOTIJA	4	4	NÃO APLICÁVEL	R\$ 145,00	R\$ 146,66	R\$ 149,70	R\$ 159,00	R\$ 160,00	NC	R\$ 145,00	R\$ 152,07	R\$ 149,70	7,00	4,60%	MÉDIO	R\$ 608,28	-	R\$ 608,28
18	ÁGUA MINERAL NATURAL, acondicionada em embalagem retornável (garraão) de 20 litros, em plástico higiênico, com protetor na parte superior e lacre de segurança personalizado pelo fabricante.	GARRAFÃO	132	132	NÃO APLICÁVEL	R\$ 14,98	R\$ 15,00	R\$ 15,60	R\$ 15,72	NC	NC	R\$ 14,98	R\$ 15,33	R\$ 15,30	0,39	2,54%	MÉDIO	R\$ 2.023,56	-	R\$ 2.023,56
VALOR DO LOTE 9																				R\$ 2.631,84
LOTE 10 - JARU																				
19	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) (GÁS DE COZINHA), acondicionado em botija de 13 kg, em forma de troca, utilizado em fogões convencionais ou industriais. Fabricado segundo a Norma NBR 8460 da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Possui dispositivo de segurança de acordo com a Norma ABNT NBR 8614 que, em caso de aumento da pressão interna, libera o GLP, impedindo que ocorra uma explosão do vasilhame. Dispositivo de segurança: plugue fusível. Padrão da válvula: Norma ABNT NBR 8614.	BOTIJA	14	14	NÃO APLICÁVEL	R\$ 145,00	R\$ 146,66	R\$ 149,70	R\$ 159,00	R\$ 160,00	NC	R\$ 145,00	R\$ 152,07	R\$ 149,70	7,00	4,60%	MÉDIO	R\$ 2.128,98	-	R\$ 2.128,98
20	ÁGUA MINERAL NATURAL, acondicionada em embalagem retornável (garraão) de 20 litros, em plástico higiênico, com protetor na parte superior e lacre de segurança personalizado pelo fabricante.	GARRAFÃO	612	612	NÃO APLICÁVEL	R\$ 14,98	R\$ 15,00	R\$ 15,60	R\$ 15,72	NC	NC	R\$ 14,98	R\$ 15,33	R\$ 15,30	0,39	2,54%	MÉDIO	R\$ 9.381,96	-	R\$ 9.381,96
VALOR DO LOTE 10																				R\$ 11.510,94
LOTE 11 - MACHADINHO DO OESTE																				
21	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) (GÁS DE COZINHA), acondicionado em botija de 13 kg, em forma de troca, utilizado em fogões convencionais ou industriais. Fabricado segundo a Norma NBR 8460 da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Possui dispositivo de segurança de acordo com a Norma ABNT NBR 8614 que, em caso de aumento da pressão interna, libera o GLP, impedindo que ocorra uma explosão do vasilhame. Dispositivo de segurança: plugue fusível. Padrão da válvula: Norma ABNT NBR 8614.	BOTIJA	4	4	NÃO APLICÁVEL	R\$ 145,00	R\$ 146,66	R\$ 149,70	R\$ 159,00	R\$ 160,00	NC	R\$ 145,00	R\$ 152,07	R\$ 149,70	7,00	4,60%	MÉDIO	R\$ 608,28	-	R\$ 608,28
22	ÁGUA MINERAL NATURAL, acondicionada em embalagem retornável (garraão) de 20 litros, em plástico higiênico, com protetor na parte superior e lacre de segurança personalizado pelo fabricante.	GARRAFÃO	288	288	NÃO APLICÁVEL	R\$ 14,98	R\$ 15,00	R\$ 15,60	R\$ 15,72	NC	NC	R\$ 14,98	R\$ 15,33	R\$ 15,30	0,39	2,54%	MÉDIO	R\$ 4.415,04	-	R\$ 4.415,04
VALOR DO LOTE 11																				R\$ 5.023,32
LOTE 12 - JI-PARANÁ																				
23	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) (GÁS DE COZINHA), acondicionado em botija de 13 kg, em forma de troca, utilizado em fogões convencionais ou industriais. Fabricado segundo a Norma NBR 8460 da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Possui dispositivo de segurança de acordo com a Norma ABNT NBR 8614 que, em caso de aumento da pressão interna, libera o GLP, impedindo que ocorra uma explosão do vasilhame. Dispositivo de segurança: plugue fusível. Padrão da válvula: Norma ABNT NBR 8614.	BOTIJA	22	22	NÃO APLICÁVEL	R\$ 145,00	R\$ 146,66	R\$ 149,70	R\$ 159,00	R\$ 160,00	NC	R\$ 145,00	R\$ 152,07	R\$ 149,70	7,00	4,60%	MÉDIO	R\$ 3.345,54	-	R\$ 3.345,54
24	ÁGUA MINERAL NATURAL, acondicionada em embalagem retornável (garraão) de 20 litros, em plástico higiênico, com protetor na parte superior e lacre de segurança personalizado pelo fabricante.	GARRAFÃO	1.248	1.248	NÃO APLICÁVEL	R\$ 14,98	R\$ 15,00	R\$ 15,60	R\$ 15,72	NC	NC	R\$ 14,98	R\$ 15,33	R\$ 15,30	0,39	2,54%	MÉDIO	R\$ 19.131,84	-	R\$ 19.131,84
VALOR DO LOTE 12																				R\$ 22.477,38
LOTE 13 - OURO PRETO DO OESTE																				
25	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) (GÁS DE COZINHA), acondicionado em botija de 13 kg, em forma de troca, utilizado em fogões convencionais ou industriais. Fabricado segundo a Norma NBR 8460 da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Possui dispositivo de segurança de acordo com a Norma ABNT NBR 8614 que, em caso de aumento da pressão interna, libera o GLP, impedindo que ocorra uma explosão do vasilhame. Dispositivo de segurança: plugue fusível. Padrão da válvula: Norma ABNT NBR 8614.	BOTIJA	4	4	NÃO APLICÁVEL	R\$ 145,00	R\$ 146,66	R\$ 149,70	R\$ 159,00	R\$ 160,00	NC	R\$ 145,00	R\$ 152,07	R\$ 149,70	7,00	4,60%	MÉDIO	R\$ 608,28	-	R\$ 608,28

26	ÁGUA MINERAL NATURAL, acondicionada em embalagem retornável (garraão) de 20 litros, em plástico higiênico, com protetor na parte superior e lacre de segurança personalizado pelo fabricante.	GARRAFÃO	216	216	NÃO APLICÁVEL	R\$ 14,98	R\$ 15,00	R\$ 15,60	R\$ 15,72	NC	NC	R\$ 14,98	R\$ 15,33	R\$ 15,30	0,39	2,54%	MÉDIO	R\$ 3.311,28	-	R\$ 3.311,28
VALOR DO LOTE 13																				R\$ 3.919,56
LOTE 14 - MIRANTE DA SERRA																				
27	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) (GÁS DE COZINHA), acondicionado em botija de 13 kg, em forma de troca, utilizado em fogões convencionais ou industriais. Fabricado segundo a Norma NBR 8460 da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Possui dispositivo de segurança de acordo com a Norma ABNT NBR 8614 que, em caso de aumento da pressão interna, libera o GLP, impedindo que ocorra uma explosão do vasilhame. Dispositivo de segurança: plugue fusível. Padrão da válvula: Norma ABNT NBR 8614.	BOTIJA	4	4	NÃO APLICÁVEL	R\$ 145,00	R\$ 146,66	R\$ 149,70	R\$ 159,00	R\$ 160,00	NC	R\$ 145,00	R\$ 152,07	R\$ 149,70	7,00	4,60%	MÉDIO	R\$ 608,28	-	R\$ 608,28
28	ÁGUA MINERAL NATURAL, acondicionada em embalagem retornável (garraão) de 20 litros, em plástico higiênico, com protetor na parte superior e lacre de segurança personalizado pelo fabricante.	GARRAFÃO	132	132	NÃO APLICÁVEL	R\$ 14,98	R\$ 15,00	R\$ 15,60	R\$ 15,72	NC	NC	R\$ 14,98	R\$ 15,33	R\$ 15,30	0,39	2,54%	MÉDIO	R\$ 2.023,56	-	R\$ 2.023,56
VALOR DO LOTE 14																				R\$ 2.631,84
LOTE 15 - PRESIDENTE MÉDICI																				
29	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) (GÁS DE COZINHA), acondicionado em botija de 13 kg, em forma de troca, utilizado em fogões convencionais ou industriais. Fabricado segundo a Norma NBR 8460 da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Possui dispositivo de segurança de acordo com a Norma ABNT NBR 8614 que, em caso de aumento da pressão interna, libera o GLP, impedindo que ocorra uma explosão do vasilhame. Dispositivo de segurança: plugue fusível. Padrão da válvula: Norma ABNT NBR 8614.	BOTIJA	4	4	NÃO APLICÁVEL	R\$ 145,00	R\$ 146,66	R\$ 149,70	R\$ 159,00	R\$ 160,00	NC	R\$ 145,00	R\$ 152,07	R\$ 149,70	7,00	4,60%	MÉDIO	R\$ 608,28	-	R\$ 608,28
30	ÁGUA MINERAL NATURAL, acondicionada em embalagem retornável (garraão) de 20 litros, em plástico higiênico, com protetor na parte superior e lacre de segurança personalizado pelo fabricante.	GARRAFÃO	480	480	NÃO APLICÁVEL	R\$ 14,98	R\$ 15,00	R\$ 15,60	R\$ 15,72	NC	NC	R\$ 14,98	R\$ 15,33	R\$ 15,30	0,39	2,54%	MÉDIO	R\$ 7.358,40	-	R\$ 7.358,40
VALOR DO LOTE 15																				R\$ 7.966,68
LOTE 16 - SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ																				
31	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) (GÁS DE COZINHA), acondicionado em botija de 13 kg, em forma de troca, utilizado em fogões convencionais ou industriais. Fabricado segundo a Norma NBR 8460 da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Possui dispositivo de segurança de acordo com a Norma ABNT NBR 8614 que, em caso de aumento da pressão interna, libera o GLP, impedindo que ocorra uma explosão do vasilhame. Dispositivo de segurança: plugue fusível. Padrão da válvula: Norma ABNT NBR 8614.	BOTIJA	14	14	NÃO APLICÁVEL	R\$ 145,00	R\$ 146,66	R\$ 149,70	R\$ 159,00	R\$ 160,00	R\$ 139,90	R\$ 139,90	R\$ 150,04	R\$ 148,18	7,99	5,33%	MÉDIO	R\$ 2.100,56	-	R\$ 2.100,56
32	ÁGUA MINERAL NATURAL, acondicionada em embalagem retornável (garraão) de 20 litros, em plástico higiênico, com protetor na parte superior e lacre de segurança personalizado pelo fabricante.	GARRAFÃO	648	648	NÃO APLICÁVEL	R\$ 14,98	R\$ 15,00	R\$ 15,60	R\$ 15,72	NC	R\$ 11,90	R\$ 11,90	R\$ 14,64	R\$ 15,00	1,57	10,71%	MÉDIO	R\$ 9.486,72	-	R\$ 9.486,72
VALOR DO LOTE 16																				R\$ 11.587,28
LOTE 17 - URUPÁ																				
33	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) (GÁS DE COZINHA), acondicionado em botija de 13 kg, em forma de troca, utilizado em fogões convencionais ou industriais. Fabricado segundo a Norma NBR 8460 da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Possui dispositivo de segurança de acordo com a Norma ABNT NBR 8614 que, em caso de aumento da pressão interna, libera o GLP, impedindo que ocorra uma explosão do vasilhame. Dispositivo de segurança: plugue fusível. Padrão da válvula: Norma ABNT NBR 8614.	BOTIJA	3	3	NÃO APLICÁVEL	R\$ 145,00	R\$ 146,66	R\$ 149,70	R\$ 159,00	R\$ 160,00	NC	R\$ 145,00	R\$ 152,07	R\$ 149,70	7,00	4,60%	MÉDIO	R\$ 456,21	-	R\$ 456,21
34	ÁGUA MINERAL NATURAL, acondicionada em embalagem retornável (garraão) de 20 litros, em plástico higiênico, com protetor na parte superior e lacre de segurança personalizado pelo fabricante.	GARRAFÃO	168	168	NÃO APLICÁVEL	R\$ 14,98	R\$ 15,00	R\$ 15,60	R\$ 15,72	NC	NC	R\$ 14,98	R\$ 15,33	R\$ 15,30	0,39	2,54%	MÉDIO	R\$ 2.575,44	-	R\$ 2.575,44
VALOR DO LOTE 17																				R\$ 3.031,65
LOTE 18 - SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ																				

35	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) (GÁS DE COZINHA), acondicionado em botija de 13 kg, em forma de troca, utilizado em fogões convencionais ou industriais. Fabricado segundo a Norma NBR 8460 da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Possui dispositivo de segurança de acordo com a Norma ABNT NBR 8614 que, em caso de aumento da pressão interna, libera o GLP, impedindo que ocorra uma explosão do vasilhame. Dispositivo de segurança: plugue fusível. Padrão da válvula: Norma ABNT NBR 8614.	BOTIJA	3	3	NÃO APLICÁVEL	R\$ 145,00	R\$ 146,66	R\$ 149,70	R\$ 159,00	R\$ 160,00	NC	R\$ 145,00	R\$ 152,07	R\$ 149,70	7,00	4,60%	MÉDIO	R\$ 456,21	-	R\$ 456,21
36	ÁGUA MINERAL NATURAL, acondicionada em embalagem retornável (garraão) de 20 litros, em plástico higiênico, com protetor na parte superior e lacre de segurança personalizado pelo fabricante.	GARRAÇÃO	288	288	NÃO APLICÁVEL	R\$ 14,98	R\$ 15,00	R\$ 15,60	R\$ 15,72	NC	NC	R\$ 14,98	R\$ 15,33	R\$ 15,30	0,39	2,54%	MÉDIO	R\$ 4.415,04	-	R\$ 4.415,04
VALOR DO LOTE 18																				R\$ 4.871,25
LOTE 19 - COSTA MARQUES																				
37	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) (GÁS DE COZINHA), acondicionado em botija de 13 kg, em forma de troca, utilizado em fogões convencionais ou industriais. Fabricado segundo a Norma NBR 8460 da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Possui dispositivo de segurança de acordo com a Norma ABNT NBR 8614 que, em caso de aumento da pressão interna, libera o GLP, impedindo que ocorra uma explosão do vasilhame. Dispositivo de segurança: plugue fusível. Padrão da válvula: Norma ABNT NBR 8614.	BOTIJA	4	4	NÃO APLICÁVEL	R\$ 145,00	R\$ 146,66	R\$ 149,70	R\$ 159,00	R\$ 160,00	NC	R\$ 145,00	R\$ 152,07	R\$ 149,70	7,00	4,60%	MÉDIO	R\$ 608,28	-	R\$ 608,28
38	ÁGUA MINERAL NATURAL, acondicionada em embalagem retornável (garraão) de 20 litros, em plástico higiênico, com protetor na parte superior e lacre de segurança personalizado pelo fabricante.	GARRAÇÃO	348	348	NÃO APLICÁVEL	R\$ 14,98	R\$ 15,00	R\$ 15,60	R\$ 15,72	NC	NC	R\$ 14,98	R\$ 15,33	R\$ 15,30	0,39	2,54%	MÉDIO	R\$ 5.334,84	-	R\$ 5.334,84
VALOR DO LOTE 19																				R\$ 5.943,12
LOTE 20 - ALVORADA DO OESTE																				
39	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) (GÁS DE COZINHA), acondicionado em botija de 13 kg, em forma de troca, utilizado em fogões convencionais ou industriais. Fabricado segundo a Norma NBR 8460 da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Possui dispositivo de segurança de acordo com a Norma ABNT NBR 8614 que, em caso de aumento da pressão interna, libera o GLP, impedindo que ocorra uma explosão do vasilhame. Dispositivo de segurança: plugue fusível. Padrão da válvula: Norma ABNT NBR 8614.	BOTIJA	6	6	NÃO APLICÁVEL	R\$ 145,00	R\$ 146,66	R\$ 149,70	R\$ 159,00	R\$ 160,00	NC	R\$ 145,00	R\$ 152,07	R\$ 149,70	7,00	4,60%	MÉDIO	R\$ 912,42	-	R\$ 912,42
40	ÁGUA MINERAL NATURAL, acondicionada em embalagem retornável (garraão) de 20 litros, em plástico higiênico, com protetor na parte superior e lacre de segurança personalizado pelo fabricante.	GARRAÇÃO	288	288	NÃO APLICÁVEL	R\$ 14,98	R\$ 15,00	R\$ 15,60	R\$ 15,72	NC	NC	R\$ 14,98	R\$ 15,33	R\$ 15,30	0,39	2,54%	MÉDIO	R\$ 4.415,04	-	R\$ 4.415,04
VALOR DO LOTE 20																				R\$ 5.327,46
LOTE 21 - SERINGUEIRAS																				
41	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) (GÁS DE COZINHA), acondicionado em botija de 13 kg, em forma de troca, utilizado em fogões convencionais ou industriais. Fabricado segundo a Norma NBR 8460 da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Possui dispositivo de segurança de acordo com a Norma ABNT NBR 8614 que, em caso de aumento da pressão interna, libera o GLP, impedindo que ocorra uma explosão do vasilhame. Dispositivo de segurança: plugue fusível. Padrão da válvula: Norma ABNT NBR 8614.	BOTIJA	4	4	NÃO APLICÁVEL	R\$ 145,00	R\$ 146,66	R\$ 149,70	R\$ 159,00	R\$ 160,00	NC	R\$ 145,00	R\$ 152,07	R\$ 149,70	7,00	4,60%	MÉDIO	R\$ 608,28	-	R\$ 608,28
42	ÁGUA MINERAL NATURAL, acondicionada em embalagem retornável (garraão) de 20 litros, em plástico higiênico, com protetor na parte superior e lacre de segurança personalizado pelo fabricante.	GARRAÇÃO	132	132	NÃO APLICÁVEL	R\$ 14,98	R\$ 15,00	R\$ 15,60	R\$ 15,72	NC	NC	R\$ 14,98	R\$ 15,33	R\$ 15,30	0,39	2,54%	MÉDIO	R\$ 2.023,56	-	R\$ 2.023,56
VALOR DO LOTE 21																				R\$ 2.631,84
LOTE 22 - CACOAL																				

43	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) (GÁS DE COZINHA), acondicionado em botija de 13 kg, em forma de troca, utilizado em fogões convencionais ou industriais. Fabricado segundo a Norma NBR 8460 da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Possui dispositivo de segurança de acordo com a Norma ABNT NBR 8614 que, em caso de aumento da pressão interna, libera o GLP, impedindo que ocorra uma explosão do vasilhame. Dispositivo de segurança: plugue fusível. Padrão da válvula: Norma ABNT NBR 8614.	BOTIJA	22	22	NÃO APLICÁVEL	R\$ 145,00	R\$ 146,66	R\$ 149,70	R\$ 159,00	R\$ 160,00	NC	R\$ 145,00	R\$ 152,07	R\$ 149,70	7,00	4,60%	MÉDIO	R\$ 3.345,54	-	R\$ 3.345,54
44	ÁGUA MINERAL NATURAL, acondicionada em embalagem retornável (garrafão) de 20 litros, em plástico higiênico, com protetor na parte superior e lacre de segurança personalizado pelo fabricante.	GARRAFÃO	1.296	1.296	NÃO APLICÁVEL	R\$ 14,98	R\$ 15,00	R\$ 15,60	R\$ 15,72	NC	NC	R\$ 14,98	R\$ 15,33	R\$ 15,30	0,39	2,54%	MÉDIO	R\$ 19.867,68	-	R\$ 19.867,68
VALOR DO LOTE 22																			R\$ 23.213,22	
LOTE 23 - PIMENTA BUENO																				
45	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) (GÁS DE COZINHA), acondicionado em botija de 13 kg, em forma de troca, utilizado em fogões convencionais ou industriais. Fabricado segundo a Norma NBR 8460 da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Possui dispositivo de segurança de acordo com a Norma ABNT NBR 8614 que, em caso de aumento da pressão interna, libera o GLP, impedindo que ocorra uma explosão do vasilhame. Dispositivo de segurança: plugue fusível. Padrão da válvula: Norma ABNT NBR 8614.	BOTIJA	6	6	NÃO APLICÁVEL	R\$ 145,00	R\$ 146,66	R\$ 149,70	R\$ 159,00	R\$ 160,00	NC	R\$ 145,00	R\$ 152,07	R\$ 149,70	7,00	4,60%	MÉDIO	R\$ 912,42	-	R\$ 912,42
46	ÁGUA MINERAL NATURAL, acondicionada em embalagem retornável (garrafão) de 20 litros, em plástico higiênico, com protetor na parte superior e lacre de segurança personalizado pelo fabricante.	GARRAFÃO	420	420	NÃO APLICÁVEL	R\$ 14,98	R\$ 15,00	R\$ 15,60	R\$ 15,72	NC	NC	R\$ 14,98	R\$ 15,33	R\$ 15,30	0,39	2,54%	MÉDIO	R\$ 6.438,60	-	R\$ 6.438,60
VALOR DO LOTE 23																			R\$ 7.351,02	
LOTE 24 - ESPIGÃO DO OESTE																				
47	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) (GÁS DE COZINHA), acondicionado em botija de 13 kg, em forma de troca, utilizado em fogões convencionais ou industriais. Fabricado segundo a Norma NBR 8460 da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Possui dispositivo de segurança de acordo com a Norma ABNT NBR 8614 que, em caso de aumento da pressão interna, libera o GLP, impedindo que ocorra uma explosão do vasilhame. Dispositivo de segurança: plugue fusível. Padrão da válvula: Norma ABNT NBR 8614.	BOTIJA	4	4	NÃO APLICÁVEL	R\$ 145,00	R\$ 146,66	R\$ 149,70	R\$ 159,00	R\$ 160,00	NC	R\$ 145,00	R\$ 152,07	R\$ 149,70	7,00	4,60%	MÉDIO	R\$ 608,28	-	R\$ 608,28
48	ÁGUA MINERAL NATURAL, acondicionada em embalagem retornável (garrafão) de 20 litros, em plástico higiênico, com protetor na parte superior e lacre de segurança personalizado pelo fabricante.	GARRAFÃO	348	348	NÃO APLICÁVEL	R\$ 14,98	R\$ 15,00	R\$ 15,60	R\$ 15,72	NC	NC	R\$ 14,98	R\$ 15,33	R\$ 15,30	0,39	2,54%	MÉDIO	R\$ 5.334,84	-	R\$ 5.334,84
VALOR DO LOTE 24																			R\$ 5.943,12	
LOTE 25 - MINISTRO ANDREAZZA																				
49	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) (GÁS DE COZINHA), acondicionado em botija de 13 kg, em forma de troca, utilizado em fogões convencionais ou industriais. Fabricado segundo a Norma NBR 8460 da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Possui dispositivo de segurança de acordo com a Norma ABNT NBR 8614 que, em caso de aumento da pressão interna, libera o GLP, impedindo que ocorra uma explosão do vasilhame. Dispositivo de segurança: plugue fusível. Padrão da válvula: Norma ABNT NBR 8614.	BOTIJA	6	6	NÃO APLICÁVEL	R\$ 145,00	R\$ 146,66	R\$ 149,70	R\$ 159,00	R\$ 160,00	NC	R\$ 145,00	R\$ 152,07	R\$ 149,70	7,00	4,60%	MÉDIO	R\$ 912,42	-	R\$ 912,42
50	ÁGUA MINERAL NATURAL, acondicionada em embalagem retornável (garrafão) de 20 litros, em plástico higiênico, com protetor na parte superior e lacre de segurança personalizado pelo fabricante.	GARRAFÃO	264	264	NÃO APLICÁVEL	R\$ 14,98	R\$ 15,00	R\$ 15,60	R\$ 15,72	NC	NC	R\$ 14,98	R\$ 15,33	R\$ 15,30	0,39	2,54%	MÉDIO	R\$ 4.047,12	-	R\$ 4.047,12
VALOR DO LOTE 25																			R\$ 4.959,54	
LOTE 26 - VILHENA																				

51	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) (GÁS DE COZINHA), acondicionado em botija de 13 kg, em forma de troca, utilizado em fogões convencionais ou industriais. Fabricado segundo a Norma NBR 8460 da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Possui dispositivo de segurança de acordo com a Norma ABNT NBR 8614 que, em caso de aumento da pressão interna, libera o GLP, impedindo que ocorra uma explosão do vasilhame. Dispositivo de segurança: plugue fusível. Padrão da válvula: Norma ABNT NBR 8614.	BOTIJA	18	18	NÃO APLICÁVEL	R\$ 145,00	R\$ 146,66	R\$ 149,70	R\$ 159,00	R\$ 160,00	NC	R\$ 145,00	R\$ 152,07	R\$ 149,70	7,00	4,60%	MÉDIO	R\$ 2.737,26	-	R\$ 2.737,26
52	ÁGUA MINERAL NATURAL, acondicionada em embalagem retornável (garraão) de 20 litros, em plástico higiênico, com protetor na parte superior e lacre de segurança personalizado pelo fabricante.	GARRAFÃO	1.272	1.272	NÃO APLICÁVEL	R\$ 14,98	R\$ 15,00	R\$ 15,60	R\$ 15,72	NC	NC	R\$ 14,98	R\$ 15,33	R\$ 15,30	0,39	2,54%	MÉDIO	R\$ 19.499,76	-	R\$ 19.499,76
VALOR DO LOTE 26																				R\$ 22.237,02
LOTE 27 - COLORADO DO OESTE																				
53	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) (GÁS DE COZINHA), acondicionado em botija de 13 kg, em forma de troca, utilizado em fogões convencionais ou industriais. Fabricado segundo a Norma NBR 8460 da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Possui dispositivo de segurança de acordo com a Norma ABNT NBR 8614 que, em caso de aumento da pressão interna, libera o GLP, impedindo que ocorra uma explosão do vasilhame. Dispositivo de segurança: plugue fusível. Padrão da válvula: Norma ABNT NBR 8614.	BOTIJA	6	6	NÃO APLICÁVEL	R\$ 145,00	R\$ 146,66	R\$ 149,70	R\$ 159,00	R\$ 160,00	NC	R\$ 145,00	R\$ 152,07	R\$ 149,70	7,00	4,60%	MÉDIO	R\$ 912,42	-	R\$ 912,42
54	ÁGUA MINERAL NATURAL, acondicionada em embalagem retornável (garraão) de 20 litros, em plástico higiênico, com protetor na parte superior e lacre de segurança personalizado pelo fabricante.	GARRAFÃO	216	216	NÃO APLICÁVEL	R\$ 14,98	R\$ 15,00	R\$ 15,60	R\$ 15,72	NC	NC	R\$ 14,98	R\$ 15,33	R\$ 15,30	0,39	2,54%	MÉDIO	R\$ 3.311,28	-	R\$ 3.311,28
VALOR DO LOTE 27																				R\$ 4.223,70
LOTE 28 - CEREJEIRAS																				
55	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) (GÁS DE COZINHA), acondicionado em botija de 13 kg, em forma de troca, utilizado em fogões convencionais ou industriais. Fabricado segundo a Norma NBR 8460 da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Possui dispositivo de segurança de acordo com a Norma ABNT NBR 8614 que, em caso de aumento da pressão interna, libera o GLP, impedindo que ocorra uma explosão do vasilhame. Dispositivo de segurança: plugue fusível. Padrão da válvula: Norma ABNT NBR 8614.	BOTIJA	4	4	NÃO APLICÁVEL	R\$ 145,00	R\$ 146,66	R\$ 149,70	R\$ 159,00	R\$ 160,00	NC	R\$ 145,00	R\$ 152,07	R\$ 149,70	7,00	4,60%	MÉDIO	R\$ 608,28	-	R\$ 608,28
56	ÁGUA MINERAL NATURAL, acondicionada em embalagem retornável (garraão) de 20 litros, em plástico higiênico, com protetor na parte superior e lacre de segurança personalizado pelo fabricante.	GARRAFÃO	204	204	NÃO APLICÁVEL	R\$ 14,98	R\$ 15,00	R\$ 15,60	R\$ 15,72	NC	NC	R\$ 14,98	R\$ 15,33	R\$ 15,30	0,39	2,54%	MÉDIO	R\$ 3.127,32	-	R\$ 3.127,32
VALOR DO LOTE 28																				R\$ 3.735,60
LOTE 29 - ROLIM DE MOURA																				
57	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) (GÁS DE COZINHA), acondicionado em botija de 13 kg, em forma de troca, utilizado em fogões convencionais ou industriais. Fabricado segundo a Norma NBR 8460 da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Possui dispositivo de segurança de acordo com a Norma ABNT NBR 8614 que, em caso de aumento da pressão interna, libera o GLP, impedindo que ocorra uma explosão do vasilhame. Dispositivo de segurança: plugue fusível. Padrão da válvula: Norma ABNT NBR 8614.	BOTIJA	16	16	NÃO APLICÁVEL	R\$ 145,00	R\$ 146,66	R\$ 149,70	R\$ 159,00	R\$ 160,00	NC	R\$ 145,00	R\$ 152,07	R\$ 149,70	7,00	4,60%	MÉDIO	R\$ 2.433,12	-	R\$ 2.433,12
58	ÁGUA MINERAL NATURAL, acondicionada em embalagem retornável (garraão) de 20 litros, em plástico higiênico, com protetor na parte superior e lacre de segurança personalizado pelo fabricante.	GARRAFÃO	792	792	NÃO APLICÁVEL	R\$ 14,98	R\$ 15,00	R\$ 15,60	R\$ 15,72	NC	NC	R\$ 14,98	R\$ 15,33	R\$ 15,30	0,39	2,54%	MÉDIO	R\$ 12.141,36	-	R\$ 12.141,36
VALOR DO LOTE 29																				R\$ 14.574,48
LOTE 30 - ALTA FLORESTA DO OESTE																				

59	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) (GÁS DE COZINHA), acondicionado em botija de 13 kg, em forma de troca, utilizado em fogões convencionais ou industriais. Fabricado segundo a Norma NBR 8460 da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Possui dispositivo de segurança de acordo com a Norma ABNT NBR 8614 que, em caso de aumento da pressão interna, libera o GLP, impedindo que ocorra uma explosão do vasilhame. Dispositivo de segurança: plugue fusível. Padrão da válvula: Norma ABNT NBR 8614.	BOTIJA	4	4	NÃO APLICÁVEL	R\$ 145,00	R\$ 146,66	R\$ 149,70	R\$ 159,00	R\$ 160,00	NC	R\$ 145,00	R\$ 152,07	R\$ 149,70	7,00	4,60%	MÉDIO	R\$ 608,28	-	R\$ 608,28
60	ÁGUA MINERAL NATURAL, acondicionada em embalagem retornável (garraão) de 20 litros, em plástico higiênico, com protetor na parte superior e lacre de segurança personalizado pelo fabricante.	GARRAÇÃO	288	288	NÃO APLICÁVEL	R\$ 14,98	R\$ 15,00	R\$ 15,60	R\$ 15,72	NC	NC	R\$ 14,98	R\$ 15,33	R\$ 15,30	0,39	2,54%	MÉDIO	R\$ 4.415,04	-	R\$ 4.415,04
VALOR DO LOTE 30																				R\$ 5.023,32
LOTE 31 - NOVA BRASILÂNDIA DO OESTE																				
61	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) (GÁS DE COZINHA), acondicionado em botija de 13 kg, em forma de troca, utilizado em fogões convencionais ou industriais. Fabricado segundo a Norma NBR 8460 da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Possui dispositivo de segurança de acordo com a Norma ABNT NBR 8614 que, em caso de aumento da pressão interna, libera o GLP, impedindo que ocorra uma explosão do vasilhame. Dispositivo de segurança: plugue fusível. Padrão da válvula: Norma ABNT NBR 8614.	BOTIJA	4	4	NÃO APLICÁVEL	R\$ 145,00	R\$ 146,66	R\$ 149,70	R\$ 159,00	R\$ 160,00	NC	R\$ 145,00	R\$ 152,07	R\$ 149,70	7,00	4,60%	MÉDIO	R\$ 608,28	-	R\$ 608,28
62	ÁGUA MINERAL NATURAL, acondicionada em embalagem retornável (garraão) de 20 litros, em plástico higiênico, com protetor na parte superior e lacre de segurança personalizado pelo fabricante.	GARRAÇÃO	288	288	NÃO APLICÁVEL	R\$ 14,98	R\$ 15,00	R\$ 15,60	R\$ 15,72	NC	NC	R\$ 14,98	R\$ 15,33	R\$ 15,30	0,39	2,54%	MÉDIO	R\$ 4.415,04	-	R\$ 4.415,04
VALOR DO LOTE 31																				R\$ 5.023,32
LOTE 32 - SANTA LUZIA DO OESTE																				
63	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) (GÁS DE COZINHA), acondicionado em botija de 13 kg, em forma de troca, utilizado em fogões convencionais ou industriais. Fabricado segundo a Norma NBR 8460 da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Possui dispositivo de segurança de acordo com a Norma ABNT NBR 8614 que, em caso de aumento da pressão interna, libera o GLP, impedindo que ocorra uma explosão do vasilhame. Dispositivo de segurança: plugue fusível. Padrão da válvula: Norma ABNT NBR 8614.	BOTIJA	4	4	NÃO APLICÁVEL	R\$ 145,00	R\$ 146,66	R\$ 149,70	R\$ 159,00	R\$ 160,00	NC	R\$ 145,00	R\$ 152,07	R\$ 149,70	7,00	4,60%	MÉDIO	R\$ 608,28	-	R\$ 608,28
64	ÁGUA MINERAL NATURAL, acondicionada em embalagem retornável (garraão) de 20 litros, em plástico higiênico, com protetor na parte superior e lacre de segurança personalizado pelo fabricante.	GARRAÇÃO	348	348	NÃO APLICÁVEL	R\$ 14,98	R\$ 15,00	R\$ 15,60	R\$ 15,72	NC	NC	R\$ 14,98	R\$ 15,33	R\$ 15,30	0,39	2,54%	MÉDIO	R\$ 5.334,84	-	R\$ 5.334,84
VALOR DO LOTE 32																				R\$ 5.943,12
												VALOR TOTAL EXCLUSIVO ME/EPP						R\$	271.426,28	
												VALOR TOTAL COTA ME/EPP						R\$	-	
												VALOR TOTAL AMPLA CONCORRENCIA							R\$ 0,00	
												VALOR TOTAL							R\$ 271.426,28	

LEGENDA:
NC = Não encontrado

NOTA EXPLICATIVA:
IDENTIFICAÇÃO DAS COTAÇÕES

EMP1	BANCO DE PREÇOS
EMP2	BANCO DE PREÇOS
EMP3	BANCO DE PREÇOS
EMP4	BANCO DE PREÇOS
EMP5	TOP GAS E DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS - CNPJ: 46.004.053/0001-81



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL
Comissão Genérica 5ª - SUPEL-COGEN5

ATA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XXXXX/XXXX/SUPEL_RO			
Origem:	Pregão Eletrônico nº 90077/2026		
Data da Homologação:	xx/xx/xxxx	Processo nº	0019.007148/2026-13
Órgão(s) Participante(s):	<ul style="list-style-type: none">• xxxxx		
Órgão gerenciador:	Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL		

1. CLÁUSULA I – IDENTIFICAÇÃO DO(S) FORNECEDOR(S) REGISTRADO(S).

- 1.1. A identificação dos detentores está inserida no anexo único desta ata.
- 1.2.

2. CLÁUSULA II – DO OBJETO

- 2.1. **xxxxxxx**, conforme especificações e condições constantes deste Termo de Referência.
- 2.2.

3. CLÁUSULA III – DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 3.1. A validade desta ata de registro de preços será de 1(um) ano, contados a partir da publicação no Diário Oficial do Estado, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, mediante pesquisa de mercado que leve em consideração os parâmetros fixados no art. 51 do Decreto Estadual nº 28.874/2024.
- 3.2.

4. CLÁUSULA IV – DA UTILIZAÇÃO DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE

- 4.1. A adesão ao presente Registro de Preços fica condicionada ao atendimento das determinações do Estado de Rondônia após autorização expressa do órgão gerenciador – Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL.
- 4.2. A adesão fica ainda condicionada às exigências dispostas no art. 124, § 1º ao § 8º do Decreto

Estadual nº 28.874/2024, em consonância com o art. 86 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

4.3. As aquisições ou as contratações adicionais (caronas) não poderão exceder, por órgão ou entidade, 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens registrados na ata de registro de preços, ressalvado o disposto no art. 86, § 7º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

4.4. O conjunto de solicitações de adesão, independentemente do órgão ou entidade solicitante, não poderá exceder ao limite global de duas vezes o quantitativo registrado.

4.5.

5. CLÁUSULA V – DA REVISÃO E CANCELAMENTO DO REGISTRO

5.1. Os preços registrados poderão ser revisto em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, observada a instrução processual respectiva, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, conforme disposto no art. 133 do Decreto Estadual nº 28.874 de 25 de janeiro de 2024.

5.2. Os preços registrados serão mantidos inalterados por todo o período de vigência da Ata de Registro de Preços - ARP, admitida sua revisão para majorar ou minorar os preços registrados em casos excepcionais, nas hipóteses legais e considerando os preços vigentes de mercado.

5.3. A revisão de preços precederá de requerimento: I - do detentor da ata, que deverá fazê-la antes do pedido de fornecimento e, instruindo seu pedido com documentação probatória de majoração de preço do mercado e a oneração de custos; ou II - pelo órgão participante ou órgão interessado, comprovando por meio de pesquisas de preços que há minoração do valor originalmente registrado.

5.4. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o órgão gerenciador convocará o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado e, caso este não aceite a redução dos seus preços aos valores praticados pelo mercado será liberado dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas, nos termos do art. 134, § 1º do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

5.5. Se não houver prova efetiva da desatualização dos preços registrados e da existência de fato superveniente, o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital, nos termos do art. 135, § 2º do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

5.5.1. Na hipótese do cancelamento do registro de preços prevista no art. 135, § 2º do Decreto Estadual nº 28.874/2024, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço registrado na ata.

5.6. Caso comprovada a desatualização dos preços registrados decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, poderá ser efetuada a atualização do preço registrado, adequando-o aos valores praticados no mercado.

5.6.1. O órgão gerenciador, em alternativa à atualização prevista no item 5.6 desta Ata de Registro de Preços, poderá liberar o fornecedor do compromisso sem aplicação de penalidades, convocando, posteriormente, os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

5.6.2. A redução do preço registrado será comunicada pelo órgão gerenciador aos órgãos que tiverem formalizado contratos com fundamento no respectivo registro, para que avaliem a necessidade de efetuar a revisão dos preços contratados.

5.7. O cancelamento do preço registrado, em conformidade com o artigo 136 do Decreto Estadual nº 28.874/2024, poderá ocorrer por fato superveniente decorrente de caso fortuito ou força maior que prejudique o cumprimento da ata, **devidamente comprovados e justificados**, por razão de interesse público ou a pedido do fornecedor.

5.7.1. O preço registrado, em atenção ao estabelecido pelo art. 136, inc. I a V do Decreto Estadual nº 28.874/2024, também poderá ser cancelado quando o fornecedor descumprir total ou parcialmente as condições previstas na Ata de Registro de Preços, não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, não aceitar reduzir o seu preço registrado na hipótese deste se tornar superior

aqueles praticados no mercado ou sofrer sanção prevista na forma do Decreto Estadual nº 28.874/2024 em seu Capítulo VIII.

5.7.2.

6. CLÁUSULA VI - DA FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA

6.1. Em atenção ao art. 131 do Decreto Estadual nº 28.874/2024, o cadastro reserva será composto pelos demais licitantes que aceitaram cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, a ser incluído na respectiva ata na forma de anexo, respeitada a sequência da classificação do certame.

6.2. O cadastro reserva poderá ser utilizado nas hipóteses previstas no art. 131, § 1º do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

6.3. A apresentação de novas propostas para compor o cadastro de reserva não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.

6.4. Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada caso o melhor colocado no certame tenha seu registro cancelado ou revogado.

6.5. Para o registro do preço dos demais licitantes será exigida a análise da habilitação.

6.6.

7. CLÁUSULA VII - DAS SANÇÕES PELO DESCUMPRIMENTO DAS DIRETRIZES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital e seus anexos. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

7.2. Quando o fornecedor descumprir total ou parcialmente as condições previstas na Ata de Registro de Preços, não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, não aceitar reduzir o seu preço registrado na hipótese deste se tornar superior aqueles praticados no mercado ou sofrer sanção prevista na forma do Decreto Estadual nº 28.874/2024 em seu Capítulo VII, o preço registrado será cancelado, em conformidade com o artigo 136, inc. I a V do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

7.3.

8. CLÁUSULA VIII - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

8.1. As condições gerais referentes ao fornecimento, tais como prazo, local de entrega e recebimento do objeto, como também as relativas às penalidades e obrigações da Administração e do fornecedor detentor do registro, encontram-se definidas no Termo de Referência e Edital da licitação, partes integrantes da presente Ata.

8.2. É vedado o aditamento dos quantitativos consignados na Ata de Registro de Preços.

8.3. A detentora do registro fica obrigada a atender todas as ordens de fornecimento efetuadas pelo órgão participante, durante a vigência desta ata.

8.4. Em atenção ao art. 126 do Decreto Estadual nº 28.874/2024, faz-se necessário a permanente pesquisa de mercado, inclusive, antes da formalização da contratação, para aferição da manutenção da vantajosidade dos preços registrados.

8.5. A violação da integridade da conduta contratual, por meio do rompimento de deveres contratuais ou oriundos de outras normas aplicáveis ao caso, sujeita o contratado à aplicação das penalidades legalmente previstas nos arts. 184 ao 187 do Decreto Estadual nº 28.874/2024, bem como art. 156 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.6.

9. CLÁUSULA IX - DO PAGAMENTO

9.1. O pagamento, decorrente do objeto registrado nesta ata será efetuado conforme disposto no Edital e seus anexos.

9.2.

10. CLÁUSULA X – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 10.1. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada à Detentora do registro de preços a preferência em igualdade de condições.
- 10.2. Fica a empresa detentora ciente que a publicidade da ata de registro de preços na imprensa oficial terá efeito de compromisso nas condições ofertadas e pactuadas na proposta apresentada à licitação.
- 10.3. A Ata de Registro de Preços, os ajustes dela decorrentes, suas alterações e rescisões obedecerão ao Decreto Estadual nº28.874 de 25 de janeiro de 2024, à Lei no 14.133, de 1o de abril de 2021 e às normas complementares e às disposições presentes nesta Ata e no Edital que a precedeu, aplicáveis à execução e, especialmente, aos casos omissos.
- 10.4. Fazem parte integrante desta Ata, para todos os efeitos legais: o Edital de Licitação e seus anexos, bem como, os ANEXOS desta ata que contém os preços registrados e seus respectivos detentores.
- 10.5.

11. **CLÁUSULA XI - DO FORO**

- 11.1. Para dirimir eventuais conflitos oriundos desta Ata, é competente o Foro da Comarca de Porto Velho/RO, excluindo-se qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

ANEXO ÚNICO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CONSUMO ESTIMADO	UNID.	MARCA	PREÇO MERCADO	PREÇO REGISTRADO	DIF. %	DETENTORA

EMPRESA(S) DETENTORA(S):

CNPJ	RAZÃO SOCIAL	ENDEREÇO	CIDADE	REPRESENTANTE	CPF	TELEFONE

Geovanna Pinheiro Alves
Coordenadora do Sistema de Registro de Preços /SUPEL

Adriana Larissa da Silva Mendes Nascimento
Diretora Executiva /SUPEL

Márcia Rocha de Oliveira Francelino
Superintendente Estadual de Compras e Licitações

Elaborado por:
XXXXXXXXXX



Documento assinado eletronicamente por **AMANDA VELOZO DE OLIVEIRA**, Assessor(a), em 08/05/2026, às 11:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **71653841** e o código CRC **740327EB**.

Referência: Caso responda este(a) Ata, indicar expressamente o Processo nº 0019.007148/2026-13

SEI nº 71653841



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL
Comissão Genérica 5ª - SUPEL-COGEN5

ATA

**OFÍCIO DO ÓRGÃO OU ENTIDADE NÃO PARTICIPANTE DA ATA SOLICITANDO
ADESÃO COMO INTERESSADO**

[UNIDADE CONTRATANTE SOLICITANTE]

OFÍCIO Nº / [],

[DATA DA EMISSÃO]

Prezado Gestor da Ata nº [Nº DA ATA] do(a) [ÓRGÃO GESTOR DA ATA]

Nos termos do art. 86, §2º, inciso I da Lei 14.133/21, solicito autorização para ADERIR à Ata de Registro de Preços em epígrafe visando adquirir os itens e quantitativos relacionados na tabela abaixo.

Ressalto que o(s) fornecedor(es), detentor(es) do(s) preço(s) registrado(s), já se manifestou(ram) pela aceitação, conforme previsto na Lei 14.133/21.

Nº do item da Ata	Especificação	Quant. Adesão

ASSINATURA DO GESTOR DA UNIDADE SOLICITANTE



Documento assinado eletronicamente por **AMANDA VELOZO DE OLIVEIRA**, Assessor(a), em 08/05/2026, às 11:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **71653938** e o código CRC **0187492D**.

Referência: Caso responda este(a) Ata, indicar expressamente o Processo nº 0019.007148/2026-13

SEI nº 71653938

MINUTA



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Polícia Civil - PC
Núcleo de Compras - PC-NCP

MINUTA DE CONTRATO

* MINUTA DE DOCUMENTO

CONTRATANTE: O ESTADO DE RONDÔNIA, por intermédio da POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE RONDÔNIA, inscrita no CNPJ/MF nº 01.664.910/0001-31, com endereço na Avenida Rogério Weber, nº1928, Praça Marechal Rondon, Centro, CEP 76801-030 - Porto Velho/RO, neste ato representado por seu Delegado-Geral, Sr. JEREMIAS MENDES DE SOUZA, portador do CPF/MF nº *****, na forma prescrita no art. 47, da Lei Complementar nº 224, de 04 de janeiro de 2000.

CONTRATADA: A empresa _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, com endereço na Av./Rua _____, nº _____, Bairro _____, na cidade de _____, CEP _____, representada neste ato por _____, portador(a) do CPF/MF nº _____, de acordo com documento de ID _____.

Os Contratantes celebram, por força do presente instrumento, contrato de fornecimento contínuo de gás liquefeito de petróleo (GLP), acondicionado em botijões de 13 kg, e de água mineral em vasilhames de 20 (vinte) litros, o qual se regerá pelas disposições da Lei nº 14.133/2021, Decreto Estadual nº 28.874 de 25 de janeiro de 2024 e demais normas pertinentes, decorrente da licitação Pregão Eletrônico nº ____/2026, autorizada através do Parecer nº ____, ID nº _____, vinculando-se aos termos do Processo Administrativo nº 0019.007148/2026-13, e à proposta da Contratada, mediante as seguintes cláusulas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO/DA VINCULAÇÃO/DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E QUANTIDADE

1.1 O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa(s) especializada(s) no **fornecimento contínuo de gás liquefeito de petróleo (GLP), acondicionado em botijões de 13 kg, e de água mineral em vasilhames de 20 (vinte) litros**, destinados ao atendimento das demandas das unidades da Polícia Civil do Estado de Rondônia, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2 Da Especificação Técnica e do Quantitativo:

LOTE X - LOCALIDADE					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	QUANTITATIVO ANUAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

	GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) (GÁS DE COZINHA), acondicionado em botija de 13 kg, em forma de troca, utilizado em fogões convencionais ou industriais. Fabricado segundo a Norma NBR 8460 da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Possui dispositivo de segurança de acordo com a Norma ABNT NBR 8614 que, em caso de aumento da pressão interna, libera o GLP, impedindo que ocorra uma explosão do vasilhame. Dispositivo de segurança: plugue fusível. Padrão da válvula: Norma ABNT NBR 8614.	BOTIJA			
	ÁGUA MINERAL NATURAL, acondicionada em embalagem retornável (garrafão) de 20 litros, em plástico higiênico, com protetor na parte superior e lacre de segurança personalizado pelo fabricante.	GARRAFÃO			

1.5 Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.5.1 Termo de Referência;

1.5.2 Edital da Licitação;

1.5.3 A Proposta do contratado;

1.5.4 Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1 A vigência do contrato será de **12 (doze) meses**, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogada nos termos da Lei nº 14.133/2021, quando demonstrada a vantajosidade para a Administração, nos termos do **item 22** do termo de referência.

2.2 A **prorrogação** de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes, na forma do art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

2.3 O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4 A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5 Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6 O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1 O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1 É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto contratual, conforme exposto no **item 28** do Termo de Referência, anexo a este Contrato.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1 O valor mensal da contratação é de R\$ (.....), perfazendo o valor total de R\$ (.....).

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1 O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no **item 29** do Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1 DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS - REPACTUAÇÃO E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

7.1.1. A Repactuação deve seguir as normas dispostas no **item 20** do Termo de Referência, anexo a este Contrato.

8. CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. São obrigações da Contratada, além daquelas previstas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis:

8.1.1. Fornecer os materiais conforme as especificações, marcas, validade e preços apresentados na proposta, observando as condições, prazos e quantidades estabelecidos neste Termo de Referência;

8.1.2. Entregar os materiais em perfeitas condições de uso, nas embalagens originais, sem indícios de avarias ou violação;

8.1.3. Responsabilizar-se integralmente pelo transporte, acondicionamento e entrega dos materiais até os locais indicados, incluindo todos os custos decorrentes, tais como frete, carga, descarga e demais despesas;

8.1.4. Substituir, às suas expensas, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, os materiais que apresentarem vícios, defeitos, avarias ou que estejam em desacordo com as especificações estabelecidas;

8.1.5. Manter, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;

8.1.6. Comunicar à Contratante, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência que possa comprometer a entrega dos materiais, devidamente justificada;

8.1.7. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Contratante e atender prontamente às reclamações;

8.1.8. Responsabilizar-se pelos danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes da execução do contrato;

8.1.9. Apresentar, quando solicitado, documentação que comprove o cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais;

8.1.10. Informar imediatamente qualquer alteração de endereço, dados bancários ou demais informações necessárias à execução contratual;

8.1.11. Fazer acompanhar a entrega dos materiais da respectiva nota fiscal, contendo referência ao processo e à nota de empenho;

8.1.12. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do contrato;

8.1.13. Propor preços que incluam todos os custos diretos e indiretos necessários ao cumprimento do objeto;

8.1.14. Não utilizar trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos, nem qualquer trabalho a menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal;

8.1.15. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do art. 125 da Lei nº 14.133/2021;

8.1.16. Utilizar, sempre que possível, práticas que promovam a redução do consumo de recursos naturais,

em observância aos princípios da sustentabilidade.

9. CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. Verificar, no prazo estipulado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

9.2. Comunicar à Contratada, por escrito, quaisquer imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas nos objetos fornecidos, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

9.3. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, por meio de servidor ou comissão especialmente designada;

9.4. Emitir Nota de Empenho em favor da Contratada, no valor correspondente ao material solicitado, observados os procedimentos aplicáveis;

9.5. Efetuar o pagamento à Contratada de acordo com as condições e prazos estabelecidos neste Termo de Referência e no instrumento contratual;

9.6. Aplicar, quando cabível, as sanções administrativas previstas na legislação e no contrato;

9.7. Fornecer à Contratada as informações e os elementos necessários à adequada execução do objeto;

9.8. Abster-se de intervir indevidamente na gestão interna da contratada, especialmente no que se refere à administração de pessoal, organização operacional e definição de métodos de trabalho, ressalvadas as hipóteses estritamente necessárias à fiscalização da execução contratual, nos termos do art. 48, inciso VI, e parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021;

9.9. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por danos causados a terceiros decorrentes de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - GARANTIA DE EXECUÇÃO

10.1. Não será exigida garantia contratual para a presente contratação, nos termos da legislação vigente, tendo em vista que o objeto deste Termo de Referência não apresenta complexidade técnica ou operacional relevante, tampouco envolve contratação de grande vulto.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 As infrações e sanções administrativas constam no **item 27** do Termo de Referência.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

12.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

12.4. Caso a notificação da não continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

12.5. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no art. 137 da Lei nº 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa. Nesta hipótese, aplicam-se também os arts. 138 e 139 da mesma Lei.

12.6. Considerando que o inc. II do art. 138, prevê que a extinção do contrato poderá ser "consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração", caso a Administração decida por aplicação de juízo arbitral deverá ser

observado o disposto na Lei Estadual nº 4.007/2017, Lei Federal nº 9.307, de 1996, alterada pela Lei Federal n. 3.129, de 2015.

12.7. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.8. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.9. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

- a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) Indenizações e multas.

12.10. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (Art. 131, caput, Lei nº 14.133/2021).

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

POLÍCIA CIVIL	FUNRESPOL
Unidade Orçamentária: 15.003 - Polícia Civil	Unidade Orçamentária: 15.011
Projeto Atividade: 04.122.1015.2087	Projeto Atividade: 06.122.1015.2087
Elemento de Despesa: 33.90.30	Elemento de Despesa: 33.90 30
Fonte de Recurso: 15000 e 15010	Fonte de Recurso: 17590

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei n. 14.133/2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

15.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

15.2 O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

16.1 Incumbirá à Contratante, através da Procuradoria Geral do Estado, providenciar a publicação do resumo deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial do Estado de Rondônia, no prazo previsto na Lei nº 14.133, de 2021.

17. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

17.1. Fica eleito o foro da Comarca de Porto Velho/RO para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas da execução da presente contratação, bem como dos procedimentos dela decorrentes, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

18. CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DAS ASSINATURAS, DATA DA CELEBRAÇÃO E VISTO DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

18.1 Considerando que a presente avença é celebrada no bojo de processo virtual que tramita no âmbito do Sistema Eletrônico de Informações - SEI, a data de celebração será correspondente a da aposição da assinatura eletrônica mais recente de qualquer das partes qualificadas no preâmbulo.

18.2 O Termo será vistado na forma do art. 23, inciso I, da Lei Complementar Estadual nº 620, de 20 de junho de 2011, segundo as informações e documentos constantes dos autos do processo identificado neste instrumento.

18.3 Para firmeza e como prova do acordado, o presente Contrato, depois de lido e achado conforme, vai assinado pelas partes, dele sendo extraídas as cópias que se fizerem necessárias para sua publicação e execução, devidamente certificadas pela Procuradoria Geral do Estado.

Porto Velho/RO, data da assinatura eletrônica.

CONTRATADA

(Assinatura do Usuário Externo)

ORDENADOR DE DESPESAS

Polícia Civil do Estado de Rondônia



Documento assinado eletronicamente por **Dominique Nicoly Ferreira, Agente**, em 24/04/2026, às 10:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



Documento assinado eletronicamente por **JEREMIAS MENDES DE SOUZA, Delegado(a) Geral de Polícia Civil**, em 24/04/2026, às 10:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **71509513** e o código CRC **64E43EA2**.

Referência: Caso responda este(a) Minuta de Contrato, indicar expressamente o Processo nº 0019.007148/2026-13

SEI nº 71509513

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Polícia Civil - PC

Núcleo de Compras - PC-NCP

ANÁLISE DE RISCOS

CONTRATAÇÃO DE FORNECIMENTO CONTÍNUO DE ÁGUA MINERAL (20L) E GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO – GLP (13 KG)

PROCESSO Nº 0019.007148/2026-13

ETAPA DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

Risco	Causa do Risco	Consequência(s)	P	I	(P x I)	Priorização	Resposta	Ações Sugeridas	Quem?	Quando?	Como?
Levantamento inadequado de preços	Pesquisa de preços não refletir a realidade local	Fracasso/deserção de lotes	3	3	9	Médio	Mitigar	Realizar pesquisa com foco regional e por município	Equipe de Planejamento	Durante o ETP	Consulta a bases públicas e fornecedores locais
Definição inadequada da modelagem	Padronização de preços sem considerar logística	Baixa competitividade	3	3	9	Médio	Mitigar	Estruturar por lotes por município	Equipe de Planejamento	Durante o ETP	Análise das particularidades regionais
Subdimensionamento ou superdimensionamento	Estimativa imprecisa da demanda	Falta ou desperdício de insumos	2	2	4	Baixo	Mitigar	Basear quantitativos em histórico de consumo	Unidade Demandante	Durante o ETP	Análise de consumo anterior

ETAPA DA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA – TR

Risco	Causa do Risco	Consequência(s)	P	I	(P x I)	Priorização	Resposta	Ações Sugeridas	Quem?	Quando?	Como?
Especificação restritiva indevida	Exigências excessivas ou direcionadas	Restrição à competitividade	2	3	6	Médio	Mitigar	Definir especificações usuais de mercado	Equipe de Planejamento	Elaboração do TR	Revisão técnica
Ausência de requisitos logísticos adequados	Falta de previsão de entrega contínua	Descontinuidade do fornecimento	3	3	9	Médio	Mitigar	Definir fornecimento parcelado e prazos	Equipe de Planejamento	Elaboração do TR	Inclusão no modelo de execução
Falhas na definição de prazos	Prazo incompatível com realidade logística	Atrasos nas entregas	2	3	6	Médio	Mitigar	Estabelecer prazo compatível (ex: 5 dias úteis)	Equipe de Planejamento	Elaboração do TR	Análise logística

ETAPA DA PESQUISA DE PREÇOS / FORMAÇÃO DO VALOR ESTIMADO

Risco	Causa do Risco	Consequência(s)	P	I	(P x I)	Priorização	Resposta	Ações Sugeridas	Quem?	Quando?	Como?
Estimativa de preços dissociada da realidade local	Utilização de preços de outras regiões ou genéricos	Fracasso/deserção de lotes	3	3	9	Médio	Mitigar	Realizar pesquisa por município ou região	Administração	Pesquisa de preços	Levantamento regionalizado

Risco	Causa do Risco	Consequência(s)	P	I	(P x I)	Priorização	Resposta	Ações Sugeridas	Quem?	Quando?	Como?
Uso de poucas fontes de pesquisa	Limitação de dados comparativos	Inconsistência no valor estimado	2	3	6	Médio	Mitigar	Ampliar fontes (PNCP, mercado local, bancos públicos)	Administração	Pesquisa de preços	Consulta a múltiplas bases
Concentração de preços em único fornecedor/localidade	Falta de diversidade na amostra	Restrição à competitividade	2	3	6	Médio	Mitigar	Garantir diversidade de fornecedores e regiões	Administração	Pesquisa de preços	Análise comparativa
Defasagem temporal dos preços	Utilização de dados desatualizados	Sobrepço ou inexecuibilidade	2	3	6	Médio	Mitigar	Atualizar pesquisa próximo à licitação	Administração	Pesquisa de preços	Revisão periódica

ETAPA DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

Risco	Causa do Risco	Consequência(s)	P	I	(P x I)	Priorização	Resposta	Ações Sugeridas	Quem?	Quando?	Como?
Atraso na entrega	Problemas logísticos ou operacionais	Interrupção das atividades	3	3	9	Médio	Mitigar	Fiscalização e aplicação de sanções	Fiscal do contrato	Execução	Monitoramento das entregas
Entrega em desconformidade	Falha no controle de qualidade	Prejuízo ao uso e segurança	2	3	6	Médio	Mitigar	Conferência e substituição imediata	Fiscal do contrato	Execução	Inspeção no recebimento
Descontinuidade no fornecimento	Incapacidade da contratada	Comprometimento das atividades	3	3	9	Médio	Mitigar	Uso do SRP e gestão contratual ativa	Administração	Execução	Acompanhamento contínuo
Problemas com validade/qualidade	Produto fora do padrão	Risco à saúde e uso	2	3	6	Médio	Mitigar	Exigir produtos dentro do prazo e lacrados	Fiscal do contrato	Execução	Verificação no recebimento

Legenda:

P (Probabilidade): 1 (baixa) a 5 (alta)

I (Impacto): 1 (baixo) a 5 (alto)

Classificação do risco:

1–4: Baixo

5–9: Médio

10–25: Alto

Análise Conclusiva dos Riscos

A presente análise de riscos evidencia que a contratação pretendida, consistente no fornecimento contínuo de água mineral em vasilhames de 20 litros e gás liquefeito de petróleo (GLP) em botijões de 13 kg, apresenta riscos predominantemente classificados como de baixo e médio impacto.

Os riscos identificados estão, em sua maioria, relacionados a aspectos logísticos, operacionais e de planejamento, especialmente no que se refere à entrega dos produtos nas unidades do interior, à adequação da pesquisa de preços e à continuidade do fornecimento.

Destaca-se que tais riscos são plenamente gerenciáveis mediante a adequada estruturação da contratação, especialmente com a adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP), da divisão por lotes por município e da definição de requisitos técnicos compatíveis com a realidade de mercado.

As medidas mitigadoras propostas, baseadas na fiscalização contratual, na definição adequada das condições de execução e no acompanhamento contínuo do fornecimento, mostram-se suficientes para reduzir a probabilidade e o impacto dos riscos identificados.

Dessa forma, conclui-se que os riscos associados à contratação são aceitáveis, controláveis e não comprometem sua viabilidade, desde que observadas as ações preventivas e de mitigação previstas.

DOMINIQUE NICOLY FERREIRA
Agente de Polícia - Núcleo de Compras PC-NCP

ANDERSON FERNANDES MELO
Diretor de Administração e Finanças PC-GAF

CLAUDIONOR SOARES MUNIZ



Documento assinado eletronicamente por **Anderson Fernandes Melo, Diretor(a)**, em 08/04/2026, às 13:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



Documento assinado eletronicamente por **Dominique Nicoly Ferreira, Agente**, em 08/04/2026, às 13:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



Documento assinado eletronicamente por **Claudionor Soares Muniz, Delegado(a) Geral de Polícia Civil**, em 08/04/2026, às 13:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **70987948** e o código CRC **98819587**.



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL
Comissão Genérica 5ª - SUPEL-COGEN5

DECLARAÇÃO

(Nome, identidade, carimbo e assinatura do representante legal da empresa)

MODELO DE DECLARAÇÃO COMPLEMENTAR PARA ME/EPP/MEI

(PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)

(Nome da Empresa) -----, CNPJ Nº ----- sediada na
Rua -----, nº -----, bairro, -----
-----, CEP ----- município -----, por seu representante legal
abaixo assinado, DECLARA, para fins de participação em licitação ou contratação direta com a Secretaria
de Estado de Fazenda de Mato Grosso, sob as penas da lei que:

I - Que é ME, EPP ou MEI e não se encontra em nenhuma das situações do § 4º, art. 3º, da Lei Complementar nº 123/2006 e, nos termos do art. 28 da Lei Complementar Estadual nº 605/2018, está apto a usufruir do tratamento estabelecido nos artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006.

II - Que no ano-calendário de realização desta licitação, os valores somados dos contratos celebrados com a Administração Pública não extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do art. 4º, § 2º da Lei nº 14.133/2021.

(LOCAL E DATA).

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

(Nome, identidade, carimbo e assinatura do representante legal da empresa)

Referência: Caso responda este(a) Declaração, indicar expressamente o Processo nº 0043.001006/2025-64

SEI nº 68784046